

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Isabella Semeraro Amaral

O olhar e a dor do outro: um estudo de caso da morte de Douglas Rodrigues e sua cobertura telejornalística pela Rede Globo

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo
2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Isabella Semeraro Amaral

O olhar e a dor do outro: um estudo de caso da morte de Douglas Rodrigues e sua cobertura telejornalística pela Rede Globo

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, área de concentração: Antropologia, sob orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia Alves Oliveira.

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo

2019

Banca Examinadora

*A todas as mães que perderam seus filhos para a violência do Estado,
em especial àquelas que nos receberam com carinho e nos contaram suas histórias.
Obrigada pela sua resistência. Que ela possa ajudar na construção de um futuro melhor.*

O presente trabalho foi realizado em parte com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

Período: 2019.

Número do processo: 130023/2019-1.

This study was finaced in part by Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

Period: 2019.

Process number: 130023/2019-1.

O presente trabalho foi realizado em parte com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Período: 2º sem/2018.

Código de Financiamento 001.

This study was finaced in part by Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Period: 2nd semester/2018.

Finance Code 001.

O Grupo de Pesquisa Genocídio Juvenil e os movimentos de resistência: mães do luto à luta recebe apoio do Plano de Incentivo à Pesquisa (PIPEq) e do Comitê de Ética em Pesquisa Da PUC-SP (CEPSs).

The Research Group *Genocídio Juvenil e os movimentos de resistência: mães do luto à luta* receives support of Plano de Incentivo à Pesquisa (PIPEq) e do Comitê de Ética em Pesquisa Da PUC-SP (CEPSs).

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pelas bolsas que me foram concedidas, sem as quais este trabalho não teria sido possível.

Ao Plano de Incentivo à Pesquisa (PIPEq) pelo apoio ao *Grupo de Pesquisa Genocídio Juvenil e os movimentos de resistência: mães do luto à luta.*

À Profa. Dra. Rita de Cássia Alves de Oliveira, pela orientação.

À Profa. Dra. Rosana de Lima Soares e ao Prof. Dr. Rafael de Paula Aguiar Araújo, pelo olhar atento e crítico sobre este trabalho.

Às Profas. Dras. Rosemary Segurado e Rosamaria Luiza de Melo Rocha, pela disponibilidade.

À Kátia Cristina da Silva e Rafael Diego Garcia, da Secretaria do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e aos colegas pelos demais aprendizados.

À Roberta Martins e Fabiana Guedes, pela revisão.

Em um trabalho sobre memória e família, não podia deixar de agradecer meus pais, Rossanna Semeraro Amaral e José Jacinto de Amaral, aos pais deles, à minha tia e às minhas amigas, pelo carinho de sempre.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado versa sobre o caso de Douglas Martins Rodrigues, morto em 27 de outubro de 2013 por um policial militar na Zona Norte de São Paulo. Ao longo do trabalho, constrói-se a comparação entre a memória construída pela família do jovem, as homenagens e manifestações sociais, com a narrativa do telejornalismo, considerada maior fonte de informação no Brasil atual, em índices de audiência. Foi feito trabalho de campo com pessoas envolvidas no caso e em sua repercussão, bem como foi realizada análise de conteúdo, Bauer (2002), e de enquadramento, Porto (2002), de sua cobertura pelos principais telejornais da Rede Globo. Os trabalhos de memória e esquecimento, bem como a articulação das representações de violência com os problemas de segurança pública que afetam principalmente os jovens negros de periferia no país, sintetizaram-se como resultados da pesquisa.

Palavras-chave: genocídio juvenil; telejornalismo; memória; mídia; Douglas Rodrigues.

ABSTRACT

This master's dissertation regards the narratives about Douglas Martins Rodrigues, killed in October 27th 2013 by a military policeman in the Northern Zone of São Paulo. We compare the memory constructed by his family, the tributes and the social manifestations with the telejournalistic narrative, currently considered the biggest source for information in Brazil. We conducted interviews with the people involved in the case and its repercussion, as well as content and framing analysis of its coverage by the main newscasts of Rede Globo. We think the labours of memory and forgetfulness and the articulation of representations of violence with public security problems that affect mainly young black men from the outskirts of the country.

Keywords: juvenile genocide; telejournalism; memory; media; Douglas Rodrigues.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto do mural de formandos de 2013.....	32
Figura 2 - Foto do Facebook de Douglas, publicada em 13 de fevereiro de 2013.....	33
Figura 3 - Logo da campanha <i>Por que o senhor atirou em mim?</i>	41
Figura 4 - Reprodução do grafite de Bonga antes de o mural ser apagado.	42
Figura 5 – Reprodução de <i>post</i> do então governador Geraldo Alckmin em 28 de outubro de 2013.	45
Figura 6 – Reprodução de <i>tweets</i> da então Presidenta Dilma Rousseff em 29 de outubro de 2013.	45
Figura 7 – Grafite de Shock que ilustra a área externa do Centro Cultural da Juventude da Vila Nova Cachoeirinha.	46
Figura 8 – Muro lateral à entrada da Ocupação Douglas Rodrigues.....	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Breve leitura sobre a violência no Brasil hoje	19
CAPÍTULO 1 - ESTUDO DE CASO.....	30
1.1 Quem era Douglas Martins Rodrigues.....	31
1.2 27 de outubro de 2013	34
1.3 Manifestações	35
1.4 Por que o senhor atirou em mim?	38
1.5 Homenagens.....	44
1.6 2013	49
CAPÍTULO 2 - MEMÓRIA	52
2.1 Memória como produção do passado	55
2.2 Tensão esquecimento e trabalho de memória	58
2.3 Narrar a própria dor	62
CAPÍTULO 3 - VIOLÊNCIA E MÍDIA TELEVISIVA NO BRASIL.....	67
3.1 O perigo da incomunicação	70
3.2 Imagens de violência na TV	71
3.3 Narrar a verdade.....	78
CAPÍTULO 4 - A COBERTURA DO CASO DOUGLAS	85
4.1 Metodologia: Análise de Enquadramento.....	87
4.2 Categorias de análise	89
4.2.1 Dados técnicos.....	89
4.2.2 Dados semânticos.....	90
4.2.3 Dados do conflito social.....	92
4.2.4 Dados de enquadramento	92
4.3 A cobertura dos principais telejornais da Rede Globo sobre o caso Douglas	93

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
BIBLIOGRAFIA	110
ANEXOS	117
Anexo 1	117
Anexo 2.....	118
Anexo 3.....	119
Anexo 4.....	120
Anexo 5.....	121
Anexo 6.....	122

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado versa sobre um dos muitos casos que compõem uma estatística comum no Brasil: a morte de Douglas Martins Rodrigues, em 27 de outubro de 2013, no Jardim Brasil, na Zona Norte de São Paulo. Em uma tarde de domingo, aos 17 anos de idade, Douglas estava passeando com o irmão quando foi abordado por dois policiais militares e baleado. Sua morte gerou revoltas e manifestações na região em que morava, engrossou o debate sobre genocídio juvenil que já estava sendo promovido na época com a articulação de diversos movimentos sociais e recebeu cobertura da mídia, tanto tradicional quanto alternativa. O jovem representava mais um dos milhares de jovens mortos no país a cada ano.

Neste trabalho, estudamos o assassinato de Douglas no contexto das histórias contadas sobre ele, notadamente, por meio da cobertura do caso pelo telejornalismo da Rede Globo, maior fonte de informação no Brasil hoje. Nosso objetivo é contribuir para a discussão sobre a maneira como o problema da violência é trazido para o debate social pela mídia, verificando de que modo isso afeta as pessoas que sofrem a violência e analisar as consequências dessas narrativas numa perspectiva social.

Para isso, a dissertação se apresenta como um estudo de caso, que se volta sobre o jovem e a sua morte e atém-se ao contexto do ano em que ocorreu (2013), desenvolvido por meio da abordagem da Análise de Enquadramento (PORTO, 2002), que permite analisar a produção das matérias veiculadas sobre o caso pelos principais telejornais da emissora (também no ano de 2013, com a exceção de uma reportagem especial apresentada alguns anos depois). Assim, este trabalho empírico está fundamentado por discussões teóricas que relacionam o problema analisado com conceitos das Ciências Sociais e da Comunicação e amparam a leitura.

Esta pesquisa pretende contribuir para as reflexões sobre a mídia e a violência, assentando mais um tijolo na construção de uma comunicação empática e catalizadora de mudanças sociais. Em conjunto com as referências que compõem este trabalho e demais pesquisas feitas e a realizar, pensamos uma relação humana e ética entre o jornalismo e as pessoas que ele retrata.

O primeiro capítulo da dissertação traz uma breve bibliografia do jovem, a descrição dos acontecimentos, o processo de estabelecimento da campanha *Por que o Senhor atirou em*

mim?, a repercussão do caso e uma contextualização histórica e social de 2013 bem como da região Norte da cidade de São Paulo. Entendemos ser importante falar de Douglas e desses acontecimentos logo no início do trabalho, para que o leitor se familiarize com o caso e também porque é essa narrativa que estudamos aqui.

Para contar a história desses acontecimentos e redigir um relatório como um panorama histórico, foi colhido material em campo (no bairro do Jardim Brasil, Zona Norte de São Paulo) e em conversas com pessoas que, de alguma maneira, envolveram-se no caso.

É importante ressaltar que, para redigir o relatório sobre o caso, sempre que nos deparamos com informações conflituosas de natureza factual (nomes e idades, por exemplo), valemo-nos das informações passadas pela mãe, sujeita desta investigação, para esclarecê-las. Os demais conflitos – políticos e sociais – são o cerne desta pesquisa e não sendo explicitados ao longo do texto. Outro dado importante para a leitura é que devido à natureza delicada do tema estudado, optamos por preservar os nomes das pessoas com quem conversarmos.

Além disso, o primeiro capítulo também é composto por algumas imagens (as únicas da dissertação), que foram incluídas não para análise formal, mas por terem sido apontadas nas entrevistas ou ao longo do trabalho de campo e servirem para ilustrar a história de Douglas e de seu caso. São fotografias que o jovem tinha em sua página no Facebook ou manifestações artísticas que o homenageiam, por exemplo. Optamos por deixar de fora a análise dessas imagens, pois entendemos este primeiro capítulo como uma verdadeira narração sobre o jovem e sobre o que se sucedeu, e nada mais.

Conversamos com a mãe de Douglas e visitamos a região do Jardim Brasil, na Zona Norte de São Paulo, onde o jovem morava. Fomos até sua escola, onde entrevistamos um de seus professores. E, com o intuito de conhecer melhor esse jovem, fizemos uma leitura de sua página no Facebook ao longo de 2013, ano de sua morte. Entrevistamos também uma das pessoas que encabeçou o movimento *Por que o senhor atirou em mim?* e um rapper da Zona Norte de São Paulo que pôde nos contar mais sobre a realidade local.

Para entender as homenagens feitas a Douglas ao longo dos anos, visitamos a ocupação Douglas Rodrigues, a alguns quilômetros de onde o jovem morava, e entrevistamos as lideranças. Fomos ao Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso, também na Zona Norte, mas mais distante da região da família, cujo calçadão leva o nome do jovem.

As visitas à região Norte e as entrevistas nos permitiram não só conhecer melhor o caso e a região onde a família sempre viveu, mas também trouxeram à tona as complexidades

das narrativas sobre Douglas e sua morte. Ainda no primeiro capítulo, procuramos elencar todas as contradições e nuances que surgiram entre os atores envolvidos.

Construímos uma articulação cronológica dos acontecimentos, a partir dos relatos sobre a vida de Douglas feitos por quem o conhecia e dos trabalhos de construção de sua memória. Dividimos o texto nos temas principais envolvidos no caso. Dessa maneira, é possível observar o crescimento do debate sobre a morte para além do território da Zona Norte de São Paulo. Terminamos o primeiro capítulo com uma articulação entre a morte de Douglas e seu contexto histórico e social (o ano de 2013).

Nós pudemos nos familiarizar com esse caso em específico nas reuniões entre os movimentos de mães e familiares em luto das quais participamos no âmbito do *Grupo de Pesquisa Genocídio Juvenil e os movimentos de resistência: mães do luto à luta*. Nesse processo, envolvemo-nos com diversos movimentos de mães e familiares em luto, realizando entrevistas e acompanhando atividades¹. Embora esta pesquisa tenha sido realizada com o apoio do grupo de pesquisa, os dois têm objetivos distintos.

Esses grupos se constituem diante de casos de “abuso de poder” e têm como razão de ser a luta por justiça e reparação. É possível constatar situações dessa natureza por todo o país e movimentos como esses também. Para citar alguns exemplos, há o movimento Mães de Osasco (SP), de Manguinhos (RJ), da Pedreira (MG), além do Movimento Independente Mães de Maio (SP) e de Acari (RJ), mais conhecidos.

Num primeiro momento, tivemos contato com o movimento MÃes em Luto, da Zona Leste (SP), mas, como as próprias integrantes colocaram, os nomes dos movimentos são marcadores de tempo e espaço: indicam a região dessas mães ou de onde aconteceram as mortes ou um determinado evento social que une os casos. O *Grupo de Pesquisa Genocídio Juvenil*, por sua vez, trabalha em conjunto com diversas mães e movimentos e em frentes diversas.

A mãe de Douglas Martins Rodrigues é uma dessas mulheres. Seu caso foi selecionado para a presente pesquisa pois, dentre os estudados pelo Grupo, é o que recebeu maior cobertura da mídia (tradicional e alternativa). Além disso, foi muito discutido entre os movimentos sociais, os governos da época e a sociedade em geral.

O segundo capítulo deste trabalho traz inicialmente um resgate histórico dos movimentos de mães em luto, para, em seguida, discutir aspectos teóricos sobre a construção

¹ O modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido referente à participação na pesquisa encontra-se no Anexo 1 e o relativo às entrevistas encontram-se respectivamente no Anexo 1 e no Anexo 2. O Roteiro de Entrevistas compõe o Anexo 3 e a Lista de Entrevistados, o Anexo 4.

de memória. Exploramos as ações dos movimentos de mães e familiares em luto direcionadas para a preservação da história de vida dos jovens mortos, a compreensão e o aprofundamento de sua luta, bem como os esforços pelo protagonismo na narrativa.

Esse resgate permite situar a luta da mãe de Douglas em um panorama histórico e social, além de começar a contextualizar a situação que definimos como genocídio juvenil no Brasil.

Neste capítulo, dividimos os conceitos teóricos em três núcleos: produção do passado (ROSSI, 2010 [c.1991]; POLLAK, 1992; HALBWATCHS, 1990), tensão entre esquecimento e trabalho de memória (HUYSEN, 2014) e nossa inspiração na metodologia da história oral (THOMPSON, 2002). Os textos trabalhados aqui se apoiam na ideia de memória como representação do passado (RICOEUR, 2000) e trazem as reflexões sobre imagens e debates sociais para além do campo jornalístico.

O terceiro capítulo apresenta reflexões sobre o telejornalismo, em sua condição de mídia hegemônica no debate social. Nesta parte, partimos dos conceitos de gramática da violência e capilaridade (REGUILLO, 2012) para pensar como a informação e as representações chegam aos diferentes atores sociais. Diante disso, entendemos ser importante pensar o conceito de incomunicação (BAITELLO JR., 2005b) e seu efeito cada vez maior na sociedade, com o desenvolvimento tecnológico dos meios.

O nosso aporte teórico para refletirmos sobre a televisão e, sem seguida, articularmos alguns conceitos sobre imagens e violência na mídia, encontra-se em Bourdieu (1997). Neste trecho do trabalho, está também uma de nossas inspirações principais: as reflexões de Susan Sontag (2003) decorrentes do ataque às Torres Gêmeas em setembro de 2001.

Neste momento, não temos o objetivo de analisar os efeitos da mídia sobre o público, não porque não seria interessante, mas porque temos como foco a construção das narrativas no debate social. Se, no capítulo anterior, refletimos sobre o trabalho dos movimentos sociais, neste tratamos da atuação dos meios de comunicação e dos jornalistas que os constroem.

Nesse sentido, trazemos uma reflexão sobre representação, referência e verdade (SOARES, 2010; ARENDT, 2009) e um breve registro da regulamentação da comunicação realizada no Uruguai (URUGUAI, 2012). Temos a esperança de que essa experiência vizinha sirva para inspirar um trabalho similar por aqui.

No quarto capítulo, retornamos ao nosso objeto de estudo empírico para demonstrar como os mecanismos descritos no capítulo anterior se aplicaram à cobertura do caso Douglas. Realizamos uma análise de conteúdo e Análise dos Enquadramento (BAUER; GASKELL,

2002), utilizados pelo telejornalismo da Rede Globo na data da morte de Douglas (23 de outubro de 2013) e até o final de 2018.

Trabalhamos com os principais programas jornalísticos da TV Globo, selecionados a partir de dados da *Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016* e dados do Ibope de julho de 2019. Antes de eleger o recorte da Rede Globo, contatamos todas as emissoras nacionais de televisão aberta para pedir o material produzido na cobertura do caso Douglas. Na solicitação, apontamos as condições de realização da pesquisa, os fins do material e o escopo de nossa análise². De todas as emissoras, apenas o departamento de conteúdo da Rede Globo respondeu ao nosso contato. Isso não influenciou nossa decisão sobre a amostra analisada, que teve como determinante os índices de audiência obtidos nas pesquisas mencionadas acima, mas talvez sirva para demonstrar o comprometimento com arquivos e pesquisa de cada emissora.

O contato com a Rede Globo nos ajudou a elencar o que foi produzido. A equipe acionou o acervo, buscando pelo nome Douglas Rodrigues, e nos enviou uma lista com detalhes das matérias veiculadas nos jornais nacionais (*Jornal Nacional*, *Jornal da Globo*, *Jornal Hoje* e *Fantástico*). Diante da nossa necessidade de analisar jornais locais e matérias que talvez não tenham citado o jovem pelo nome, optamos por trabalhar no acervo aberto da Rede Globo, o Globoplay. O conteúdo é o mesmo, já que todas as produções jornalísticas da emissora estão disponíveis de forma gratuita e organizada na plataforma.

Vale ressaltar que o Globoplay é a plataforma *on-line* de busca mais amigável entre as emissoras de televisão aberta. É possível acessar cada edição de cada programa e então selecionar as matérias que interessam. Algumas emissoras não chegam nem a possibilitar a busca *on-line*.

Usando a lista de referências enviada pela equipe de conteúdo, realizamos uma apuração pelo arquivo de cada um dos cinco programas selecionados desde o dia da morte de Douglas Rodrigues (27 de outubro de 2013) até o final de 2018, para identificar qualquer conteúdo que mencionasse o caso, sua repercussão (os protestos e manifestações que tomaram a Zona Norte de São Paulo na semana seguinte) e sua resolução, bem como rastrear conteúdos que tivessem como fonte qualquer das pessoas envolvidas no caso.

Com esse trabalho manual, pudemos reunir tudo que dizia respeito ao caso e foi noticiado pela emissora, inclusive matérias que não mencionam Douglas pelo nome, notadamente a repercussão no bairro e as manifestações na Rodovia Fernão Dias. Assim, foi possível construir uma perspectiva da cobertura telejornalística contextualizada social e

² A Solicitação de Material para Emissoras encontra-se no Anexo 5.

historicamente. Foram encontradas 25 matérias sobre o caso que foram relacionadas em uma planilha³ e assistidas para que o conteúdo pudesse ser articulado às respectivas categorias de análise.

As categorias de análise foram desenvolvidas a partir de orientações teóricas das Ciências Sociais e da experiência e formação da autora em Comunicação Social – Jornalismo. Elas se relacionam a toda a discussão feita nos capítulos anteriores sobre representação e narrativas e estão devidamente elencadas e descrimadas no Capítulo 4.

Queríamos observar as mudanças da narrativa da emissora e de seus repórteres sobre o caso, por isso optamos por descrever os resultados da análise em uma perspectiva cronológica. Desta maneira, é possível ler todos em conjunto com os eventos descritos no Capítulo 1 e notar coerências, falhas, evoluções e consequências.

Passamos agora a uma síntese sobre o tema da violência no Brasil.

Breve leitura sobre a violência no Brasil hoje

Para finalizar esta Introdução, articulamos alguns recortes do *Atlas da violência 2019*⁴, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) a alguns conceitos teóricos. Dessa forma, pretendemos que a leitura dos capítulos se inicie já com um panorama geral do fenômeno social que contextualiza o caso Douglas.

Dados do *Atlas da violência 2019* (IPEA; FBSP, 2019) mostram um aumento na violência letal contra a juventude e diversos grupos sociais, as chamadas minorias (mulheres, negros e a população LGBTI⁵). As taxas, extremamente preocupantes, porém, parecem demonstrar que o problema de segurança pública não se restringe a uma parcela da população menos privilegiada ou descriminalizada, mas que atinge a todos de maneira direta ou indireta.

Em relação ao que está na mídia e, consequentemente, nos debates sociais, e a fim de comunicar o perigo da disponibilidade de armas de fogo, o documento ressalta uma preocupação especial com os números de violência armada. A pesquisa aponta que 72% dos homicídios em 2017 foram cometidos por armas de fogo e relaciona esse fato com o *Estatuto do Desarmamento* (BRASIL, 2003), pela comparação entre a taxa de crescimento dos

³ A Tabela de Análise de Conteúdo encontra-se no Anexo 6.

⁴ Os dados fornecidos por esse documento serão abordados com maior profundidade mais à frente.

⁵ A sigla LGBTI refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

homicídios nos 14 anos anteriores a ele (5,44%) e a mesma taxa nos 14 anos posteriores (0,85%).

O debate sobre armamento voltou à tona durante a campanha eleitoral de 2018 e ganhou urgência diante da proposta de flexibilização da posse e do porte de armas de fogo apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro⁶.

Outra questão que vem ocupando os noticiários com maior frequência é a da violência contra a mulher. Cada vez mais, mulheres são encorajadas a denunciar as violências que sofrem. Mesmo assim, o número ainda é assustadoramente baixo: apenas 10% das mulheres que sofreram algum tipo de agressão em 2018 fizeram denúncias em delegacias⁷. Dados do *Atlas da violência 2019* (IPEA; FBSP, 2019) demonstram que o aumento no número de homicídios em geral também teve a colaboração do aumento no número de feminicídios. Foram 4.936 mulheres assassinadas em 2017, 13 vítimas por dia. O número, o maior em dez anos, cresceu 17,1% para mulheres assassinadas dentro de casa e 28,7% com a presença de arma de fogo, mas diminuiu 3,3% para mulheres assassinadas fora de casa.

O documento também destaca a população LGBTI. Em 2017, foram 193 homicídios contra homossexuais e bissexuais. No entanto, o que chama a atenção do ponto de vista do debate social é o crescimento de 127% nas denúncias desse tipo: o índice saltou de 85 para 193 de em um ano.

Outro problema evidenciado pelo *Atlas da violência 2019* (IPEA; FBSP, 2019) é a condição em que vive a população negra no Brasil. Uma das pesquisadoras responsáveis pelo documento, em matéria jornalística, define: “É como se negros e não negros vivessem em países diferentes”⁸. Em relação aos recortes mencionados até aqui, o número de negros atingido é muito maior: ao todo, 75,5% das vítimas de homicídio no Brasil, em 2017, eram negras. Esta taxa cresceu 33,3% em relação a 2007, enquanto a de não negros cresceu 3,3%. Em relação especificamente a mulheres assassinadas, 66% eram negras. Esse índice cresceu, para mulheres negras, 29,9% em dez anos, enquanto para as mulheres não negras, 4,5%.

⁶ G1. Entenda o que muda no novo decreto para a posse e porte de armas no país. **Portal do G1**, Rio de Janeiro, 22 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/22/veja-o-que-muda-no-novo-decreto-para-a-posse-e-ponte-de-armas-no-pais.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2019.

⁷ ACAYABA, C.; ARCOVERDE, L. Casos de feminicídio aumentam 76% no 1º trimestre de 2019 em SP; número de mulheres vítimas de homicídio cai. **Portal do G1**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/29/casos-de-feminicidio-aumentam-76percent-no-1o-trimestre-de-2019-em-sp-numero-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-cai.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2019.

⁸ YAHOO; ALMA PRETA. Atlas da violência 2019: “É como se negros e não negros vivessem em dois países diferentes”, diz pesquisadora. **Portal de Notícias Yahoo/Alma Negra**, São Paulo, 5 jun. 2019. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/atlas-violencia-aumento-violencia-negros-150121266.html>. Acesso em: 6 jun. 2019.

O documento denuncia ainda um “aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil” (IPEA; FBSP, 2019, p. 49). É feita uma análise por cada estado e cada cenário específico, ressaltando o caso de Alagoas, por exemplo, onde o número de homicídios de negros em 2017 foi 18,3 vezes maior do que o de não negros, indicando que a “terra de Zumbi de Palmares é um dos locais mais perigosos do país para indivíduos negros” (IPEA; FBSP, 2019, p. 50). Ainda assim, o problema é tido como nacional e o documento chama por políticas públicas que o enfrentem de frente:

(...) constatamos em mais uma edição do *Atlas da violência* a continuidade do processo de profunda desigualdade racial no país, ainda que reconheçamos que esse processo se manifesta de formas distintas, caracterizando cenários estaduais e regionais muito diversos sobre o mesmo fenômeno. Portanto, pelo que descrevemos aqui, fica evidente a necessidade de que políticas públicas de segurança e garantia de direitos devam, necessariamente, levar em conta tais diversidades, para que possam melhor focalizar seu público-alvo, de forma a promover mais segurança aos grupos mais vulneráveis. (IPEA; FBSP, 2019, p. 51).

Alguns pesquisadores classificam esse resultado das relações raciais no Brasil como um “genocídio do povo negro” (NASCIMENTO, 2016 [c. 1978]; FREYRE, 2012 [c. 1933]), no sentido do apagamento de identidades, desumanização e extermínio. Sinhoretto e Moraes (2018) trazem alguns dados da década anterior referentes a homicídio, encarceramento e criminalização, para demonstrar algumas maneiras pelas quais o racismo no Brasil opera: por meio das instituições, na privação de direitos e na radicalização da juventude. Os autores ressaltam que a inclusão do componente racial na análise dos números de violência acaba com a ideia de estabilidade social no país, o que também foi demonstrado no *Atlas da violência 2019* (IPEA; FBSP, 2019).

Sinhoretto e Moraes (2018) classificam o genocídio como resultado final do apagamento do negro e de sua desumanização: destruição das características físicas e culturais dos negros, incentivo ao “branqueamento dos corpos e mentes” (p. 16). Isso se dá, segundo o texto, com as políticas de segurança pública que, ao invés de trabalhar no sentido de sanar desigualdades, aumentam o número de homicídios e encarceramento de negros, além de reforçar a vulnerabilidade dos jovens. A pesquisa lembra da importância de se levar em conta as especificidades de cada região e as correlações com outros fenômenos no momento da análise desses números, mas o que mais nos interessa do ponto de vista dos debates sociais é a potencialidade da narrativa sobre genocídio do povo negro que os autores apontam.

Eles classificam o termo “genocídio” como um “ponto discursivo nodal” (SINHORETTO; MORAIS, 2018, p. 20) na luta antirracista e nas discussões sobre políticas

que, de fato, trazem mudanças, já que serve para classificar não só a experiência de toda a população, mas também, e principalmente, a da juventude negra e periférica do país. A narrativa do genocídio da juventude negra “constrói o elo entre as experiências individuais de desrespeito sofridas por jovens negros/as e a ação coletiva, organizando um novo ator social” (SINHORETTO; MORAIS, 2018, p. 20), ou seja, os movimentos que lutam contra as discriminações.

Os números apresentados servem como evidências empíricas para apoiar a narrativa do genocídio e garantir o reconhecimento de atores sociais que pensam violência e segurança pública para que o debate sobre as ações antirracistas seja produtivo. É importante, portanto, que a discussão não seja dispensada como se estivesse superada: Sinhoretto e Morais (2018) lembram que os dados sobre desigualdade evidenciam que a ela não entrou em declínio com o fim da escravidão, mas vem se aprofundando na contemporaneidade.

Na aula de março de 1976, em que define biopolítica, Foucault (1976) estabelece o racismo como o mecanismo que surge para exercer o poder da morte em um sistema que “faz viver”. Em um momento da história em que o controle populacional é um problema político e o poder extraí seu saber e define seu campo de intervenção com dados estatísticos sobre natalidade, morbidade e incapacidades biológicas, o racismo funciona como um recorte dos indivíduos contemplados ou não pelos mecanismos de Estado reguladores da vida. Ele tem a função de fragmentar, fazer censuras biológicas no interior do contínuo a que se dirige o biopoder. E isso se dá, entre outras maneiras, pela comunicação e imprensa. As narrativas criadas pelos mecanismos de poder estabelecem uma relação guerreira dentro da população.

Nesse sentido, Mbembe (2018) fala de um gerenciamento estatal da morte: a necropolítica. Sua ideia é que a expressão máxima da soberania está em ditar quem pode viver e quem deve morrer. Ao pensar a biopolítica, o autor preocupa-se essencialmente com a sua expressão na forma de instrumentalização da existência humana e na destruição material de corpos humanos e populações.

O autor se vale da discussão hegeliana sobre a relação entre se tornar sujeito e a morte, que, segundo ele, define a morte humana como algo voluntário: resultado de riscos assumidos pelo sujeito. O ser humano se torna sujeito na luta e no trabalho em que enfrenta a morte. Essa sustentação do trabalho da morte e a capacidade de pressupor a morte e viver com isso é a vida do espírito, explica. “Arriscar a totalidade da vida” (MBEMBE, 2018, p. 13) também é a definição de conhecimento absoluto e soberania.

Em seguida, o autor define soberania como a “recusa em aceitar os limites a que o medo da morte teria submetido o sujeito” (MBEMBE, 2018, p. 15). Somente ela teria a força

para violar a proibição de matar. Nesse ponto, política é entendida como o desafio do limite, a brecha na violação do tabu.

Mbembe (2018) relaciona a noção de biopoder com os conceitos de estado de exceção e de estado de sítio para mostrar como, nessas circunstâncias, o poder apela e produz uma noção ficcional de inimigo. A divisão entre os que devem viver e os que devem morrer define o poder: “Esse controle [do campo biológico] pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento da censura biológica entre uns e outros” (MBEMBE, 2018, p. 17). O autor esclarece que isso é o que Foucault rotula como racismo.

Mais do que pensamentos de classe, o racismo marca as práticas políticas do Ocidente, “especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou a dominação exercida sobre eles” (MBEMBE, 2018, p. 18). O texto qualifica o racismo como tecnologia que permite a distribuição da morte pelo Estado e localiza as raízes do racismo na experiência demolidora da alteridade.

Mbembe (2018) traça uma perspectiva histórica do extermínio em massa, que tem como origem tanto o imperialismo colonial quanto os mecanismos desenvolvidos entre a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial. O autor fala da industrialização da morte, que trata as execuções como algo racional e administrativo, algo viabilizado por estereótipos racistas e pelo racismo de classe. Este último, por sua vez, compara as classes trabalhadoras aos “selvagens” (p. 21) do mundo colonial.

Ao analisar as condições de vida de uma pessoa escravizada, Mbembe (2018) aponta para uma perda tripla: de lar, de direitos sobre o próprio corpo e de estatuto político. A comunicação aqui é sempre ordenada a partir da violência e controlada na medida da necessidade de seu trabalho. O autor explica que, uma vez que a violência é usada como capricho ou ato de destruição que visa incutir terror, o escravo é mantido em um mundo de horrores e crueldades.

As manifestações dentro do estado de exceção não podem ser ignoradas. No sistema descrito no texto – *plantation* –, a pessoa escravizada é capaz de utilizar qualquer instrumento, linguagem ou gesto, como uma representação. O autor explica: “o escravo é capaz de demonstrar as capacidades polimorfas das relações humanas por meio da música e do próprio corpo, que supostamente pertencia a outro” (MBEMBE, 2018, p. 30). Isso demonstra uma recuperação da comunicação, uma resistência pelas representações, mesmo em condições de terror.

O autor se vale do caso das ocupações coloniais para explicar de que maneira as relações espaciais (a territorialização) produziram fronteiras e hierarquias. A produção desses imaginários sustenta a ideia de que pessoas diferentes têm direitos diferentes e cria a noção de sujeitos e colonizados. O texto traz o exemplo da Palestina para demonstrar que, na contemporaneidade, a ocupação colonial é um encadeamento dos poderes disciplinar, biopolítico e necropolítico, o que possibilita a dominação absoluta sobre os habitantes. E esse fenômeno pode facilmente ser observado nas periferias brasileiras. Mbembe (2018) lembra que o estado de sítio é uma instituição militar, que permite que o crime não faça distinção entre o “inimigo externo e interno” (p. 48).

Sobre o direito de matar na modernidade globalizada, o autor ressalta que a peculiaridade está na perspectiva de que o direito de matar não é mais monopólio dos Estados. Vende-se a própria coerção, o direito de exercer violência ou matar. Nesse sentido, Mbembe (2018) comenta os efeitos da concentração de capital nas técnicas de policiamento e disciplina que, diante da necessidade de extração de recursos e na exploração de grandes áreas, acaba evoluindo da “obediência e simulação” (p. 59), observadas antes, para técnicas mais extremas. Agora, ao invés de haver a inserção de corpos em aparatos disciplinares, o poder se preocupa com colocar os corpos em uma ordem econômica.

Isso é representado pelo “massacre” (MBEMBE, 2018, p. 60). Um bom exemplo para a análise de representações e significados: corpos sem vida são transformados em esqueletos e perdem sentido. O autor lembra o caso de corpos de vítimas do genocídio de Ruanda que foram preservados em estado visível e afirma que “o surpreendente é a tensão entre a petrificação dos ossos, sua frieza estranha, por um lado, e por outro lado seu desejo persistente de produzir sentido, de significar algo” (MBEMBE, 2018, p. 61).

Caminhando para a conclusão, o autor analisa o confronto entre a lógica do martírio e a da sobrevivência, explicando que terror e morte estão no cerne de cada uma. Define sobrevivente como “aquele que, após lutar contra muitos inimigos, conseguiu não só escapar com vida, como também matar seus agressores” e acrescenta que “o grau mais baixo da sobrevivência é matar” (MBEMBE, 2018, p. 62). É a ideia de que, para garantir o sentimento de segurança, é preciso que o inimigo esteja morto.

O funcionamento desse processo como um todo pode ser facilmente observado nas ações que direcionam as políticas de segurança pública analisadas por este trabalho e as condutas de uma polícia militarizada, que tem como *modus operandi* o combate de indivíduos dentro de sua própria sociedade.

Já no martírio, opera-se na chave da resistência por meio da autodestruição. Nessa guerra, fica-se o mais próximo possível do inimigo e a destruição é igual para ambos, explica Mbembe (2018). O corpo não tem significado e o que carrega importância é a intenção do gesto: “O poder e o valor do corpo resultam de um processo de abstração com base no desejo de eternidade” (MBEMBE, 2018, p. 65).

O autor traz exemplos contemporâneos de viver na dor e na ausência de liberdade. Entre eles “memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos” e “soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras”, além de “tiroteios e fatalidades” (MBEMBE, 2018, p. 68), todos marcos comuns da violência cotidiana brasileira. Mbembe (2018) lembra que, nesse registro, a morte serve como libertação, já que é uma superação do terror.

Essas definições vão ao encontro da ideia que o filósofo Slavoj Žižek (2014) explora ao final de seu ensaio “Teme ao próximo como a ti mesmo!”, segundo texto do livro em que disserta sobre violência. Žižek (2014) explica que o tratamento dado a um indivíduo pela sociedade o determina, na medida em que ele é um ser social e simbólico. O autor se utiliza da discussão sobre racismo nos Estados Unidos para explicar esse conceito:

Quando são tratados como inferiores, isso os torna realmente inferiores no âmbito de sua identidade social simbólica. Para colocar em outras palavras, a ideologia racista branca detém uma eficácia performativa. Não se trata simplesmente de uma interpretação daquilo que os negros são, mas de uma interpretação que determina o próprio ser e a existência social dos sujeitos interpretados. (ZIZEK, 2014, p. 67).

É a linguagem em seu papel de autora de realidades, em sua capacidade de construir e conformar espaços e reforçar estereótipos. Essa eficácia performativa começa a explicar as reações em relação ao outro que são “uma violação da nossa propensão ética espontânea”.

A violência estudada por Žižek (2014) é dividida em três tipos, sendo a subjetiva a mais visível, enquanto a simbólica pertence ao campo da linguagem como tal e a sistêmica é a que diz respeito às consequências dos sistemas econômicos e políticos. A violência objetiva é aquela que sustenta o estado de normatividade, violenta justamente por ser invisível. O filósofo descreve, portanto, não só a violência física direta, mas essas outras formas de coerção que sustentam as relações de dominação e exploração entre os indivíduos.

Žižek (2014) é um filósofo que faz uma provocação aos estudiosos da violência para que resistamos ao fascínio da violência subjetiva e façamos uma análise a partir da interação complexa entre suas três manifestações. Segundo o autor, a violência extrema se manifesta em duas formas complementares – ambas facilmente identificáveis na sociedade brasileira

contemporânea em pesquisas empíricas e analíticas: a violência sistêmica, própria às condições sociais do capitalismo global, que cria indivíduos excluídos e dispensáveis, e a violência ultrassubjetiva, que se manifesta nos fundamentalismos de caráter étnico ou religioso.

O autor distingue a realidade – “a realidade social dos indivíduos efetivos implicados em interações e nos processos produtivos” do Real – “a inexorável e ‘abstrata’ lógica espectral do capital que determina o que passa na realidade social” (ŽIŽEK, 2014, p. 26). Para ele, a forma mais extrema de ideologia consiste em subestimarmos o Real do espectral, ou seja, querermos ser objetivos demais e perdermos de vista as outras facetas e tecnologias do fenômeno em mãos. Disso se reforça a importância do estudo das representações e das práticas de linguagem nas pesquisas sobre violência e segurança pública.

Num nível individual, segundo Žižek (2014), é possível pensar que a representação de algo ou alguém, sua simplificação por meio da linguagem, já é um tipo de violência. O outro deixa de ser um ser humano complexo e passa a ser aquele único aspecto específico. O autor comenta, por exemplo, a proximidade do sujeito torturado e o incômodo que ela causa, explicando que o que desperta simpatia e impede a tortura não é a proximidade física, mas a identificação. Para que a violência seja possível, é preciso eliminar toda a profundidade do outro:

Esse sujeito pressuposto não é, portanto, outro ser humano com uma vida interior rica e cheia de histórias pessoas, que narra a si mesmo a fim de adquirir uma experiência de vida dotada de sentido, uma vez que uma pessoa assim não pode, em última análise, ser um inimigo. “Um inimigo é alguém cuja história não se ouviu”. (ŽIŽEK, 2014, p. 49).

De volta aos números apresentados pelo *Atlas da violência 2019*, resgatamos um último recorte importante e que se liga diretamente ao objeto empírico deste trabalho: o índice de homicídios de jovens no Brasil. Em 2017, foram 35.783 jovens assassinados. O número, também recorde, representa um aumento de 6,7%, em relação ao ano anterior, e de 37,5%, em dez anos. A pesquisa considera jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade e traz as taxas de homicídios em cada faixa de cinco anos: 51,8% para jovens de 15 a 19 anos; 49,4% os de 20 a 24; e 38,6% para a faixa dos 25 a 29 anos.

Esse fenômeno, assim como o racismo descrito nesta seção, é definido pela pesquisa como heterogêneo em sua incidência estadual, com índices que variam de 152,3 (RN) a 18,5 (SP) para cada 100 mil habitantes. Para termos uma referência mais direta, a taxa nacional de homicídios juvenis para cada 100 mil pessoas é de 69,9.

Além disso, os números mostram que homens são os maiores atingidos nesse recorte, marcando 94,4% (33.772) dos jovens assassinados em 2017. A especificação no gênero masculino na faixa etária de 15 a 29 anos demonstra que essa população é a mais atingida pela violência intencional no país.

A análise realizada pelos pesquisadores do *Atlas da violência 2019* (IPEA; FBSP, 2019) atribui essa incidência ao aumento de criminalidade no país, observando a elevação do índice de homicídios juvenis correlacionada à da violência como um todo em cada unidade federativa. Nessa lógica, o documento pede políticas públicas de “desenvolvimento infanto-juvenil, acesso à educação, cultura e esportes, além de mecanismos para facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho” (IPEA; FBSP, 2019, p. 30). É uma correlação comum e muito vista em pesquisas, na imprensa e nos debates sociais sobre o tema.

Em artigo no qual relaciona violência na sociedade brasileira com juventude e analisa delinquência como um problema social, Sergio Adorno (2010) chama a atenção para as representações imagéticas de jovens que ressaltam uma ideia de juventude como “ameaça, como uma espécie de radicalidade incontornável, um limite epistemológico à vida razoável, seja lá o que isso possa ou venha significar” (ADORNO, 2010, p. 1).

A partir daí, o autor faz uma retomada histórica para demonstrar que esse entendimento da infância, da “adolescência” e da juventude como disruptivo é consequência de uma construção social da modernidade. Nesse período, o jovem ganhou autonomia e conquistou o lugar da inovação e transformação social em diversas áreas.

Ao longo do processo de autonomização, explica, as narrativas sobre os jovens vão mudando e incluem tanto “imagens positivas associadas ao desempenho profissional” (ADORNO, 2010, p. 2), destacando qualidades como voracidade e rapidez que servem ao ritmo da sociedade contemporânea, quanto imagens negativas, que associam o jovem ao perigo e à insegurança:

Imagens representadas pelo envolvimento passional nas causas religiosas, étnicas e éticas; pela precocidade com que se autonomizam dos controles tradicionais, constituem e desfazem elos afetivos e sexuais com uma naturalidade antes desconhecida; envolvem-se com tudo aquilo que remete ao perigo: esportes violentos, gangues, uso e tráfico de drogas, crime violento e organizado. (ADORNO, 2010, p. 2).

Segundo o autor, o segundo grupo vai ganhando espaço nas narrativas sociais e substitui o jovem que luta por mudanças pelo jovem que quer interromper a comunicação social.

Adorno (2010, p. 3) considera que “a violência que parece ser uma linguagem própria da sociedade contemporânea encontra nos jovens seus mais fiéis porta-vozes” e deixa aos cientistas sociais, artistas e críticos de arte a tarefa de entender o que isso significa: “O certo é que o comportamento transgressor não mais é lido pela opinião pública informada com tolerância e condescendência, porém com recriminação e forte recusa” (ADORNO, 2010, p. 3).

Essa leitura contribui para a narrativa de o jovem ser o maior responsável pela desarmonia social. Ao se questionar sobre a presença de “crianças e adolescentes” no “mundo da delinquência” e até autores de crimes violentos, o autor verifica uma complexidade na caracterização da vítima que nos parece muito importante nesse debate e que se liga aos números mencionados antes:

Para alguns pesquisadores, a violência, inclusive a que enreda crianças e adolescentes, é resultado da desigualdade social, que vem se mantendo, no Brasil, há décadas, quase intocável, inclusive por força da ausência de políticas sociais e públicas compensatórias (...). Todos seriam, cada um segundo suas trajetórias pessoais, potencialmente vítimas, pouco importando se atores passivos ou ativos da violência (ADORNO, 2010, p. 8).

Tratar de políticas públicas e de ações governamentais nos possibilita a transição para um outro recorte no índice de homicídios no Brasil: as mortes decorrentes de intervenção policial. Esse levantamento específico não é realizado pela pesquisa do *Atlas da violência 2019* (IPEA; FBSP, 2019), que vem nos guiando, mas é fundamental para entender a questão da segurança pública e, claro, dos grupos estudados por essa pesquisa.

O *Monitor da violência*⁹, do Portal do G1, entre 2015 e 2016 foi elaborado em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), seguindo apenas pelo G1 a partir de 2017. Ele apresenta alguns levantamentos que podem nos ajudar a compreender o impacto dos homicídios resultantes de ação policial. A ferramenta aponta que, em 2017, 5.225 pessoas foram mortas por policiais civis ou militares no país. O número vem aumentando a cada ano, tendo atingido 6.160 em 2018, 18% a mais do que no ano anterior.

Em caráter de comparação, vê-se, por uma reportagem do mesmo portal, que o número de policiais vítimas de homicídio vem caindo: foram 307 ao todo em 2018, o que

⁹ G1; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA (USP). **Monitor da violência**, Rio de Janeiro, São Paulo, 2015-2018. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/mortos-por-policiais-no-brasil/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

indicou uma queda de 18% em relação a 2017¹⁰. Essa reportagem apurou que, no momento em que o Brasil celebrava uma “série histórica na redução de homicídios”, os cálculos haviam deixado de fora os índices de violência policial em 18 estados. O acréscimo desses números acabava por derrubar o índice de redução de homicídios de 13% para 10%.

Esse dado também lança luzes sobre a situação da segurança pública em cada estado, com destaque para as polícias do Rio de Janeiro, que, no primeiro semestre de 2019, foram responsáveis pelas mortes de 1.075 pessoas no estado (178 ocorrências apenas no mês de julho, ou de seis a sete por dia)¹¹.

É importante ressaltar que os números do *Monitor da violência* e do *Atlas da violência 2019* apresentados aqui podem diferir um pouco, não só porque trabalham com períodos e anos diferentes, mas também porque se alimentam de fontes igualmente diversas. O *Atlas da violência 2019*, por exemplo, privilegia dados oficiais do Ministério da Saúde, o que não acontece com o levantamento realizado pelo *Monitor da violência*. De qualquer maneira, a leitura desses números ajuda a contextualizar a situação da segurança pública e dos diversos grupos minoritários na sociedade.

Acrescentamos a eles a pesquisa realizada por Samira Bueno (2018), socióloga e diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança, em São Paulo, entre 2013 e 2016. A análise de 3.107 registros de 20 municípios do estado e entrevistas com 16 ex-policiais militares demonstrou que a PM paulista mata majoritariamente jovens e negros. No período estudado, 67% dos mortos eram “pretos e pardos” e 16% tinham menos de 17 anos.

¹⁰ VELASCO, C.; CAESAR, G.; REIS, T. Número de pessoas mortas pela polícia no Brasil cresce 18% em 2018; assassinatos de policiais caem. **Monitor da violência**, Rio de Janeiro, 19 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/19/numero-de-pessoas-mortas-pela-policia-no-brasil-cresce-em-2018-assassinatos-de-policiais-caem.ghtml>. Acesso em: 6 jun. 2019.

¹¹ BETIM, F. Sob Witzel, policiais já respondem por quase metade de mortes violentas na região metropolitana do Rio. **El País - Brasil**, Madri, 21 ago. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/21/politica/1566423448_948955.html. Acesso em: 29 ago. 2019.

CAPÍTULO 1

ESTUDO DE CASO

O estudo de caso sobre o que sucedeu com Douglas Martins Rodrigues é a parte basilar e crucial deste trabalho. Nele, registramos informações sobre o jovem, sua história, suas relações, o que foi e ainda é feito para preservar sua memória. Além disso, construímos um panorama histórico a partir de sua morte, das revoltas que ela gerou e da luta por justiça.

A base teórica que nos orientou no desenvolvimento deste estudo de caso, do ponto de vista metodológico, está em Chizzotti (1995), que o define como um “marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação” que tem a possibilidade de “retratar a realidade e revelar a multiplicidade de aspectos globais” (CHIZZOTTI, 1995, p. 102). Com esta pesquisa, pretendemos apontar marcos sociais que dizem respeito ao genocídio juvenil no Brasil de maneira geral, mas tendo como exemplo esta morte específica.

Segundo Chizzotti (1995), um bom estudo de caso resulta em um relatório ordenado e crítico de uma experiência, que objetiva orientar decisões e propor uma ação transformadora a seu respeito. Devido à natureza deste trabalho, nossa proposta de ação transformadora para este caso não poderia ser outra se não a escuta ativa e atenta da mãe de Douglas, personagem central dessa narrativa, mulher que lutou por justiça e guarda a memória do filho até hoje. O caso é marcado por contradições e conflitos e também explicita a condição da incomunicação em sua cobertura.

Seguimos o passo a passo descrito por Chizzotti (1995) para fazer o estudo de caso: depois de uma pesquisa inicial para nos familiarizarmos com os acontecimentos, realizamos um trabalho de campo com o intuito de “reunir e organizar um conjunto comprobatório de informações” (CHIZZOTTI, 1995, p. 103), por meio de leituras sobre o caso, de visitas a espaços importantes, de conversas e da observação do perfil de Douglas no Facebook¹², que vem sendo utilizado pela sua mãe desde 2013. Em seguida, construímos o relatório indexando as informações recolhidas e descrições do caso. Na próxima seção, vamos “apresentar os múltiplos aspectos do problema, sua relevância, contextos e mudanças” (CHIZZOTTI, 1995, p. 103).

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/douglas.dimeno>. Acesso em: 13 out. 2019.

1.1 Quem era Douglas Martins Rodrigues

Douglas tinha 17 anos de idade, um irmão e uma irmã mais novos. Morava com eles e com a mãe em uma casa no Jardim Brasil, Zona Norte de São Paulo. A mãe de Douglas chegou da Paraíba aos oito anos e desde então habitava essa casa, em que continuava vivendo com os filhos “uma vida simples e humilde”. O pai morava na rua de cima. Douglas nasceu e cresceu no bairro. Segundo contam, era um menino carismático, que não tinha inimizades.

Quando bebê, teve problemas respiratórios graves, que assustaram a família. Com um mês de vida, foi internado com bronquite. Ao longo dos anos, fez tratamentos, que foram interrompidos por uma meningite bacteriana e várias pneumonias. A medicação da bronquite acabou gerando inflamações na garganta que só puderam ser tratadas com uma cirurgia. Sua saúde começou a melhorar aos 14 anos, quando já podia tomar sorvete sem correr o risco de ficar resfriado, como conta sua mãe.

Era um jovem cheio de energia, fazia as pessoas rirem e tinha muitos amigos no bairro. Aos 15 anos, começou a trabalhar em um mercado perto de casa, onde conheceu muitas pessoas. Quando foi mandado embora, ficou menos de um mês desempregado, pois não gostava de ficar parado em casa. Em 2012, fez um curso de um semestre sobre Rotinas de Escritório pelo Programa de Capacitação Profissional da União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social (Unibes) e do Município de São Paulo.

Seu último emprego foi uma indicação do barbeiro em frente à sua casa para trabalhar em uma lanchonete na Zona Oeste de São Paulo. Tinha o dia cheio: levantava às quatro e meia da manhã para ir até Pinheiros de carona com o patrão, que também morava na Zona Norte. Era eficiente em seu trabalho e os dois fizeram amizade. Douglas trabalhava até duas e meia, sentava para tomar um suco e esperar a carona de volta para casa. De vez em quando, tirava um cochilo no caminho.

De noite, cursava o terceiro ano do Ensino Médio na Escola Estadual Professor Victor dos Santos Cunha. Era aluno da turma D. Um ex-professor conta que chegou a ter “problemas disciplinares” com Douglas ao pedir que o menino entrasse na sala de aula:

Assim, “Entra”, ele não gostou da maneira que eu falei com ele, ele respondeu, mas a gente já se entendeu ali mesmo porque ele era uma pessoa muito tranquila. Sempre risonho. (Entrevista com professor da EE Victor, realizada em 14 de agosto de 2019).

Ele, que conheceu Douglas quando o jovem ainda trabalhava no mercado, reforça a lembrança de que ele era querido por todos e muito contente:

Sempre rindo, sempre alegre. A sala toda gostava dele, ele não tinha problema com nenhum professor. Sempre gostava de ficar ouvindo música. (Entrevista com professor da EE Victor, realizada em 14 de agosto de 2019).

O jovem não chegou a fazer a prova final e não concluiu o Ensino Médio. Mesmo assim, a escola colocou uma foto sua no mural onde homenageia os formandos do ano de 2013, que chamam de “carômetro”. O professor explica que todo ano a equipe de formatura vai ao colégio antes da festa tirar fotos de cada aluno com beca e capelo e isso aconteceu antes da morte de Douglas.

Figura 1 – Foto do mural de formandos de 2013.



Fonte: arquivo da pesquisadora (ago. 2019).

Na ocasião da morte de Douglas, a diretora mandou celebrar uma missa para o jovem na igreja ao lado da escola e comunicou à mãe suas intenções de realizar uma entrega simbólica do certificado de conclusão do menino, mas foi impedida pelas normas da Secretaria de Ensino. Mesmo assim, ele foi citado na formatura.

No Facebook, a página de Douglas no ano de sua morte mostrava um jovem feliz, cheio de amigos e apaixonado pela namorada. O jovem gostava de andar de moto e de balões de ar e tratava a rede social *on-line* como um pequeno diário, no qual registrava suas atividades do dia a dia. Lá contava que estava indo trabalhar ou voltando para casa e postava fotos com os amigos. Em 1º de outubro, relatou que acordava às 4h30 da manhã “para conseguir o que quero”. Nas semanas seguintes, ainda saiu com os amigos algumas vezes.

Figura 2 – Foto do Facebook de Douglas, publicada em 13 de fevereiro de 2013.



Fonte: Facebook (disponível em: <https://www.facebook.com/douglas.dimeno>; acesso em: 13 ago. 2019).

A mãe lembra que o único tipo de briga que acontecia entre os irmãos era movido por ciúmes ou “excesso de amor”. Provocavam-se por conta da idade e de permissões da mãe para o mais velho. E, se antes era Douglas quem dizia que o irmão era adotado, agora o irmão é quem faz isso com a mais nova. Alguns meses antes de Douglas morrer, os dois meninos haviam se aproximado: a mãe se impressionou quando o jovem emprestou o tênis de mil reais, que havia comprado parcelado em dez vezes, para o irmão mais novo ir à escola.

1.2 27 de outubro de 2013

Era o irmão mais novo que estava com Douglas no momento de sua morte. Ele tinha 12 anos na época. Naquele domingo, a família iria ao aniversário de um ano de um primo e Douglas decidira ficar em casa. Antes, porém, dava tempo de os irmãos saírem para resolver algumas coisas na rua. Por volta das duas da tarde, estavam a uma quadra de casa, em frente a um bar, na Rua Bacurizinho, esquina com a Avenida Mendes da Rocha, quando foram alvo de uma abordagem policial. A viatura havia sido enviada para averiguar uma “perturbação de sossego”: um carro que tocava *funk* muito alto.

O tiro que atingiu o tórax de Douglas partiu da arma do Soldado Luciano Pinheiro Bispo, na época com 31 anos e há dois na Polícia Militar. Segundo a corporação, a arma disparou sozinha ao bater contra a porta do carro quando o soldado descia da viatura. Já o irmão de Douglas e outras testemunhas contam que Bispo chegou atirando de dentro do carro:

Quem viu a cena fala que quase que eu perdi os dois com um único tiro. Porque o tiro que bateu no coração do Dodô, ele transpassou e ia pegando na cabeça do irmão que estava logo atrás dele... (Entrevista com a mãe de Douglas, realizada em 16 de março de 2019).

Segundo o porta-voz da polícia na época, Major Mauro Lopes, o procedimento padrão de abordagem¹³ em casos como esse é sair da viatura com a arma apontada para o chão. Foi nesse momento também que testemunhas ouviram Douglas perguntar: “Por que o senhor atirou em mim?”.

Bispo foi preso em flagrante por homicídio culposo (sem intenção de matar). A mãe de Douglas conta que a bala “partiu seu coração em dois” e que o menino foi levado ao Hospital Jaçanã, mas não resistiu. Lá, alguém filmou o jovem na mesa de cirurgia e expôs na internet.

¹³ A informação vem das falas do Major em resposta à ocorrência e que foram registradas em reportagem. Ver: TOMAZ, K. 'Porta bateu na arma e disparou', diz defesa de PM preso por assassinato. **Portal do G1**, Rio de Janeiro, 28 out. 2013 (disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/porta-da-viatura-bateu-na-arma-e-disparou-alega-advogado-de-pm.html>; acesso em: 13 ago. 2019). Um post do **Blog da Polícia Militar** de 3 de agosto de 2012 registra o procedimento padrão mencionado (disponível em: <http://policiamilitardesaopaulo.blogspot.com/2012/08/a-abordagem-policial-tecnicarealizada.html>; acesso em: 13 ago. 2019). Nota do **Diário Oficial** de 11 junho de 2013 registra o sigilo do **Guia de Procedimentos Operacionais Padrão da PM** (disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/GatewayPDF.aspx?link=/2013/executivo%20secao%20i/junho/11/pag_0007_1HUVRH7PLOUENeE36TSM2G6OBIJ.pdf; acesso em: 13 ago. 2019).

Foi pela internet também que o professor entrevistado nesta pesquisa ficou sabendo do que acontecera com Douglas. Como tinha muitos alunos entre suas amizades no Facebook, viu um *post* de um deles com uma foto do jovem e informações sobre sua morte.

1.3 Manifestações

Neste ponto da pesquisa, achamos importante elencar também os dados de violência no contexto mais específico em que vivia Douglas Rodrigues e sua família, como fizemos no final da Introdução, na seção *Breve leitura sobre violência no Brasil de hoje*.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e do Sistema de Saúde do Município, divulgados no relatório *Juventude e violência na cidade de São Paulo* (SSP-SP/SS-SP, 2014), enquanto a taxa de homicídios na cidade caiu, a letalidade policial aumentou. A pesquisa aponta que, no ano 2000, as mortes cometidas por policiais representavam 5% dos 5.979 homicídios na capital; em 2014, o número já alcançava 21% dos 1.661. Em 2013, ano do assassinato de Douglas, a taxa foi de 11%, uma queda fora de padrão que não é explicada pelo relatório.

O relatório traz o número de pessoas que chegaram aos hospitais com lesões corporais a partir da Subgerência de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis Vigilância de Violências e Acidentes e mostra que, nesse recorte, a porcentagem de relação com a polícia é maior entre jovens de 15 a 29 anos (1,32%), enquanto em outras faixas etárias a porcentagem é menor (0,62%). Outros dados também mostram que, em 2014, 64% dos mortos pela polícia em São Paulo eram negros, 43% tinham de 15 a 19 anos e 40%, de 20 a 29.

Por fim, 4% das mortes por violência policial de 2014 aconteceram no Jaçanã, distrito da família de Douglas. O número é mediano, já que metade das mortes se concentra em 14 distritos no extremo Leste e extremo Sul do município.

No domingo, 27 de outubro de 2013, houve protestos de jovens do bairro. Segundo um rapper do Fórum de Hip Hop e da Zona Norte de São Paulo, isso se deu por uma mistura de dois fatores: um individual – o fato de Douglas ser conhecido e estimado por muitas pessoas –, e um político – o cansaço da população com as opressões vividas diariamente na região:

As pessoas se revoltam. Pensa. O garoto era querido. E você já foi adolescente, eu já fui adolescente, a gente quando tá adolescente e mexem com o amigo da gente, a gente mete o louco. Quando tá em turminha então,

mete o louco. E foi isso que aconteceu. As pessoas se revoltaram. O garoto era querido. O bairro inteiro ficou indignado. Agora, por quê? Porque nós tamo num bairro que é só opressão. Uma hora... (Entrevista com *rapper*, realizada em 12 de agosto de 2019).

O professor entrevistado se lembra que pessoas do bairro todo se sensibilizaram com o ocorrido. Mesmo pessoas que não conheciam Douglas e alunos da escola que não tinham contato com ele comentavam sua morte.

O velório, lembra ainda o professor, foi marcado pela comoção de seus amigos da escola e de sua família e pela presença de muitas pessoas. Lembra-se dos colegas de trabalho do mercado chegando ao velório de uniforme. O pessoal era liberado aos poucos e, como a cerimônia era na mesma avenida do estabelecimento, iam direto do trabalho.

Outro grupo que marcou o velório de Douglas foi o dos policiais militares. A todo momento, passavam pela avenida com motos fazendo barulhos com o escapamento que se assemelhavam a tiros. O professor avalia que faziam isso para arrumar mais confusão e assustar os presentes. Sempre que isso acontecia, as pessoas xingavam os policiais e a tensão aumentava.

O professor conta ainda que um colega docente muito próximo de Douglas escolheu não ir ao velório por ser casado com uma policial. Ele sabia que os alunos tinham ciência da ocupação da mulher e tinha medo de eles associarem sua presença ao soldado que matou Douglas.

Segundo o *rapper*, o Jaçanã (macrobairro da Zona Norte de São Paulo) é notoriamente militarizado. Ele explica que a maioria das pessoas que moram ali são PMs e que os conflitos sociais são evidentes:

Você vai dar uma oficina de música e a criança chega assim “ai, tio, sempre aparece uns *highlanders*, tenho mó medo aqui, sempre tem um corpo no chão” – porque tem os *highlanders*, que são os caras de moto. Seis anos. Só que isso fica normal nesses bairros. (Entrevista com *rapper*, realizada em 12 de agosto de 2019).

Já o professor avalia que a presença constante de policiais se dá por conta da proximidade com uma comunidade onde moram algumas pessoas “problemáticas”.

O *rapper* recorda que, na época, algumas pessoas associaram a morte de Douglas a um conflito com o PCC, já que, durante os protestos, os jovens queimaram pneus e fecharam a Rodovia Fernão Dias, adjacente ao bairro.

A mãe do jovem também relata que ouviu comentários desse tipo: diziam que o pai, caminhoneiro, estava preso e teria ordenado a “bagunça” de dentro da cadeia. Por conta disso, a família quase não pôde rezar a Missa de Sétimo de Dia do jovem:

O padre não queria celebrar a Missa de Sétimo Dia, com medo de ter quebra-quebra dentro da igreja e quis falar com o pai e com a mãe antes da missa. Eu tive que ir lá com o pai, foram mais de 200 pessoas. Nós fizemos uma caminhada, com bexiga e uma rosa branca nas mãos, saímos da minha casa e fomos até a igreja, mas ninguém entrou antes de mim e do pai porque o padre estava com medo. (Entrevista com a mãe de Douglas, realizada em 16 de março de 2019).

A cerimônia, que aconteceu no dia 2 de novembro de 2013, foi uma mistura de missa com manifestação. Além das bexigas e rosas, as pessoas vestiam camisetas com a foto de Douglas e os dizeres “Descanse em Paz, Douglinhas” e cartazes homenageando o jovem e lamentando sua partida. Um deles lembra “Não existe tiro acidental em bairro nobre” e outro “Anjos não morrem, voltam para casa”, por exemplo.

Os três dias que seguiram a morte do jovem foram marcados por barricadas com pneus, queimas de ônibus, tomadas de caminhões e destruição no bairro. A mãe também faz a avaliação de que os protestos resultaram de uma indignação geral com o tratamento dado pela polícia aos moradores do bairro:

Eu acho que a molecada está igual a uma panela de pressão, o caso do Douglas só fez ela explodir porque é muita injustiça. Então, o policial chegar, apontar e atirar... (Entrevista com a mãe de Douglas, realizada em 16 de março de 2019).

Alguns estabelecimentos comerciais não chegaram a abrir na segunda e na terça-feira, mas, ao contrário do que foi noticiado por alguns veículos da mídia, a escola só não abriu no dia 28 de outubro de 2013, porque celebrava o Dia do Funcionário Público. A única precaução que a administração tomou em relação aos protestos foi a de não associar seu nome a eles:

Teve um dia que uma vice-diretora leu em algum lugar que haviam marcado manifestações e deram o nome da escola como se estivesse partindo daqui da porta. Então a gente, pra evitar confusão com a escola, não funcionou naquele período. Acho que tava marcado pras 18h, 19h, e naquele período a escola não funcionou. (Entrevista com professor da EE Victor, realizada em 14 de agosto de 2019).

O professor ressalta que, por serem funcionários públicos, a administração e os docentes não podem se associar a manifestações políticas. Foi por isso também que não participaram da cobertura midiática do caso:

Fizeram reportagens na porta da escola, mas a gente não podia falar porque isso geraria problemas por causa do nosso cargo. Funcionário público não pode dar entrevista em televisão, isso pode dar até exoneração pra gente. Aqui ninguém falou nada. (Entrevista com professor da EE Victor, realizada em 14 de agosto de 2019).

Durante a noite que sucedeu o velório e toda a terça-feira, amigos de Douglas e outros jovens do bairro continuaram com os bloqueios na Rodovia Fernão Dias e as ações pelo bairro. Há imagens dos jovens sobre ônibus municipais e caminhando pela estrada. O movimento rescaldo na quarta-feira, quando o policiamento havia sido reforçado e iniciava-se uma especulação na sociedade de que eles teriam sido orquestrados pelo PCC.

1.4 Por que o senhor atirou em mim?

Outra ação que marcou e deu visibilidade para a morte de Douglas Martins Rodrigues foi a campanha *Por que o senhor atirou em mim?*. Encabeçada pela Coordenação de Políticas para Juventude, subordinada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) da prefeitura da época, e em articulação com movimentos sociais, ela se valeu da frase de Douglas para chamar a atenção para o genocídio juvenil em curso nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Na terça-feira, 29 de outubro de 2013, a Secretaria, que na época era comandada por Rogerio Sottilli, publicou uma nota de solidariedade à família¹⁴. Além disso, a agenda oficial do Secretário registra uma visita à família de Douglas no dia anterior.

O texto da nota de solidariedade destaca que a morte de Douglas aconteceu 48 horas depois do lançamento do *Plano Juventude Viva*, do Governo Federal em São Paulo, com o objetivo de “reduzir a vulnerabilidade dos jovens em situações de violência física e

¹⁴ SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DE SÃO PAULO. Nota pública de solidariedade, 29 out. 2013. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/?p=160086. Acesso em: 13 ago. 2019.

simbólica” e “aprimorar a atuação do Estado no enfrentamento ao racismo institucional e na sensibilização dos agentes públicos”¹⁵.

A nota criticou ainda a atuação da Polícia Militar em relação à juventude da periferia e menciona o Projeto de Lei do “Auto de Resistência”, que à época propunha a obrigatoriedade da apuração dos casos de homicídios por policiais registrados como “resistência seguida de morte”. Nesse momento, a SMDHC anunciou também que acompanharia o caso por meio da Coordenação de Políticas para Juventude.

Segundo um funcionário da pasta na época, a primeira coisa que foi feita foi disponibilizar acompanhamento institucional no sentido de oferecer suporte legal e psicológico à família. Ele conta que a Coordenação se dispôs a colocar a família em contato com a Ouvidoria da Polícia Militar, mas ela já tinha acionado outro advogado. Além disso, protocolou, por meio do balcão de denúncias de violações de direitos humanos da Secretaria, queixas contra o policial militar responsável e encaminhou ao Ministério Público e à Ouvidoria.

A maior crítica desse funcionário em relação ao caso refere-se às limitações da Coordenação da Juventude para oferecer qualquer tipo de apoio. Conta que a pasta tinha pouca verba, já que não era prioridade do Governo Municipal na época, a equipe era pequena e o diálogo com outras secretarias e órgãos era muito difícil:

A coordenação era muito pequena, eu e mais cinco pessoas. Pro tamanho de São Paulo era ridículo. Não tinha muito dinheiro... A secretaria era deficitária porque foi montada na gestão Haddad e herdava uma estrutura de outra... A gente tinha, na verdade, muitas limitações ofertar esses apoios. (Entrevista com funcionário da Coordenação da Juventude em 2013, realizada em 15 de agosto de 2019).

Perguntado sobre o Governo Estadual, na época comandado por Geraldo Alckmin e responsável pela Polícia Militar, o funcionário comenta que não havia nenhum diálogo efetivo ou parceria. Menciona que o Secretário de Segurança naquele momento, Fernando Grella, era “linha dura” e não podia dar nenhuma resposta sobre a corporação que efetivamente comandava.

¹⁵ BRASIL; MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Plano Juventude Viva. **Portal do Governo Federal/Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, 11 out. 2013. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/igualdade-racial/programas/juventude-viva>. Acesso em: 13 out. 2019.

Nesse sentido, a Coordenação encaminhou um Termo de Cooperação ao presidente do Ministério Público, pelo qual denunciava a parcialidade da Justiça Militar e a falta de punição aos policiais que cometiam assassinatos.

Diante das limitações institucionais, a equipe decidiu realizar uma “mobilização política” em torno do caso e usar o simbolismo da fala de Douglas para dar visibilidade ao tema do genocídio juvenil. O membro da Coordenação lembra do choque que sentiu diante da expressão de Douglas, a “indignação de quem não estava fazendo nada e toma um tiro”¹⁶.

No contexto do *Plano Juventude Viva*, observou-se que a Zona Norte, além de ser uma região com alto índice de violência, tinha pouca organização social e política e era um território politicamente conservador. Essa descrição é compartilhada pela mãe de Douglas, que, depois da morte de seu filho, não encontrou movimentos sociais em seu bairro e acabou se unindo aos movimentos de familiares em luto da Zona Leste:

O nome é só para classificar de onde que são as mães, eu sou da Zona Norte, mas não tem nenhuma mãe da Zona Norte, então eu me junto com todas. Eu custumo falar que eu sou junta e misturada com todas. (Entrevista com a mãe de Douglas, realizada em 16 de março de 2019).

Por conta de suas atuações pessoais anteriores à gestão municipal iniciada em 2013, as pessoas da Coordenação da Juventude tinham alguma legitimidade política com os movimentos sociais do centro e estavam articulados com o movimento negro, de juventude e do *hip hop*. Assim, puderam organizar uma “frente ampla” contra o genocídio e começar a campanha *Por que o senhor atirou em mim?*.

A primeira reunião dessa campanha aconteceu no apartamento de um desses parceiros na Praça Roosevelt, no centro de São Paulo. Entre os movimentos envolvidos estavam: Mães de Maio, UNEAFRO – Brasil, Articulação Política das Juventudes Negras, Levante Popular da Juventude, Coletivo Arrua, Marcha Mundial de Mulheres, Quilombaque, Círculo Palmarino, Fórum em Defesa da Vida/Zona Sul, Comunidade Santos Mártires, TV Doc Capão, Associação Frida Kahlo, Instituto Brasileiro de Aliança Socioambiental, Projeto Batukai, Rede Ecumênica da Juventude, Bocada Forte Hip Hop, Campanha Eu Pareço Suspeito?.

A campanha foi responsável por uma das imagens mais associadas ao caso: um estêncil de um jovem atingido e deitado no chão com os braços e pernas abertos e os dizeres “Por que o senhor atirou em mim?” saindo de seu corpo. Essa arte foi espalhada por diversos lugares da cidade numa tentativa de criar uma percepção social sobre o caso.

¹⁶ Da entrevista com funcionário da Coordenação da Juventude em 2013, realizada em 15 de agosto de 2019.

Figura 3 – Logo da campanha *Por que o senhor atirou em mim?*



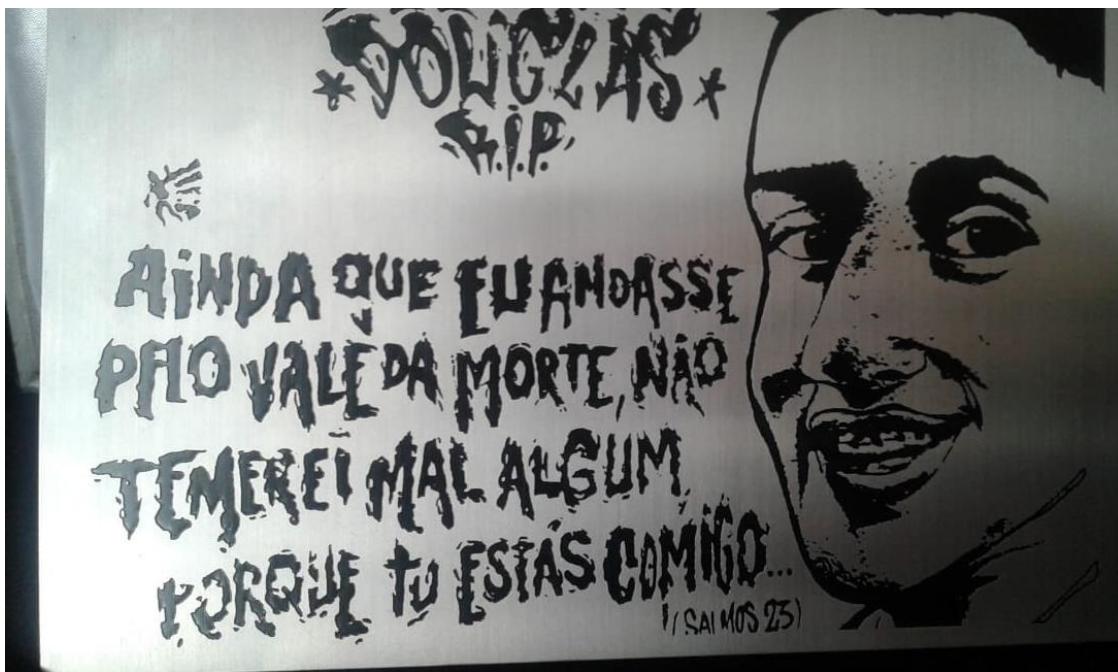
Fonte: Portal do Coletivo Arrua (disponível em: <https://coletivoarrua.org/por-que-o-senhor-atirou-em-mim/>; acesso em 12 ago. 2019).

Foi gravado também um vídeo¹⁷, no qual os artistas envolvidos na campanha perguntam o mesmo que Douglas e também “Por que vocês atiram em nós?”. Publicada em 10 de novembro de 2013, a produção acumulava mais de 60 mil visualizações no momento de redação deste trabalho. Desse vídeo, participam: Dexter, Izzy Gordon, Emicida, KL Jay, Black Alien, Rashid, Fernando Anitelli (Teatro Mágico), Sergio Vaz, Flora Matos, Max B.O., MC Guimê, Rael da Rima, Projota, Cocão VP.

No dia 13 de novembro de 2013, a campanha promoveu um ato no Jardim Brasil que unia tanto a família e os amigos de Douglas quanto ativistas e manifestantes do centro da cidade. A marcha saiu da frente da Escola Estadual Professor Victor dos Santos Cunha no fim da tarde e foi até a Rua Bacurizinho. As pessoas carregavam cartazes e uma faixa com a pergunta e a foto do jovem. Chegando lá, os articuladores da campanha montaram um pequeno palco para que os artistas dissessem algumas palavras e forneceram tintas para que Bonga, artista visual, produzisse um grafite com a imagem de Douglas no local de sua morte.

¹⁷ **Por que o senhor atirou em mim?** Vídeo, 1'01 min, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0lqM-E05k4E>. Acesso em: 16 ago. 2019.

Figura 4 – Reprodução do grafite de Bonga antes de o mural ser apagado.



Fonte: acervo da mãe de Douglas.

O membro da Coordenação da Juventude que ajudou a organizar o evento afirma que mais de 500 pessoas participaram dele. Tinham o intuito de dar visibilidade para o caso e para o tema, por isso trabalharam com recursos próprios para fazer a campanha. Ele lembra que carregou o equipamento de som no próprio carro, que o dinheiro para comprar as tintas e outros materiais foi arrecadado entre os movimentos e que as câmeras usadas na cobertura da campanha eram do Coletivo Arrua:

E foi tudo improvisado, tudo nosso. Fizemos isso acontecer no sentido de dar uma visibilidade, de lançar o vídeo, fazer uma campanha, montar uma página... (Entrevista com membro da Coordenação da Juventude em 2013, realizada em 15 de agosto de 2019).

Duas presenças voltaram a marcar essa manifestação de 13 de novembro: a da Polícia Militar e a do PCC. Segundo o organizador do evento, a primeira acompanhou a marcha desde o começo com 50 viaturas. E o segundo se aproximou ao final do evento para mandar os manifestantes embora. Nesse momento, a alta militarização do bairro e os conflitos sociais estiveram latentes de novo.

O membro da Coordenação da Juventude avalia sua atuação como política, diz que a campanha acabou cumprindo um papel de movimento social, que não era do órgão, mas que os membros arquitetaram ao testemunhar os limites institucionais envolvidos. Além das

manifestações na Zona Norte, fizeram campanhas pela desmilitarização da polícia, incluindo uma cartilha e eventos espalhados pela cidade:

Fizemos um debate com Max BO na Praça Roosevelt sobre o tema. (...) Íamos fazer um show com o Dexter, mas a PM não deixou montar o palco. Já tínhamos feito coisas espalhadas pela cidade, com o MTST.... (Entrevista com membro da Coordenação da Juventude em 2013, realizada em 15 de agosto de 2019).

A pauta também ganhou força diante dos abusos de poder observados ao longo das manifestações de 2013.

Os movimentos continuaram articulados e a campanha *Por que o senhor atirou em mim?* manteve contato com a mãe durante um tempo, mas os funcionários da Coordenação eventualmente tiveram de focar sua atenção na implantação do *Plano Juventude Viva*. Chegaram a convidar a mãe para um debate do programa, mas não conseguiram dar acompanhamento permanente por falta de estrutura.

O *rapper* critica a chegada do *Plano Juventude Viva* e a politização do debate. Diz que o *Plano* servia apenas como “antídoto” e afirma que a campanha foi financiada pelo programa para ganhar notoriedade:

O “atirou em mim” garantiu pelo *Juventude Viva* tirar um dinheiro público de um lugar e colocar nessa campanha. E aí eu faço a campanha e não faço a efetivação para evitar que os adolescentes e os jovens entrem no crime. Então ele fazia política com outro viés e usou ela como *marketing* somente. Campanha publicitária é campanha publicitária, a função dela é gastar um dinheiro. Entrevista com *rapper*, realizada em 12 de agosto de 2019).

A Coordenação da Juventude acompanha a crítica de que o plano não era eficaz, mas avalia que o problema não estava na implantação, e sim em sua concepção:

Ele era mais um programa muito mais de mobilização e visibilidade do tema do que um programa efetivo de resolução de violência. Primeiro que o dinheiro não chegava nos territórios. Era muito difícil pactuar com os governos para levar recursos e programas. A segunda coisa é que não há uma comprovação de que determinados programas diminuam os índices de violência se não envolverem as forças de segurança pública. Um terceiro elemento é que os programas do governo federal não eram vocacionados para esse público em extrema situação de vulnerabilidade. (Entrevista com membro da Coordenação da Juventude em 2013, realizada em 15 de agosto de 2019).

Nessa avaliação, seria preciso envolver órgãos que controlam as polícias, além de pensar em alternativas para esse público de jovens que já está fora das escolas e envolvido com violência.

Sobre a acusação de que o *Por que o senhor atirou em mim?* teria sido financiado pelo *Plano Juventude Viva*, o funcionário da Coordenação da Juventude responde que não usaram nem recursos nem o nome do programa:

A Coordenação da Juventude não tinha dinheiro nenhum e você não consegue executar dinheiro assim na prefeitura. Não tinha nem entrado dinheiro do Juventude Viva ainda. Não usamos nenhum recurso. (Entrevista com membro da Coordenação da Juventude em 2013, realizada em 15 de agosto de 2019).

O *Plano* foi implantado efetivamente a partir do ano seguinte, quando a coordenação lançou um edital que beneficiou 20 organizações sociais, contratou 25 jovens articuladores do território para pensar articulação política, organizou-se com 14 Secretarias Municipais (juntas promoveram um Seminário com 300 pessoas da área de Saúde na Zona Sul, no qual os jovens falaram sobre os problemas de violência, promoveram treinamento em Direitos Humanos para a Guarda Civil Metropolitana, entre outras ações realizadas).

1.5 Homenagens

Na semana que sucedeu o 27 de outubro de 2013, ocorreram muitas as homenagens a Douglas.

Na segunda-feira (28), o então governador Geraldo Alckmin publicou um *post* em seu Facebook lamentando a morte do jovem, informando que o policial responsável pelo disparo estava preso e indiciado e ressaltando que a “comoção legítima da família não pode ser usada por vândalos como pretexto para depredação”.

Figura 5 – Reprodução de *post* do então governador Geraldo Alckmin em 28 de outubro de 2013.



Fonte: Facebook de Geraldo Alckmin (disponível em: <https://www.facebook.com/geraldoalckmin/>; acesso em: 14 ago. 2019).

Na terça-feira (29), a então presidente Dilma Rousseff publicou uma série de *tweets* lamentando a morte de Douglas e ressaltando que esse tipo de violência atinge milhares de jovens como ele.

Figura 6 – Reprodução de *tweets* da então Presidenta Dilma Rousseff em 29 de outubro de 2013.

	Dilma Rousseff @dilmabr	1h
	A violência contra a periferia é a manifestação mais forte da desigualdade no Brasil.	
	Expand	
	Dilma Rousseff @dilmabr	1h
	Assim como Douglas, milhares de outros jovens negros da periferia são vitimas cotidianas da violência.	
	Expand	
	Dilma Rousseff @dilmabr	1h
	Nessa hora de dor, presto minha solidariedade a sua família e amigos.	
	Expand	
	Dilma Rousseff @dilmabr	1h
	Foi com tristeza que soube da morte do jovem Douglas Rodrigues, de apenas 17 anos, na zona Norte de SP.	
	Expand	

Fonte: Facebook de Dilma Rousseff (disponível em: <https://www.facebook.com/DilmaRousseff/>. Acesso em: 14 ago. 2019).

Além do mural feito por Bongo durante a Marcha *Por que o senhor atirou em mim?*, outros grafites e intervenções artísticas tomaram as paredes do bairro.

Outro mural que marcou o caso é o do calçadão Douglas Rodrigues, do Centro Cultural da Juventude da Vila Nova Cachoeirinha (também Zona Norte de São Paulo, embora a 10 km da casa da família). O espaço de convivência foi inaugurado em março de 2016 e tem, na área externa, um grafite em homenagem a Douglas, criado por Shock, em que pombas brancas, simbolizando paz, voam em um fundo azul com sol nascente.

Figura 7 – Grafite de Shock que ilustra a área externa do Centro Cultural da Juventude da Vila Nova



Cachoeirinha.

Fonte: Arquivo de Pedro Borges (Alma Preta).

A homenagem foi decidida com uma votação popular iniciada em setembro do ano anterior. Uma placa na entrada Centro explica que a comunidade sugeriu nomes para o calçadão e esses foram submetidos a voto. A mãe de Douglas lembra da campanha com carinho:

A votação foi linda porque tinha até gente da Argentina votando: eram duas etapas, a primeira o Dodô ganhou e na segunda foi uma coisa tão bonita, todo mundo da família, amigos pedindo votos. Movimentamos o país inteiro, a Argentina, e ganhamos com a diferença de mais de 400 votos. (Entrevista com a mãe de Douglas, realizada em 16 de março de 2019).

Para os funcionários do CCJ, o que marcou foi a retirada das grades que cercavam o Centro Cultural e o aproveitamento que a comunidade pôde fazer do espaço:

É liberdade. Caíram as grades. Hoje tem várias atividades no calçadão. Ele se tornou um vão livre, o público não precisa mais passar pelas grades, ir na bilheteria... (Entrevista com Produtor do CCJ Cachoeirinha, realizada em 14 de agosto de 2019).

A pessoa que trabalhava na época na Coordenação da Juventude, órgão ao qual o Centro Cultural se relaciona, lembra que a linha de ação desses espaços era toda voltada para realizar coisas com o território e envolver a comunidade local. Para o *rapper*, foi mais uma jogada de *marketing*, porque a família do jovem não frequenta aquele espaço.

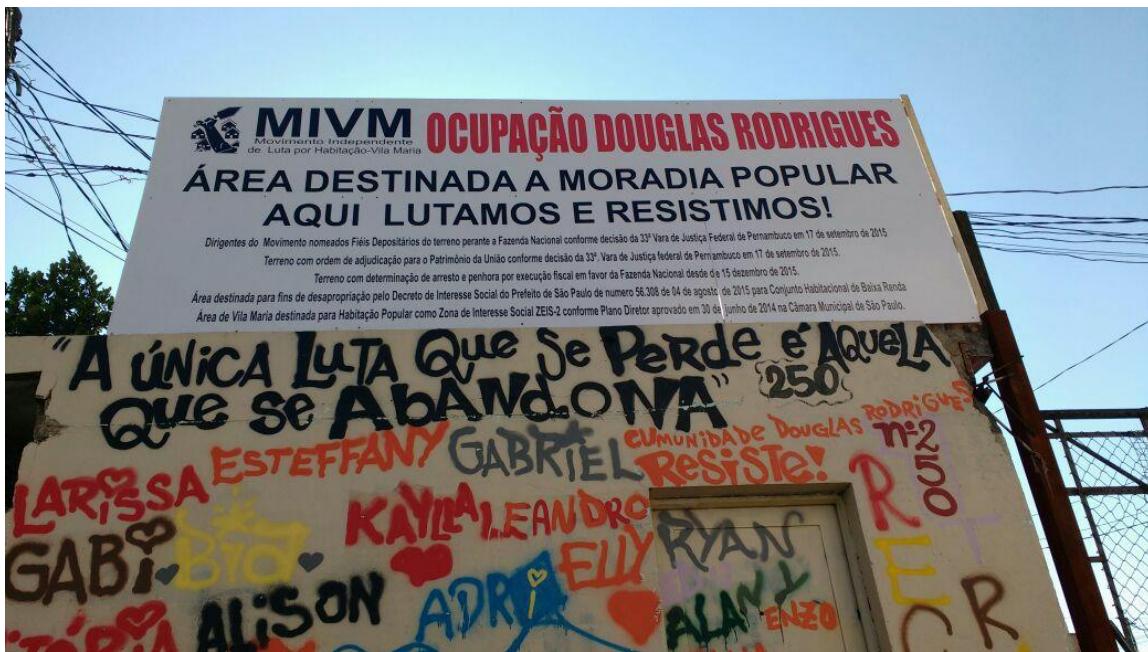
No dia da inauguração, mais de 100 pessoas compareceram ao local, inclusive familiares e amigos de Douglas, que vestiam camisetas em sua homenagem. Depois da revelação do grafite, o calçadão recebeu a peça “Emquadros: Diálogos para uma Juventude Viva”, da Companhia Mudança de Cena, que tematizava as relações entre a PM e a juventude das periferias e havia se inspirado na morte de Douglas. O grupo tinha uma atuação forte na Casa de Cultura Vila Guilherme (também na Zona Norte de São Paulo) e propunha debates “sensíveis e acessíveis” sobre violência de Estado. Além da peça de teatro, a inauguração contou com discotecagem de DJ Hum.

A Ocupação Douglas Rodrigues foi outra a homenagear o jovem. O Movimento Independente de Luta por Habitação da Vila Maria (a poucos quilômetros do Jardim Brasil) ocupou uma área de 50 mil metros quadrados no final de agosto de 2013. As lideranças do movimento conheciam algumas pessoas próximas a Douglas e contam que familiares dele chegaram a morar na ocupação. Também movidos pelo caso que sucedeu apenas dois meses depois do início de sua luta naquele espaço, decidiram homenagear o jovem.

Foi uma tragédia. Moveu o mundo. Principalmente com aquela palavra que ele disse “Por que o senhor atirou em mim?”. (Entrevista com liderança do MIVM, realizada em 14 de agosto de 2019).

A ocupação resiste, mesmo depois de seis anos. Em 31 de agosto de 2019, as lideranças planejavam realizar uma festa com os pais de Douglas para celebrar a luta e o espaço.

Figura 8 – Muro lateral à entrada da Ocupação Douglas Rodrigues.



Fonte: Facebook da Ocupação Douglas Rodrigues (imagem do perfil, disponível em: <https://www.facebook.com/Ocupa%C3%A7%C3%A3o-Douglas-Rodrigues-875485029152940/>; em: 14 ago. 2019).

Entre os amigos, Douglas ainda é lembrado pela expressão “Eterno Douglinhas”. Uma amiga de infância, que cresceu vizinha a ele, publicou uma coletânea de fotos do jovem com esse título. Ao som de uma música que canta saudades, a jovem lembra que ele era amado por todos, diz de sua perplexidade sobre o que aconteceu e registra que sente falta dele.

Nas redes sociais do jovem, há uma infinidade de manifestações como essa. No Facebook, é possível observar as reações de seus amigos logo que receberam a notícia. Além de fotos e vídeos dos protestos que fecharam a Fernão Dias e tomaram o bairro, há diversas montagens com fotos dele.

As mensagens continuam ao longo dos anos. Em 2014, foi realizada uma homenagem com balões e azuis e brancos com a foto de Douglas no local onde está enterrado. Ao longo de 2015 e 2016, há registros de saudades, mas notícias do julgamento que estava em trânsito. O último *post* daquele ano é um desabafo postado pela mãe (na página do jovem), dizendo que não tinha mais alegria de viver.

Desde 2017, a página de Douglas no Facebook é usada como um grande memorial para o jovem. Nela, pessoas que o conheciam deixam suas mensagens, celebram os momentos que passaram com ele e fazem reflexões sobre violência policial. Sua mãe não tem uma página própria no Facebook e usa a do filho, porque os amigos marcam o jovem nas lembranças.

Ela conta que gosta das homenagens, pois elas permitem ver como o filho era querido e não será esquecido:

E isso me faz bem pelo filho que eu tenho, pela educação que dei e pelo amor que ele deixou para os amigos. (Entrevista com a mãe de Douglas, realizada em 16 de março de 2019).

1.6 2013

Para compreender a repercussão do caso Douglas, é preciso pensá-lo também em seu contexto histórico. O ano de 2013 marcou o Brasil no que diz respeito a manifestações sociais e revoltas populares. Ao longo do ano, mas principalmente nas chamadas Jornadas de Junho, o país viu crescer o número de pessoas e de demandas nas ruas. O que começou em São Paulo com atos do Movimento Passe Livre (MPL), que reivindicavam o direito do transporte público gratuito e de qualidade, evolui para englobar outros problemas e atores sociais.

Esta pesquisa não pretende se debruçar sobre esses acontecimentos – algo que já foi feito por outros trabalhos com mais dedicação e perícia. O que faremos aqui é uma breve rememoração do momento histórico daquele ano, para podermos compreender sua relação com as manifestações populares que sucederam a morte de Douglas Martin Rodrigues. Para isso, valemo-nos da coletânea de artigos *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações tomaram as ruas do Brasil* (HARVEY et al., 2013), publicada naquele mesmo ano.

Em tom otimista, a apresentação de Raquel Rolnik classifica as manifestações como um terremoto “que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos” (ROLNIK, 2013, p. 10). A autora cita Ruy Braga, que classifica a luta pela ampliação dos direitos sociais como chave desse momento.

A questão da mobilidade urbana e a discussão sobre direito à cidade suscitaram naquele momento debates sobre a qualidade de outros serviços públicos e sobre cisões sociais históricas no Brasil, que não haviam sido resolvidas com o aumento de renda e o crescimento do consumo vistos ao longo da década anterior.

Nesse sentido, Rolnik (2013) lembra que as manifestações convocadas pelo MPL não surgiram “do nada”, mas foram resultado de articulações de novos movimentos sociais urbanos, com atores que estavam presentes nos debates desde antes daquele momento e seguem em suas lutas no presente, como movimentos estudantis e por moradia. Foram criadas também redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e a nacional Ancop, que

tinham como missão discutir as consequências sociais dos megaeventos realizados no Brasil em 2014 e 2016.

Outra agenda recuperada no texto é a da “crise de representação”, que denunciou o distanciamento dos partidos e políticos da população em geral e, mais profundamente, a necessidade de uma reforma política. Rolnik (2013) alude a uma batalha das narrativas e uma disputa pela comunicação sobre as manifestações quando menciona que os grandes meios de comunicação “investem sistematicamente na desqualificação dos políticos” e, mais ainda, quando lembra que essa crise de representatividade não diz respeito apenas aos meios institucionais, mas também à “voz pública” e aos canais de expressão. Naquele momento, a autora explica, as redes sociais, muito usadas pelos movimentos, não garantiam a inclusão de novos segmentos da população na “chamada formação da opinião pública” (ROLNIK, 2013).

Maricato (2013) trata da complexidade dessas manifestações no Brasil. Enquanto elas eram resultado de uma insatisfação histórica com a condição das cidades, também tinham a presença e o apoio predominante de jovens de classe média e se debatiam contra a lógica da legislação urbana, dos serviços públicos e das campanhas eleitorais. Nesse sentido, Harvey (2013) classifica a liberdade da cidade como mais do que acesso ao que já existe: o “direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações” (HARVEY, 2013).

O autor cita o ritmo acelerado da urbanização, as estruturas do neoliberalismo e os conflitos de classe como forças que atuam contra o exercício desses direitos. Ele explica que, enquanto cidades são espaços plurais, de encontro e interação criativa, também são geradoras de intolerância, segregações, marginalidade e exclusão. Ao se perguntar sobre como garantir resultados positivos em vez de cair “numa violência sem fim”, Harvey explica que evitar o conflito não é resposta, considerando o direito à cidade inalienável, algo a ser “tomado pelo movimento político” (HARVEY, 2013, p. 59). Foi esse sentimento que partiu às ruas em junho de 2013.

Iasi (2013) classifica essas mobilizações como algo didático. A sequência de eventos vai da articulação contra o aumento das passagens, passa pela resposta do governo municipal de que não seria possível voltar atrás por conta de uma “planilha de custos impactada pela inflação” – momento que, segundo o autor, “a série do real se solda no discurso ideológico”, porque o poder público mantém condições de lucro para as empresas de transporte – e termina com a atuação da Tropa de Choque da Polícia Militar como “freio de segurança para quando as mediações cotidianas da ordem não funcionam” (IASI, 2013). Isso tudo serve para mostrar o despreparo dos governos para responder a demandas sociais. Para o autor, a explosão e

manifestações se deram porque a repressão aos jovens e a prepotência na resposta funcionaram como catalizadores.

Viana (2013) discorre sobre um momento notável, que marcou a cobertura do telejornalismo sobre as manifestações: a noite de 13 de junho de 2013, quarta mobilização convocada pelo MPL-SP. Nessa noite, o apresentador do *Brasil Urgente*, José Luiz Datena, lança um questionamento: “Será que nós formulamos mal a pergunta?”, depois de uma enquete mostrar que sua audiência era a favor desse tipo de protesto (disruptivo à vida pública). Ao insistir no discurso que classificava aquele momento como “baderna”, o apresentador se viu obrigado a conceder que “o povo tá tão pé da vida que apoia qualquer tipo de protesto” (VIANA, 2013, p. 97).

Secco (2013) destaca um levantamento do jornal *Folha de S.Paulo* sobre as pessoas que foram às ruas em 17 de junho de 2013: “84% dos manifestantes paulistas não tinham preferência partidária, 71% participavam pela primeira vez de um protesto e 53% tinham menos de 25 anos. Pessoas com ensino superior eram 77%” (SECCO, 2013, p. 124). A partir desse levantamento, o autor lembra a mudança das manifestações ao longo do tempo: em 20 e 22 de junho, as ruas se dividiram entre os que ainda tinham como questão central o aumento da tarifa e os que haviam sido pautados “de cima para baixo” (SECCO, 2013, p. 125).

O texto traz números de manifestantes em São Paulo e traça uma perspectiva temporal, revelando que o MPL ganhou solidariedade depois que a quarta manifestação foi altamente reprimida pela polícia. A adesão massiva fez com os governos baixassem as tarifas de transporte. Para o autor, essa alteração, relacionada à ação policial, deu-se por conta de uma “apropriação da imprensa” da violência, “tão natural contra trabalhadores organizados” (SECCO, 2013, p. 128). O que importou, portanto, foram os atores sociais atingidos e a narrativa que se construiu sobre os eventos.

Vale ressaltar a associação feita na entrevista pelo *rapper* do mesmo momento histórico com a discussão sobre genocídio juvenil. Em sua avaliação, as pautas levadas às ruas em 2013 acabaram por abafar o debate que havia crescido nos anos anteriores. Para ele, apesar da taxa crescente de homicídios e o recorte social claro, é mais difícil levar as pessoas às ruas para falar de morte.

CAPÍTULO 2

MEMÓRIA

Neste segundo capítulo, trataremos dos aspectos das narrativas sobre violência no Brasil que se desenvolvem no campo da memória. Além de buscar justiça – punição devida aos membros das forças armadas do Estado que assassinaram seus filhos –, os movimentos de mães e familiares em luto trabalham para manter a memória desses jovens viva. É comum, ao acompanhar manifestações, vermos faixas e cartazes com os dizeres “nossos mortos têm voz”, uma frase emblemática e um lembrete de que esses jovens não serão esquecidos. Aqui apresentaremos alguns aspectos conceituais sobre construção e resgate da memória, a articulação dela à luta por justiça e as tensões do esquecimento.

Para iniciar, faremos um resgate de alguns aspectos que compõe o campo da memória em relação a narrativas, violência, movimentos sociais e coletividade, luto e esquecimento. No Brasil, o primeiro movimento de mães e familiares em luto surgiu em Acari (RJ), após o desaparecimento de 11 jovens, três meninas e oito meninos, de 13 a 32 anos de idade, em julho de 1990. Conta-se que o grupo viajou para um sítio para fugir de policiais que tentavam extorquir alguns deles por terem se envolvido com crimes. Certa noite, foram levados daquele lugar por pessoas que se diziam policiais e nunca mais foram vistos.

Esse movimento de mães foi precursor na luta por verdade e justiça sobre o genocídio da população jovem, negra e periférica no Brasil: elas fizeram suas próprias investigações e levantaram suas vozes para denunciar a violência. Até hoje, nenhum dos jovens ou seus corpos apareceram. O Estado não reconheceu as mortes e nem expediu as certidões de óbito (a falta desse reconhecimento impede que as famílias recebam pensão ou indenizações por parte do Estado).

Para relembrar essa história, recorremos a Freitas (2002), que se vale de entrevistas com as mães (realizadas por ela própria ou reunidas de matérias jornalísticas) para entender essas mulheres a partir da violência, da maternidade e da luta – chaves que ligam todos os grupos desse tipo no Brasil e na América Latina. Trazemos também Araújo (2007), que realizou entrevistas com algumas mães do grupo e fez leituras de documentos, livros e recortes da imprensa para classificar as práticas de comunicabilidade do grupo de Acari e entender os repertórios, idiomas de ação, reivindicações e símbolos que perduram até hoje.

O resgate histórico do caso e o embasamento teórico fundamentado por essa segunda pesquisa é similar ao que pretendemos realizar aqui. O pesquisador explica que as mães sempre trabalharam em relacionar esse movimento precursor com o fenômeno social que ele combate:

Elas buscam mostrar que aquilo que aconteceu com seus filhos não foi uma exceção, mas sim uma regra e pode voltar a acontecer. O que as ‘Mães de Acari’ pretendem, portanto, é tornar seu caso particular um caso exemplar, que diz respeito a todos. Como se sabe, em muito pouco tempo outras chacinas aconteceram e não param de acontecer, basta lembrar os casos da chacina da Candelária, Vigário Geral e Baixada Fluminense, para ficar apenas com as mais conhecidas”. (ARAÚJO, 2007, p. 61).

O autor, que tem como enfoque principal o desaparecimento dos jovens, relaciona o desenrolar do caso às narrativas sociais construídas sobre ele, além de articular o trabalho de memória realizado pelas mães com os obstáculos que tiveram de enfrentar e o processo de perda e luto. Entre os “idiomas de ação” que encontra para os movimentos envolvendo familiares de vítimas da violência encontram-se o luto, a justiça e a paz. E a paz, avalia, tende a apagar os conflitos sociais numa proposta de conciliação, em detrimento da justiça.

Ao lembrar uma tentativa de esse enquadramento ser aplicado às mães de Acari, Araújo (2007) considera que só será possível haver paz quando houver justiça e reparação. Resgata a ideia de que o luto pode servir como meio para essa luta, pois a “experiência das Mães de Acari e o diálogo possível com outras experiências similares (como a das Mães da Praça de Maio, por exemplo) têm ajudado a fomentar um espaço fúnebre capaz de alimentar a memória humana” (ARAÚJO, 2007, p. 152). É essa experiência que pretendemos enunciar ao longo deste segundo capítulo.

Em sua convivência com essas mulheres (à exceção de Edméia, assassinada em 1993), Freitas (2002) percebeu uma mudança de suas identidades a partir do desaparecimento de seus filhos e da constituição de seu movimento. Sempre motivadas pelo “amor de mãe” e falando de sua experiência feminina e de classe, elas vão ocupando seu lugar de “cidadãs” na sociedade. Nesse processo, também tomam a frente na produção de narrativas sobre si e sua luta. Ao destacar imagens das mães nas ruas e lutando, a autora nota a formação de redes, uma articulação de valores norteada pela solidariedade:

Não existe uma figura única de mãe (assim como de mulher). Essas mulheres vão, pouco a pouco, construindo uma memória comum, uma comunidade de interesses que se articula num grupo que hoje se relaciona com grupos do mundo inteiro (...). Dessa forma elas podem ser vistas como participantes das lutas contra as diversas formas de desproteção social em

que se apoiam os princípios neoliberais que vêm predominando em nossa sociedade e naturaliza tanto a miséria quanto o genocídio social com o qual temos convivido. (FREITAS, 2002, p. 99).

Hoje, talvez o movimento brasileiro de familiares em luto mais conhecido seja o Movimento Independente Mães de Maio (SP), que surgiu em resposta aos crimes de maio de 2006: um período de 30 dias que terminou com 493 pessoas mortas, das quais aproximadamente 90% eram civis – 107 foram assassinadas só no Dia das Mães. Já foram realizados muitos trabalhos acadêmicos sobre o tema, inclusive com a coautoria de Débora Maria da Silva, uma das líderes do movimento, como é o caso de *Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição* (AMADEO *et al.*, 2019). Vale ressaltar também o texto de Ruotti *et al.* (2014), que segue a trajetória de um dos jovens vítima desses crimes, Gabriel, para classificar sua vulnerabilidade e a relação disso com seu homicídio. O termo “vulnerabilidade” é entendido como “fragilidade dos indivíduos em lidar com riscos” e permite a contextualização dessas pessoas que foram mortas em maio de 2006 num cenário social em que estão inseridas – da mesma forma que pretendemos aqui ao elencar os dados de violência e as relações das vítimas.

De maneira mais geral e relacionada a este capítulo, o artigo de Freire, Farias e Araújo (2009) tem como tema as “gramáticas políticas da dor e do amor” (p. 1) nesses movimentos. Ao apresentar um caso do julgamento da morte de um jovem executado em uma favela no Rio de Janeiro em 2002, os autores chamam a atenção para a estratégia da Promotoria de Justiça de provar que o jovem era “digno de ser tratado pela Justiça como vítima” (p. 3). Já que havia sido executado por policiais, era preciso desqualificar as justificativas para aquela ação, afastando o jovem do “mundo do crime” (p. 3) e realizando o que os autores conceituam como uma limpeza simbólica.

Freire, Farias e Araújo (2009) explicam ainda que o procedimento, além de recurso de defesa, é a institucionalização de uma forma de enquadramento definida pela percepção de quem é detentor de direitos em uma sociedade. Essa narrativa é muito comum nos julgamentos dos casos de vítimas do Estado. Até hoje, mães precisam provar que seus filhos não tinham nenhum motivo para serem mortos por policiais. O caso de Douglas é a expressão máxima desse processo: sempre é ressaltada a imagem do jovem que passeava com o irmão no domingo à tarde e que não sabe por que foi atingido.

Os autores avaliam que a necessidade de provar a condição de vítima do jovens trava os procedimentos jurídicos de acusação contra os policiais e acaba por inspirar novas formas

de expressão desses atores sociais. O artigo explora as tensões da tomada de voz em contextos de sociabilidade violenta, usando casos e pessoas de diversos contextos e grupos como pontos de partida da análise. As dificuldades de legitimação da reivindicação articuladas às condições de pobreza ou criminalidade identificadas pelos autores também são muito comuns nos grupos que estudamos e nas mulheres que entrevistamos.

Ao analisar o caso de Acari, Freire, Farias e Araújo (2009) lembram o momento em que o delegado responsável pela morte de Edméia tentou desqualificar sua condição de vítima ao relacionar seu assassinato a supostos traficantes com os quais estaria envolvida. O texto traz relatos nos quais essas mães articulam dores físicas e emocionais como linguagem para realizar suas denúncias.

Os autores discutem também o momento em que familiares dos jovens mortos na Chacina do Borel (RJ) em abril de 2003 tiveram de diferenciar sua mobilização – por segurança na comunidade e para provar que as vítimas eram inocentes – de protestos de traficantes. Freire, Farias e Araújo (2009) resgatam um discurso pela “paz” que havia marcado a sociedade carioca na década de 1990:

Além de vencer a barreira da banalização e da criminalização, não sendo rotulada como “baderna”, “arruaça” ou “quebra-quebra”, a manifestação legitimou as denúncias que os moradores do Borel fizeram ao poder público trazendo, assim, maior visibilidade para a chacina que havia acontecido em abril. (FREIRE; FARIA; ARAÚJO, 2009, p. 21).

É desse tipo de articulação narrativa que trataremos adiante como trabalho de memória.

2.1 Memória como produção do passado

A partir de Ricoeur (2000), entendemos memória como representação do passado. Assim, pretendemos analisar o tema da representação da perspectiva da experiência fundamentalmente humana de ter memória, do que se faz com ela e da sua ordenação para criar narrativas. Trabalhamos com a noção de que a memória (assim como a imagem) traz desde a sua origem um elemento de suspeita. Ou seja, ambas podem ser pensadas relacionadas entre si, sob a dinâmica do fazer presente algo que estava ausente e da problemática da imaginação. Essa relação afeta todos os elementos estudados nesta pesquisa: da narração de cada indivíduo, da construção da memória coletiva, do trabalho e das políticas de memória, do esquecimento.

Ao refletir sobre os aspectos da lembrança que são como uma espécie de imagem e tentar explicar o enlace das duas não só no nível da linguagem, mas no nível da própria experiência, Ricoeur (2000) recupera a “fenomenologia das presentificações intuitivas” de Husserl. Juntos, traçam um caminho que vai do que é apresentado ao que é presentificado, sendo a apresentação ligada a afinidades e a crenças sobre algo. Ao contrário da representação imagética que faz presente algo de maneira indireta (por fotos, pinturas, retratos etc.), a apresentação dá à lembrança um potencial transformador, ligado ao passado. O texto expõe as tensões entre o lembrado, o fictício e o representado que acontecem sobre a sempre presente oposição à percepção.

Mais adiante, Ricoeur (2000) lembra a distinção, feita por Bergson, entre “lembrança-pura” e “lembrança-imagem” – alertando para a necessidade de boa vontade ao se admitir a existência da primeira (exemplificada pelo autor por conteúdos pedagógicos no texto filosófico) e reconhecendo o extremismo da teoria. Para explicar de que maneira a lembrança retorna em forma de imagem e chega a “revestir-se das formas que escapam a função do irreal” (p. 66), vale-se da ideia de uma passagem do virtual ao efetivo e classifica a mudança do primeiro tipo de lembrança para o segundo como um movimento que traz a lembrança para o arco da percepção. Enquanto a lembrança-pura é espontânea e perfeita, a lembrança-imagem acontece no “ato do reconhecimento” (p. 68), entre a “memória que revê” e a “memória que repete” (p. 68), portanto no ato do mostrar.

É essa segunda lembrança que nos interessa aqui. Esse potencial imaginativo se revela nos trabalhos de recordação e à medida que uma lembrança se atualiza em imagem. É ele que está em movimento tanto na narração das histórias quanto nas manifestações sociais. A lembrança com a qual trabalhamos não é a do fato puro (pois isso não seria possível ao se tratar de histórias de vida), mas sim a que se atualiza e é ativamente recuperada.

Acreditamos que é justamente esse trabalho que os membros dos movimentos de familiares em luto realizam ao contar suas histórias em suas produções (livros, documentários, faixas, manifestações e redes sociais), participações em debates e na mídia e se esforçar para que os jovens assassinados sejam lembrados de maneira justa e lutar por reparação no âmbito político e social.

Para Ricoeur (2000), a lembrança estaria implicada na visão da coisa passada. Por localizar a lembrança-imagem no meio do caminho entre ficção e alucinação, o autor questiona o que é posto “debaixo dos olhos” (p. 70) por quem produz a memória e relaciona a busca por verdade com a problematização das lembranças. A cilada, explica, está na ponta da alucinação na qual o encantamento da imaginação (de fazer aparecer algo) resulta na anulação

da distância entre o que é representado e a representação. Dessa forma, quem produz memória cria imagens, mostra, expõe, deixa ver.

Nesse sentido, o texto identifica uma “incrustação do passado no seio do presente” (RICOEUR, 2000, p. 70) na narrativa da história oficial; uma obsessão por certos temas, em detrimento de outros, sustentada por esse poder imagético: “a escrita da história partilha, dessa forma, das aventuras da composição em imagens da lembrança sob a égide da função ostensiva da imaginação” (RICOUER, 2000, p. 70).

Exploraremos melhor os conceitos de imagem, imaginário e representação adiante.

Rossi (1991) classifica a memória como uma seleção de imagens com referência temporal, algo contínuo, e reminiscência, mais próximo da lembrança-imagem de Ricouer (2000), como o ato de recuperar o que foi esquecido. Explica que, no âmbito da memória, as imagens evocam – no sentido metafísico da palavra: “se as imagens são expressão de uma realidade transcendente e para ela remetem, a arte da memória se torna um meio para fazer corresponder mente e universo, microcosmo e macrocosmo” (ROSSI, 1991, p. 17). Ao pensar a arte da memória, o autor trata de renascimentos e transfigurações de ideias e explica que os grupos que controlam a imaginação fabricam imagens que preenchem lugares mnemônicos, ou seja, imagens que moldam identidades sociais.

Memória pode ser entendida como fenômeno construído coletivamente, submetido a flutuações. Para Pollak (1992), os fatos de memória são maiores do que fatos históricos e representam a informação mais irredutível sobre algo. Assim, as lembranças de cada um comporiam em conjunto a memória sobre algo de maneira mais fiel do que narrativas históricas rígidas. A memória é formada por acontecimentos, personagens e lugares que se relacionam tanto individualmente quanto se misturando, por transferências e projeções, além de ser afetada pelas preocupações do momento presente.

Pollak (1992) também ressalta que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade (física, temporal e de coerência), portanto estabelece as fronteiras da consciência, das ações e dos pensamentos de si em relação ao outro. Explica:

A construção de identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros. (POLLAK, 1992, p. 204).

Dessa forma, as lembranças e a relação de alguém ou um grupo sobre determinado fenômeno social estabelecem sua identidade social. São uma forma de relacionar indivíduos em uma escala política.

As influências externas e esse potencial de identidade social evidenciam a disputa em torno da memória. Halbwachs (1990) classifica a memória coletiva ou nacional como símbolo: algo que aprendemos por meio de lembranças alheias e que ganha sentido e importância na relação com o outro e na sociedade. Ela se solidifica à medida que é uma corrente de pensamento contínuo e vivo dentro do grupo, apresenta limites irregulares ou incertos, estendendo-se até onde for possível, e tem uma multiplicidade, enquanto a história oficial é una. Como fenômeno construído, é preciso se perguntar sobre o trabalho de enquadramento da memória, de sua organização e sua continuidade.

Barash (2012) explica que identificar uma “memória justa” implica uma ação política e, para isso, é preciso estender a reflexão à memória das coletividades nacionais e dos grupos que as compõe. Na análise que lida com a transição entre memória individual, social e coletiva, entende a memória coletiva como algo que acontece entre as duas primeiras a partir de um princípio de coesão social. O coletivo age sobre os indivíduos, mas, mais ainda, a coesão social demanda a experiência do colocar-se no lugar do outro: “colocar a soberania do eu no coração da constituição do outro” (BARASH, 2012, p. 67).

Sobre identidade e representação, o autor explica que “a possibilidade de referir a memória coletiva além da esfera da experiência pessoal reside no poder comunicativo dos símbolos” (BARASH, 2012, p. 69). A memória coletiva viva acontece na experiência partilhada de diversos indivíduos, na união entre a lembrança de cada um e a incorporação simbólica do grupo, além de encontrar material nas relações per se que qualificam a dimensão simbólica e corporal.

2.2 Tensão esquecimento e trabalho de memória

Falar de luto é também falar da tensão do esquecimento, da relutância em deixar ir, do que é lembrado voluntariamente e do que é preciso de um esforço para ser recuperado. Tanto no âmbito individual quanto no social, o papel da memória nos processos de perda e sua importância no trabalho de superação são evidentes.

É importante ressaltar que, neste ponto do trabalho, não pretendemos descrever a relação entre memória e luto do ponto de vista da Psicanálise, mas sim levantar alguns conceitos que nos ajudam a compreender a relação do movimento das mães sujeitas desta investigação com a memória. Tratamos aqui de três esferas nas quais acontece o trabalho de memória e em que podemos identificar uma tensão com o esquecimento: o caráter individual das experiências vividas, a esfera do movimento social construída coletivamente e a

responsabilidade da sociedade como um todo e do Estado nos trabalhos de reparação e preservação da verdade.

Em conjunção com as reflexões realizadas acima, onde articula memória como representação e símbolo compartilhado, Ricoeur (2000) define o esquecimento como o apagamento de rastros e a falta de ajustamento da imagem presente à impressão deixada. Portanto, mais do que algo que simplesmente acontece, esquecimento pode se relacionar com narrativas, políticas públicas e instituições.

A partir dos teóricos elencados aqui, entendemos que nos debates sociais sobre segurança pública e violência, o esquecimento é manipulado nas narrativas. E isso não significa necessariamente algo ruim ou errado (em oposição a determinada “verdade”). O esquecimento é condição humana e entendê-lo é fundamental para qualquer possibilidade de memória

Em sua leitura de *A memória, a história, o esquecimento*, de Ricoeur (2000), Barash (2012) defende, numa dimensão psicológica, “um trabalho de memória” (p. 72) para evitar o privilégio da vítima, ou seja, um esforço de combate ao esquecimento para que a comunidade não fique no papel de devedora em relação ao indivíduo ou grupo prejudicado, mas, mais do que isso, realize um resgate das dimensões simbólicas e recorrências históricas do ocorrido para entendê-lo em relação à identidade nacional.

Esse primeiro resultado (do devedor e da vítima) é o que acontece com debates sobre memória que querem engessar os fatos e lembranças na narrativa hegemônica, que buscam “esconder, despistar, confundir vestígios”: “a coerção do esquecimento tem a ver com as ortodoxias, com a tentativa de coagir todo pensamento possível dentro de uma imagem enrijecida e paranoica do mundo” (ROSSI, 1991, p. 32).

O segundo, mais profundo, é o que Rossi (1991) classifica como “reevolução”, a recuperação ativa de imagens de um conhecimento ou sensação antiga: “voltar a lembrar implica um esforço deliberado da mente; é uma espécie de escavação ou de busca voluntária entre os conteúdos da alma” (ROSSI, 1991, p. 16).

O esquecimento também pode ser entendido como técnica narrativa em processos históricos e na compreensão de traumas, algo que aprofunda e qualifica o debate ao invés de enfoques duros nos “lados da história” e “dados oficiais”. Huyssen (2014, p. 159) explica: “qualquer narrativa é seletiva e implica certo esquecimento de que uma história poderia ser contada de outra maneira”. Reconhecer os limites da narrativa e os da representação é o primeiro passo para combater falhas e manipulações na história. Em outras palavras, é possível fazer uso dessas restrições para chegar a uma narrativa mais fiel da história.

Ao tratar a ética das representações sobre situações históricas traumáticas, Huyssen (2014) chama a atenção para a armadilha de uma moralização e um engessamento da história que impedem que ela seja compreendida por gerações futuras ou, até pior, simplesmente não seja contada. O autor faz uma defesa de situações mutáveis de mediação para que a memória se renove e define o esquecimento consciente como um “querer saber democrático” (HUYSEN, 2014, p. 161).

O autor ainda resgata a luta por memória que se sucedeu na Argentina com o fim da ditadura militar e a classifica como muito bem-sucedida, apesar da atração da sociedade pelo esquecimento sobre o destino dos “desaparecidos” políticos e das batalhas pelo foco dos debates.

Huyssen (2014) explica que o sucesso das políticas de memória argentinas se deve ao esforço das Mães e Avós da Praça de Maio em manter, em suas manifestações semanais desde 1977, o centro das atenções no terrorismo do Estado argentino contra os próprios cidadãos. Ele descreve a obstinação dessas mulheres ao longo da Copa do Mundo de 1978, da Guerra das Malvinas em 1982 e do estabelecimento do governo civil em 1983, marcado pela publicação dos depoimentos *Nunca más* pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, que detalhava os horrores perpetrados pelos militares contra a “subversão” nacional.

A coletânea teve grande impacto na imprensa nacional e foi fundamental para estabelecer a narrativa dos movimentos de reparação. Até forneceu base “simbólica e empírica” para os julgamentos da junta militar que vieram a seguir. Estes, por outro lado, foram marcados por audiências públicas que criminalizavam a guerrilha urbana de esquerda, “numericamente insignificante” (HUYSEN, 2014).

A soma das duas narrativas colocou as duas ações e grupos em pé de igualdade como responsáveis pelo golpe e pelas violências que o sucederam e acabou por justificar o golpe militar no debate social. Huyssen (2014) chama a atenção para um primeiro esquecimento nessa dinâmica: “essa teoria escusatória dos dois demônios, que legitimava retroativamente o golpe, ignorou, como lhe convinha, a comprovada ligação entre os esquadrões da morte e os militares, e respaldou os simpatizantes e beneficiários do regime” (HUYSEN, 2014, p. 162).

Foi o que aconteceu em outros países da América Latina em seus processos de redemocratização nas últimas décadas do século XX: o esquecimento seletivo das políticas de morte do Estado, a culpabilização de grupos resistentes e a consequente relativização do regime militar. Nessa comparação regional, Huyssen (2014) explica que os debates intensos sobre memória que acontecem na sociedade argentina desde a década de 1970 são o que mantém os militares longe do poder mesmo durante crises econômicas intensas no país. É

impossível não nos questionarmos sobre a existência do genocídio juvenil no Brasil, caso o debate social sobre a ditadura militar tivesse se sucedido de maneira similar à de nossos vizinhos.

O que possibilitou a transição da narrativa dos “dois demônios” na Argentina para as políticas com enfoque em reparação e nos direitos humanos foi um outro tipo de esquecimento, segundo Huyssen (2014). Um tipo de “memória manipulada” responsável por levantar a moral dos ativistas e apoiar a luta das mães e avós. Aos poucos a noção de que haviam ocorrido graves violações dos direitos humanos por parte do regime militar foi se solidificando e a dimensão política da insurgência de esquerda deu lugar à figura do desaparecido como vítima do terrorismo de Estado:

Esse esquecimento foi necessário, na época, por duas razões: primeiro, foi necessário para invalidar os argumentos apresentados pela defesa dos generais, que se baseavam na ideia de que o golpe e a repressão tinham sido causados pelo terrorismo armado da esquerda radical (...). Segundo e mais importante, foi necessário para permitir que toda a sociedade argentina, inclusive os não participantes e os beneficiários da própria ditadura, se congregassem em torno de um novo consenso nacional: a separação clara entre criminosos e vítimas, culpados e inocentes. (HUYSEN, 2014, p. 163).

Esse novo consenso transformou os mais de 30 mil desaparecidos políticos em vítimas passivas, mas também colocou os generais no rol dos responsáveis pelos infames “massacres administrados (Arendt) do século XX” (HUYSEN, 2014, p. 163) e possibilitou sua condenação. O autor lembra que nos primeiros anos da ditadura não havia espaço no debate social argentino para a dimensão política nem do que havia levado a esquerda a enfrentar o governo, nem do que se relacionavam aos direitos clamados pelas Mães da Praça de Maio: “a figura purificada da inocente vítima não política tornou-se ainda mais poderosa na Argentina. A política e a história foram reduzidas à linguagem da família e das emoções” (HUYSEN, 2014, p. 163).

Atualmente, fortalecida a memória sobre os crimes da ditadura, a dimensão política está sendo recuperada numa tentativa de ligar os jovens desaparecidos a uma “luta idealista por um mundo mais justo” (HUYSEN, 2014, p. 165) e, mais longe, relacionando a pretensa impunidade da anistia (proposta na década de 1980, mas revogada em 2003) com a impunidade da ordem econômica neoliberal responsável pelas crises que o país vem enfrentando. Huyssen (2014) congratula essa recuperação da memória que dispensa a versão reducionista das vítimas inocentes e explica que a Argentina chegou a um novo estágio da discussão. Agora pode questionar a classe política em sua perspectiva histórica, sem precisar

arriscar os ganhos dos movimentos de direitos humanos e usar esse trabalho para qualificar os debates sobre questões atuais.

Como considera o autor, a compreensão e a representação de passados históricos traumáticos exige cooperação entre historiadores e “memoriadores”. Isso porque fatos dessa natureza não comportam os desfechos e as oposições morais da história oficial: “as afirmações de desfecho implícitas na historiografia objetiva, baseada em fatos, naufragam na própria natureza da experiência traumática, que nega a reconciliação, a cura e o desfecho” (HUYSEN, 2014, p. 140). As representações oficiais são insuficientes para formular a narrativa a respeito das experiências violentas e, claro, embora não se possa contar apenas com versões pessoais, elas apresentam um teor humano importante para o debate que exploraremos a seguir.

2.3 Narrar a própria dor

Acreditamos que o conceito de história oral é ideal para iluminar o caminho para um equilíbrio das narrativas sobre violência e segurança pública. Entendemos que apenas com a escuta e a compreensão ativas do passado seremos capazes de trabalhar para melhorar o futuro. Nesta seção, temos o objetivo de demonstrar como essa técnica pode contribuir para a luta dos movimentos de mães em luto tanto na esfera individual, quanto coletiva e social. Fazemos, portanto, uma defesa de um uso político da história oral, que reivindica o valor da experiência e da vivência para contar a própria história – ou, nesse caso, a própria dor.

Nosso condutor para esse conceito é o texto clássico de Paul Thompson (2002), *A voz do passado*, que demonstra como a história oral abre uma nova dimensão para os estudos de história, podendo revelar novos campos de investigação e devolver o protagonismo às pessoas que vivenciaram a história a partir de suas próprias palavras.

Nesse sentido é preciso, como defende Thompson (2002), repensar a finalidade social da história. Segundo o autor, por lidar com reminiscências, a história oral tem o potencial de reanimar o espírito de quem conta e registrar detalhes que uma entrevista superficial não notaria.

Aqui, acontece o fenômeno que Ricoeur (2000) descreve ao confrontar memória e lembranças. As últimas são mais orgânicas, contestáveis e naturais e se contrapõem à rigidez de uma memória que contém todo o passado: “as lembranças podem ser tratadas como formas discretas com margens mais ou menos precisas, que se destacam contra aquilo que poderíamos nomear de fundo memorial, com o qual podemos nos deleitar em estados de

devaneio vago” (RICOEUR, 2000, p. 41). É uma relação menos rígida com a história, que respeita o tempo e a interioridade de cada um.

O que demarca um trabalho de memória atento e catalizador de mudanças é a sua contextualização: cabe ao historiador, pesquisador ou jornalista interpretar o que é contado e relacionar cada depoimento aos fatos sociais e históricos relatados ali. Thompson (2002) chama a atenção para o perigo de as fontes orais estimularem uma visão distorcida do passado, já que a influência das ondas políticas, econômicas e estruturais no quotidiano das pessoas não é uma certeza.

Falando de acontecimentos políticos e memórias de grupos sociais, especificamente, Bosi (2003) lembra que é preciso ter em mente que a narrativa hegemônica afetará a lembrança de cada um sobre o fato: “quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento” (BOSI, 2003, p. 22).

Isso denuncia uma possível inautenticidade dos depoimentos, que podem vir carregados de preconceitos ou apenas de lembranças equivocadas. A aplicação da história oral em um trabalho sobre um fenômeno social pressupõe, portanto, a interpretação dos depoimentos para identificar esquecimentos, omissões e trechos desfiados de narrativa. Tanto a influência da memória coletiva, quanto esses pequenos lapsos de lembrança são marcas da sensibilidade de uma época.

Bosi (2003) explica que, nesses casos, os laços entre memória pública e individual são mais estreitos e é preciso matizá-los quando formos trabalhar os depoimentos. A autora lembra que esse tipo de trabalho de memória só é possível por conta da suavização das fronteiras entre História, Sociologia e Psicologia, promovida pelos frankfurtianos. É a ideia de que a memória de cada um pode ser cooptada por estereótipos que nascem no interior do próprio grupo ou que são representações marcadas por instituições dominantes e, dessa forma, precisam ser analisadas sob o signo da problematização.

Uma hipótese a ser estudada no futuro é que este seja o motivo pelo qual as mães dispensam o fator raça e etnia ao falar de genocídio juvenil. Mesmo com dados demonstrando que a grande maioria dos jovens assassinados pelo Estado é negra, quando perguntadas sobre esse recorte, nossas entrevistadas citam casos de jovens que não eram e reforçam a noção de que o fator determinante é a pobreza, não a cor da pele. Algo a ser pensado em pesquisas futuras e que pode ter sua explicação no fato de que a narrativa dominante sobre esses jovens

é que eles estavam “na hora errada, no lugar errado”¹⁸ ou, ainda, fazendo coisas erradas. Nesse caso, as narrativas dos movimentos se aproximam mais dos comunicados oficiais de governo e da mídia em geral.

Essa percepção reforça a necessidade de uma sensibilidade maior na narrativa sobre a sociedade e, consequentemente, da história. Conversar com quem vivencia determinado fenômeno social nos permite “descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta” (Thompson, 2002, p. 197). Os depoimentos têm a vantagem de ser próprios de cada indivíduo, revelando questões inconscientes e as marcas que os eventos deixaram em cada um.

Thompson chega a comparar o trabalho do historiador oral com a psicanálise, “a magia da nossa época”. Além do inequívoco valor de cura e contribuição para o processo de luto trazido pelas conversas, as entrevistas têm o papel de aumentar a garantia de verdade contra as manipulações da história.

Obviamente, o historiador não pode agir como psicanalista, não tem a formação, nem atua no mesmo espaço, mas o valor levantado por Thompson é o trazido pela livre associação de ideias e pelo conforto para que o depoente compartilhe suas experiências e seu testemunho sobre a verdade. Segundo o autor, abertura para contar sua história de vida e suas representações honestas sobre eventos importantes, possibilita o preenchimento de lacunas deixadas pela história oficial e garante o valor de evidência para o depoimento.

Resgatamos a história oral porque entendemos que é preciso abrir espaço na narrativa para o que Ricouer classifica como “fenômenos mnemônicos”, os que implicam o corpo, o espaço, o horizonte do mundo. São: o lugar de memória, que dá sentido no contexto histórico e traz indícios para a recordação, e a memória corporal, que aciona o hábito através de relembranças e relatos de incidentes precisos no tempo. São partes do depoimento recuperadas através de um esforço ativo, uma busca contra o esquecimento. Além desses dois, não podemos ignorar as evocações do passado que vão e voltam, as que são ressuscitadas e as que surgem da rememoração entre várias pessoas.

De acordo com Thompson (2002, p. 205), “o que o inconsciente conserva pode diferir em proporção e em poder, mas não em espécie: trata-se simplesmente de experiência humana, accidental ouativamente esquecida”. Trata-se de desafiar a sensibilidade tradicional para que

¹⁸ BRUM, E. Quando a periferia será o lugar certo, na hora certa? Eliane Brum. **El País Brasil**, 17 ago. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/opinion/1439819813_934995.html. Acesso em: 19 fev. 2019.

as narrativas sejam abrangentes, representativas e interessantes do ponto de vista da identidade e da história. Por sua vez, Bosi (2003, p. 20), afirma:

Mais do que documento unilinear, a narrativa mostra a complexidade do acontecimento. É a via privilegiada para chegar até o ponto de articulação da História com a vida quotidiana. Colhe pontos de vista diversos, às vezes opostos, é uma recomposição constante de dados.

Ao tratarmos de situações de violência, a relação entre memória, luto e processo terapêutico se intensifica. Thompson (2002) identifica o momento da entrevista e da lembrança como liberação da memória, de sentimentos fortes e profundos. O texto cita casos de violência familiar, de situações vergonhosas ou complicadas e de traumas de guerra e perseguição e demonstra como as diferentes maneiras de lidar com o sofrimento acabam por influenciar as histórias narradas nas entrevistas.

Por exemplo, sobre as lembranças dos sobreviventes do genocídio armênio – “o primeiro genocídio do século XX”, que fez um milhão de vítimas –, o autor conta que nem sempre as pessoas estavam dispostas a falar ou mesmo a lembrar do horror extremo que viveram, seja por resignação, seja por negação: “em alguns, o ódio agora cedeu lugar à explicação política, ou à resignação com o fato de que ninguém se preocupa com isso; ou até mesmo ao esquecimento” (THOMPSON, 2002, p. 206).

Outro caso notável é o dos italianos sobreviventes ao nazismo que testemunharam casos de degradação, humilhação e extermínio sistemáticos nos campos de concentração na Segunda Guerra Mundial e guardavam para si tudo o que viram, “pois achavam que outras pessoas não iriam acreditar em todo aquele horror, impossível de exprimir em palavras, e doloroso demais para ser ouvido pelos mais próximos deles” (THOMPSON, 2002, p. 207).

A dificuldade de colocar em palavras e imagens aquilo que foi vivido é recorrente nos depoimentos sobre situações de violência. Representar o sofrimento, a perda e a morte parece impossível. Sempre ouvimos as mães em luto dizerem que não há palavras para descrever a dor e que só quem passou por essa perda sabe como é difícil.

A descrença na empatia é o segundo fator recorrente nesses casos: se decidem contar suas histórias é porque sabem que vão encontrar escuta, mas nem sempre têm a certeza de que aquele trabalho de memória fará alguma diferença na sociedade.

Por isso, também é necessária a defesa de uma escuta ativa e sensível para demonstrar ao entrevistado que quem vive a história está no centro dela e terá suas complexidades respeitadas. Aplicar a história oral à violência estatal no Brasil contemporâneo coloca quem tem vivência sobre o tema no cerne da discussão. Suas experiências qualificam os dados de segurança pública e

diminuem a distância com quem pode agir para mudar o funcionamento das instituições violentas. Bosi (2003, p. 15) considera:

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios.

Relacionando essas narrativas com a construção da narrativa hegemônica e o trabalho da mídia, relembramos o perigo da história única, como coloca Adichie (2009). A escritora nigeriana explica que a história única se forma quando um povo é representado como uma coisa, somente uma coisa, repetidas vezes, e acaba se tornando aquela coisa – mais do que um estereótipo, uma nova verdade.

É impossível falar sobre história única sem falar de relações de poder: as instituições que dominam a narrativa usam dela para reforçar e justificar suas práticas. Com isso, população se conhece por meio dessas representações e as situações de violência nunca serão sanadas. A esse respeito, Adichie (2009) reflete em sua palestra:

Há uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é “nkali”. É um substantivo que livremente se traduz: “ser maior do que o outro”. Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo conceito de “nkali”. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. (...) Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente. Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente.

A reflexão trata da prática comum da história das guerras e conflitos que são contadas por vencedores e que, em extrema oposição com a história oral, ignora ou silencia pessoas comuns e vítimas. Diante da veracidade desses acontecimentos, a autora lembra que as histórias únicas não são completamente falsas, elas se baseiam em algo que de fato aconteceu. O problema é que elas fazem um recorte inacabado do real.

Sendo assim, a escuta que trazemos a partir da história oral vem como uma possibilidade para trabalhar as situações de violência que conformam o genocídio juvenil no Brasil atual no sentido de privilegiar o lado da história que estava lá. Pessoas afetadas pelas estruturas de poder, que viveram as situações em primeira mão e que, por meio de suas experiências, podem iluminar soluções e um equilíbrio na narrativa social e no bem-estar de todos.

CAPÍTULO 3

VIOLÊNCIA E MÍDIA TELEVISIVA NO BRASIL

Em 2017, o Brasil alcançou a maior taxa de homicídios de nossa história: 65.602 mortes¹⁹. Esse dado do *Atlas da Violência 2018*, que tem com base informações do Ministério da Saúde sobre o ano de 2017, chamam a atenção para o aumento de mais de três mil homicídios em números absolutos em relação ao ano anterior, 2016²⁰. Neste capítulo, analisaremos os usos políticos das representações de violência e os aspectos relacionados ao trabalho da mídia hegemônica.

Vemos que essa correlação é importante e o estudamos na intersecção entre violência e mídia, pois entendemos que, ao falarmos de uma linguagem da violência, tratamos de uma variedade de elementos: físicos, psíquicos e simbólicos. Rocha (1999, p. 92) assim considera: “na interseção entre o concreto e o simbólico, a violência manifesta-se como produção e linguagem estética, como forma de ser, de se comunicar e vivenciar, de apreender e interpretar o mundo”.

As manifestações estéticas repetem padrões anteriores, do passado social, para mobilizar sensibilidades, fazer ver e organizar fenômenos sociais, quer como “moeda de troca comum na vida cotidiana”, quer em sua televisualização. De maneira capilar, a violência se torna suporte linguístico em todas as esferas da sociedade, justifica as relações de opressão e sustenta a ideia de que crime e brutalidade são inevitáveis em alguns lugares.

Reguillo (2012) conceitua esse papel da violência na sociabilização como “gramática do horror”. Uma linguagem que, como toda outra, tem regras, códigos e comportamentos, mas que atua especificamente no sentido de impor dano por três chaves: poder, racionalidade e alcance. As gramáticas do horror afirmam a violência como dispositivo de modelagem,

¹⁹INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Infográfico. **Atlas da violência 2019**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas_2019_infografico_FINAL.pdf . Acesso em: 15 set. 2019.

²⁰INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Infográfico. **Atlas da violência 2018**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_atlas_violencia_2108_Infografico.pdf . Acesso em: 15 abr. 2019.

aprendizagem e disciplina. Para a autora, é preciso distinguir violência de fato (com mortos e rituais destrutivos) e violência subjetivamente percebida (que cria as atmosferas de medo e terror em uma sociedade).

A comunicação se estrutura de tal maneira que as práticas de linguagem violentas que ocorrem num nível interpessoal são reportadas num nível institucional e pouco a pouco passam a conduzir as sensibilidades do dia a dia. A violência é normalizada por meio da mídia, da convivência, das memórias coletivas e das pequenas relações de poder.

Segundo a autora, a criação dessa cultura da violência cria a sensação de que “somos todos matáveis” (REGUILLO, 2012, p. 38) e acontece como no mecanismo de difusão capilar foucaultiano:

A violência carrega suas mensagens para todo o corpo social, multiplicando-se por vasos capilares de diferentes calibres e espessuras. A mídia formaria uma rede de alto calibre, uma comunidade empobrecida e sem a presença de instituições representaria um vaso de espessura considerável.

Cria-se, assim, uma realidade de medo, nas qual a vulnerabilidade de um só pode ser protegida pela exploração da vulnerabilidade do outro e sua consequente destruição.

Analisando a relação do narcotráfico mexicano com o mundo juvenil, Reguillo (2012) identifica três fenômenos que relacionam a violência e esse universo na primeira década de 2000: a deterioração das estruturas que incorporam o jovem na sociedade, a debilitação dos espaços institucionais dedicados a essa população e a descrença na política formal. Para ela, isso explica a influência do narcotráfico sobre esse segmento. Em seguida, o texto cita algumas reportagens que demonstram a presença massiva de jovens nas ações violentas, como a que registra que, em “49% dos casos os corpos e cabeças que aparecem como mensagens do poder acumulado por esses grupos [narcotraficantes] são de jovens” (REGUILLO, 2012, p. 40).

A autora descreve uma realidade distinta da brasileira, mas ainda em nosso contexto latino-americano, no qual problemas como representação política, crise neoliberal e exclusão social são recorrentes e comuns. Ela faz um alerta:

Elas, as violências, estão aqui, agora, presentes em um espaço complexo que não admite as distinções e velhas dicotomias. Sua expressão, comportamento e recorrência anunciam, pelo menos, a falácia de pensar neles como surtos excepcionais que ocasionalmente abalariam a paisagem harmoniosa e pacífica de uma pretensa normalidade “normal”. (REGUILLO, 2012, p. 43).

A autora propõe que se analise a violência do narcotráfico como uma ação “paralegal”, uma organização paralela com suas próprias regras e rituais. Nesse contexto, a gramática da violência tem como fim a dominação e o controle. Porém, a autora lembra que os atos violentos só têm legitimidade na medida em que a sociedade reconhece seus significados e as gramáticas do horror ganham poder conforme se inscrevem nos sistemas interpretativos comuns.

A descrição das redes de difusão e a universalidade da violência na sociedade evocam a discussão sobre sociedade de massas realizada por Martín-Barbero (2009), principalmente em sua relação com os meios de comunicação. Segundo o autor, desde o século XIX, eles fazem da cultura um espaço estratégico para a “reconciliação das classes e a reabsorção das diferenças sociais” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 196). E ainda são o “lugar onde se articula o sentido que os processos econômicos e políticos têm para uma sociedade” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 232).

O autor comenta ainda as mudanças tecnológicas da comunicação, colocando-as como potencialidade comunicativa. Explica que a materialização das mudanças sociais permitidas pela tecnologia ganha sentido a partir da vida social, com novas relações e novos usos dos meios. Dessa forma, os meios de comunicação não são, na visão de Martín-Barbero (2009), a forma única da mediação social, mas sim parte importante dela.

Acreditamos que a dinâmica das redes serve para compreender o problema posto aqui. A primeira questão que se coloca é a dos limites do jornalismo – que discutiremos melhor a seguir, mas que diz respeito a todo tipo de fronteira comunicacional que uma reportagem deve enfrentar (tempo, audiência, ideologia etc.). A segunda é a da disputa de cada um desses “vasos capilares” por narrativas e contra narrativas.

Em debates sociais, como é o caso do genocídio juvenil, os atores estão constantemente tentando entregar suas mensagens para o maior número de pessoas. Versões predominantes acabam por cumprir um papel na construção de uma cultura e estabelecer precedentes para representações e linguagens.

As redes que compõem o estudo de caso deste trabalho são inúmeras, naturalmente, mas ao longo da pesquisa empírica pudemos notar, por exemplo, narrativas conflitantes entre a gestão do Governo Municipal, os movimentos sociais, a escola do jovem e a sua família. Além dessas, existem, claro, as redes compostas pelo Governo Estadual responsável pela Polícia Militar e as compostas pela mídia hegemônica e a imprensa alternativa. Todos contam uma versão da história e disputam inserção na sociedade.

Diante disso, questionamo-nos sobre o que acontece com os meios de comunicação na medida de sua expansão e evolução tecnológica.

3.1 O perigo da incomunicação

Ao analisar a evolução da comunicação ao longo dos anos, Baitello Jr. (2005a, p. 9) nota que ela “anda de mãos dadas e cresce” com a incomunicação. Enquanto a primeira serve como ponte entre realidades distintas dentro de uma sociedade, uma maneira para conhecer e compreender a alteridade e construir vínculos, a segunda promove incompreensões e amnésias. A sofisticação dos meios de comunicação promove o que o autor chama de verticalização: um distanciamento da mídia da sociedade. Isso tem como consequência a destruição das representações tridimensionais da realidade e a perda de vínculos com “nossa passado e nossa história, nosso futuro e nossos sonhos” (BAITELLO JR., 2005a, p. 11).

Esse processo silencioso não pode ser ignorado, pois quanto mais desconhecemos sua evolução, maiores são seus efeitos: “quanto mais esquecido, mais danosos serão seus atos, porque despercebidos, surpreendentes, porque tomam-nos todos de assalto, despreparados” (BAITELLO JR., 2005a, p. 9). A incomunicação deve ser encarada de frente, como um problema a ser resolvido diariamente, a cada processo comunicacional e narrativa.

Segundo Silva (2005), isso é feito nos processos comunicacionais por meio de escolhas e a consideração de seus efeitos. Sugere: “provavelmente será necessário fugir dos paradigmas da eficiência, da objetividade e da clareza” (SILVA, 2005, p. 69). Isso significa que, ao selecionar o que é comunicado e as narrativas sociais da mídia, jornalistas precisam considerar se gerarão compreensões e mediações de conflitos ou apenas contribuirão para mal-entendidos e estereótipos.

Em sua reflexão sobre incomunicacão e mídia, Menezes (2005) explica que comunicação é uma ponte entre dois espaços e sociedade é um conjunto de vínculos. Para ele, falar de vínculos é falar da complexidade de temas sociais. Segundo o texto, a cultura se constitui a partir de comunicações repetidas, já que os vínculos favorecem nosso sentimento de participação na sociedade:

As pessoas que estão ao nosso lado ou vinculadas a nós através do jornal ou do rádio ou de uma rede de computadores nos indicam que existimos e que estamos articulados a outras pessoas, que não estamos jogados em um universo sem sentido. (MENEZES, 2005, p. 26).

Menezes (2005, p. 26) nota ainda como a evolução dos meios de comunicação ao longo do tempo complexifica as relações: “quanto maior o número de intermediários, como o vestuário, a escrita ou os meios eletrônicos, mais complexos serão os vínculos, mais complexos serão os *media*”. Por isso, é preciso atentar-se para um vocabulário comum e certificar-se de que a comunicação está sendo realizada em um espaço/tempo compartilhado por todos os atores envolvidos.

Isso vale principalmente para as representações realizadas pela mídia. Pretendem-se esclarecedoras de uma realidade, mas sem essa complexidade, esse aprofundamento, são apenas imagens em uma tela. Ainda segundo Baitello Jr. (2005b, p. 77), “se não temos espaço, se somos apenas o retrato, a imagem de um espaço, não será possível senão uma aproximação tangencial, um contato entre superfícies”. Como falar em comunicação e informação quando o outro não pode ser compreendido?

3.2 Imagens de violência na TV

Como já foi mencionado, trabalhamos na interseção entre violência e mídia televisiva, mais especificamente com as narrativas formuladas a partir das representações sobre o tema, porque acreditamos que o que é dito na mídia e, consequentemente, nos debates sociais, afeta as relações de grupos e indivíduos.

Para este trabalho, temos como meio principal a televisão, o preferido da sociedade brasileira para informação. Dados aferidos pelo Ibope no final de 2018 mostram que, apesar dos avanços tecnológicos e das transformações sociais que levaram ao aumento do acesso à internet na última década, a televisão continua sendo o meio preferido dos brasileiros para informação e entretenimento. De acordo com esse instituto, “nos últimos 10 anos, o tempo médio de consumo domiciliar de televisão passou de 8h18 para 9h17, um crescimento de 12%” (IBOPE, 2018). E informa ainda que:

(...) 71% dos entrevistados afirmaram assistir TV quando querem se informar, enquanto para 65% deles o meio é uma fonte de entretenimento. Os números se mantiveram estáveis nos últimos cinco anos. A confiabilidade da televisão como meio de informação também é alta entre a população: 56% deles confiam na TV para se manterem informados e 67% confiam mais nos vídeos de notícias produzidos por veículos que conhecem, o que demonstra o poder de influência das marcas tradicionais de mídia no cotidiano da população. Além disso, entre as pessoas que acessaram notícias online, 51% das pessoas o fazem nos sites e/ou aplicativos de canais de TV convencionais. (IBOPE, 2018).

Para analisar conceitualmente esse meio, valemo-nos do texto *Sobre a televisão*, de Bourdieu (1997), que descreve a estrutura dessa mídia desde o funcionamento interno e técnico, que impede o aprofundamento dos debates, até os números e índices de mercado e audiência, que podem acabar por determinar o que é dito.

Logo no início de sua reflexão, o autor declara: “não se pode dizer grandes coisas na televisão” (BOURDIEU, 1997, p. 15), referindo-se aos limites de tempo, de tema e de ordem impostos aos que são convidados a se expressar por lá. Ele aponta o paradoxo de este ser um instrumento de comunicação em massa, algo que deveria informar o maior público possível, e se questiona sobre a qualidade do conteúdo transmitido diante disso.

Nesse sentido, entende que pode haver uma propensão ao conformismo político e uma censura consciente e inconsciente sobre esse tema, mas no que diz respeito ao campo econômico, embora a pressão seja nítida, não pode ser atribuída ao “meio” de forma geral. Bourdieu (1997) explica que, na análise sobre televisão, é necessário compreender como o meio funciona e tomar cuidado para não isentar os indivíduos de sua responsabilidade: “quanto melhor se comprehende como ele funciona, mais se comprehende também que aqueles que dele participam são tão manipulados quanto manipuladores” (BOURDIEU, 1997, p. 21). Essa afirmação nos estimula a pensar sobre o papel de jornalistas, produtores, editores e chefes de redação na determinação das mensagens e narrativas empregadas pelo telejornalismo.

Bourdieu (1997) afirma que o funcionamento da televisão faz com que ela exerça uma violência simbólica, por vezes com a “cumplicidade tácita” (p. 22) de quem sofre e de quem inflige, notada nas relações sociais, mas em particular nas relações de comunicação. Isso se observa não apenas pela maneira como são contadas histórias e são explorados temas que envolvem crimes e dramas, mas também pela seleção do que é noticiado.

Já que a televisão precisa atingir o maior número de pessoas possível, acaba por privilegiar o que Bourdieu (1997, p. 24) chama de “fatos-ônibus”: notícias que servem e interessam a todos e que não têm o objetivo de chocar e dividir ninguém, versando sobre temas sobre os quais é sabido que há consenso. Ao falar de banalização, explica: “quanto mais um jornal estende sua difusão, mais caminha para assuntos-ônibus que não levantam problemas. Constrói-se o objeto de acordo com as categorias de percepção de seu receptor” (BOURDIEU, 1997, p. 63).

Estabelece-se um pensamento rápido em “ideias feitas” que, convencionais e aceitas por todos, ultrapassam o problema da recepção na comunicação. O autor afirma que a “comunicação é instantânea porque, em certo sentido, ela não existe” (BOURDIEU, 1997, p.

40). Dessa forma, o telejornalismo acaba por homogeneizar, banalizar e despolitzar os temas de que trata e seu público, mesmo que sem esse objetivo primeiro, e sem que ninguém seja sujeito específico desse efeito. O jornalista deixa de cumprir seu papel de informar a sociedade, fundamental na democracia.

Isso se torna mais problemático com a reflexão a respeito do papel que o campo jornalístico ocupa nas estruturas de poder: o de detentor do monopólio dos instrumentos de produção e difusão de informação em grande escala. Jornalistas são mediadores entre qualquer tipo de informação e o espaço público. Segundo o autor, o acesso à visibilidade em larga escala possibilita a imposição, ao conjunto da sociedade, de determinados “princípios de visão de mundo, sua problemática, seu ponto de vista” (BOURDIEU, 1997, p. 66).

O autor ressalta que existe a possibilidade de o mundo jornalístico exprimir todas as opiniões e pontos de vista. Por ter acesso a outros campos e atores sociais, ele tem oportunidades para tal, mas lembra que “o campo jornalístico, como os outros campos, baseia-se num conjunto de pressupostos e crenças compartilhados” (BOURDIEU, 1997, p. 67). Esses critérios de seleção jornalística, que dizem respeito à linguagem e à noção do que passa-bem-na-television, atingem qualquer discurso e ação social. O texto descreve um trabalho no qual, para reter a atenção do público, jornalistas acabam por exercer uma espécie de censura e relegar à indiferença outras representações.

Ao pensar em fenômenos de subúrbio, por exemplo, Bourdieu (1997) analisa que jornalistas televisivos operam uma seleção e construção da narrativa em busca do espetáculo. Por meio de dramatizações – tanto no sentido de colocar em cena determinados acontecimentos, quanto no sentido de emocionar, jornalistas narram o “extraordinário ordinário” (p. 27). Fazem parte desse universo eventos que não são do cotidiano social, como violências e desastres, e são novos para o público do jornal (furos). O autor lembra que é extremamente difícil para os telejornais retratarem o que realmente ocorre nos subúrbios, pois “nada mais difícil do que fazer sentir a realidade em sua banalidade” (p. 27).

Ao defender a qualificação do debate social no campo jornalístico, criticando o uso dos índices de audiência para permitir a entrada de pessoas que considera não qualificadas, Bourdieu (1997) declara que é preciso lutar contra esses números “em nome da democracia”. Contra o argumento de que a audiência é o medidor mais democrático para o engajamento do público, já que dá às pessoas a liberdade de escolher o que ver e como se informar, o autor argumenta que os índices de audiência são apenas instrumentos de *marketing*. E conclui que a “television regida pelo índice de audiência contribui para exercer sobre o consumidor supostamente livre e esclarecido as pressões do mercado, que não tem nada da expressão

democrática de uma opinião coletiva esclarecida, racional, de uma razão pública” (BOURDIEU, 1997, p. 97).

O problema se agrava com a sofisticação das tecnologias de telecomunicações, que apontam para velocidade e demandam conclusões nas narrativas das mídias tradicionais. Com isso, as complexidades da vida humana são deixadas de lado e produz-se uma amnésia discursiva. Esse fenômeno é descrito no livro *Videologias* (2004), no qual o filósofo Eugênio Bucci e a psicanalista Maria Rita Kehl travam um diálogo sobre a centralidade da TV – e principalmente do jornalismo audiovisual – a serviço da manutenção do poder ou da perpetuação de determinadas ideologias.

Isso só é possível, segundo os autores, porque a função primeira dos meios de comunicação é constituir e conformar o espaço público e, para isso, eles simulam a transparência nas suas representações. Dessa maneira, como telespectadores, nós passamos de uma história para outra sem registrar seu conteúdo ou entender sua natureza. Essa organização não permite reflexão ou pensamento crítico e, portanto, não comunica, apenas aumenta o abismo entre realidades e a dificuldade de empatia.

Bucci e Kehl (2004) explicam que a inserção ininterrupta das pessoas no campo das imagens permite que o telejornalismo trabalhe a serviço da manutenção do poder e da difusão de determinadas ideologias. Segundo os autores, as instituições de significação se dão na cristalização de significantes (criando ou modificando valores) e na dissolução de significantes (a serviço das flutuações do mercado). A imagem da televisão atua entre o eterno e o efêmero. Sempre a serviço do poder e do capital, essa produção é difusa, em escala industrial e impessoal.

Eles explicam ainda que “quando o conjunto de significações que sustentam os sujeitos no campo simbólico se ‘naturaliza’, o poder atinge sua máxima eficácia” (BUCCI; KEHL, 2004, p. 18). Isso é particularmente interessante do ponto de vista da análise de coberturas de violência, pois nos permite pensar que a representação feita das vítimas e do que se passou com elas será compreendida como sua verdadeira identidade.

Em escala industrial, as gramáticas da violência instituem significados capazes de gerir sociedades inteiras. Para Bucci e Kehl (2004), a tela é tida pela sociedade como um meio para o jornalismo fazer seu trabalho, não é tecnologia ou parte do discurso. O espectador apenas olha para a “paisagem que se lhe apresenta do outro lado de sua janela eletrônica” (BUCCI; KEHL, 2004, p. 30). Ademais, na era das imagens, um fato só existe como real a partir de sua compreensão simbólica.

Este é um dos elementos que garantem tanta força à imagem: sua eficiência em comunicar diretamente. Novaes (2008) reflete sobre o efeito da imagem na mente humana e, consequentemente, na sociedade, e afirma que a imagem não reproduz o real, ela o representa ou o reapresenta, explicando que, “definida como ‘instância intermediária entre o sensível e o inteligível’, a imagem é a ‘imaterialidade material’” (p. 456).

A imagem realiza uma conexão entre o que é representado e o receptor, por conta da ilusão “do fantasma ou do ícone” (NOVAES, 2008, p. 461), uma vez que nos conectamos com o que vemos e atribuímos à imagem o poder daquilo que ela representa. O modelo atua de forma a fazer presente algo que, de outro modo, não seria acessível. A autora explica que, mesmo as imagens resultantes de técnicas modernas, como os filmes ou fotografias, acabam por nos enganar ao aparentarem naturalidade e transparência, pois escondem o olhar subjetivo de quem as produziu.

As disputas pelo imaginário na televisão só são possíveis porque ele é construído a partir das percepções de cada indivíduo ou grupo, a partir de seus contextos sociais e culturais. Também por isso defendemos, assim como Novaes (2008), um olhar antropológico sobre as representações e narrativas. É preciso compreender o contexto em que uma imagem foi produzida e de que maneira ela afeta aquela sociedade, considerar o universo simbólico e os significados diferentes para cada grupo, cada sociedade. Dessa forma, entendemos as narrativas como o ato político de ordenar o visível, nesse caso, as representações.

Bentes (2013) também trata dessa força específica das imagens, de seu potencial comunicacional único, que se liga à prática fundamentalmente humana de utilizar representações para entender a realidade. A capacidade de lidar com imagens – produzi-las, interpretá-las, manipulá-las e refutá-las – é inherentemente humana: produzimos representações para poder viver no mundo, fazer sentido dele. Para a autora, “imagens estão na base de uma mutação antropológica em que experimentamos uma metanarrativa de nós mesmos” (BENTES, 2013), ou seja: a realidade define a imagem, mas a imagem também define a realidade.

Essa dinâmica permite que as imagens nos afetem. Elas acontecem em primeiro lugar no nosso imaginário e, diante delas, nós as encaramos como se fossem a tradução da verdade. Imagens nos ajudam a compreender o real antes mesmo do pensamento. Não distinguimos o real do imaginário, habitamos entre os dois, projetando nossa experiência.

É nesse sentido que Kehl (2015) classifica o imaginário como o campo da certeza e das ilusões totalizantes: acreditamos que as coisas “são como são” e construímos nossas identidades – não só individuais – sobre essa crença. Analisando tanto imagens

cinematográficas quanto coberturas jornalísticas sobre violência, a autora define o perigo do uso das imagens de violência pela mídia quando esta coloca a violência nos termos da realidade cotidiana, normal, e ela passa a gerir as relações.

Dessa maneira, a reação predominante à presença do outro passa a ser a violência alimentada por uma paranoia constante em relação ao que é externo, adverso, diferente da identidade hegemônica: “no terreno em que o pensamento é dispensado (...) os homens tornam-se dispensáveis; e onde os homens são dispensáveis, a violência domina com facilidade o laço social” (KEHL, 2015, p. 87). O perigo está na potencialidade de mal-uso das imagens pelos jornalistas, sem contextualizá-las ou problematizá-las – o outro deixa de ser um ser-humano complexo e passa a ser um único aspecto específico visto ali.

Também é essa a reflexão de Sontag (2003) sobre o uso de fotografias de guerra com o intuito de parar a guerra. Motivada pelo ataque às Torres Gêmeas de Nova Iorque e as imagens que rodaram o mundo, Sontag publicou *Sobre a dor do outro*, ensaio no qual discute a influência das imagens nos conflitos sociais, especificamente das fotografias nas guerras do século XX. A autora classifica as imagens utilizadas pela mídia como genéricas e explica que fazer sua leitura a partir do senso comum é se distanciar da realidade histórica, “dispensar a política” (SONTAG, 2003, p. 9).

Ela faz um resgate de algumas guerras e analisa como as representações criadas sobre cada uma influenciaram sua resolução, sua percepção histórica e as vidas das pessoas envolvidas e dos que “experimentam” as guerras por meio das fotografias publicadas na grande mídia. A autora reflete sobre as muitas problemáticas que compõem o tema: recepções diversas por pessoas diversas, o tabu da morte, o potencial informativo, o suposto valor de “terapia de choque” e a produção de memórias... entre outros.

Um dos aspectos interessantes do ensaio é que Sontag (2003) explica que, do ponto de vista da militância – e o termo aqui é usado no sentido de defesa a uma causa política ou social, não restrito ao ativismo –, as imagens não precisam de legendas ou qualquer tipo de informação extra: a evidência das arbitrariedades ou erros morais é suficiente. Para esta pesquisa, podemos pensar no caso de vídeos de jovens mortos instantaneamente, sem julgamento, por infringirem a lei. A mera filmagem de uma câmera de segurança basta para legitimar a pena de morte na mídia e nos subsequentes debates.

Nesse sentido, uma imagem basta para reforçar uma crença. Quem, quando, como, o que e onde não importam. A evidência imagética já é suficiente. Qualquer informação adicional, na forma de textos e legendas, só serve para explicar a mesma certeza ou “falsificar uma verdade” (SONTAG, 2003, p. 10). A autora relembra alguns conflitos nos quais imagens

exerceram um papel fundamental, como a Guerra dos Balcãs, durante a qual as mesmas fotografias de crianças mortas nos destroços de uma cidade eram passadas entre servos e croatas como evidência do mal causado pelo inimigo: “altere a legenda e as mortes das crianças podem ser utilizadas e reutilizadas” (SONTAG, 2003, p. 10).

No mesmo teor (imagens de civis mortos e casas destruídas que servem para alimentar o ódio ao inimigo), Sontag (2003) comenta as repetições hora a hora, pela *Al Jazeera*, da destruição do campo de refugiados em Jenin, em abril de 2002: “Por mais incendiário que esse vídeo fosse para muitos que assistem à *Al Jazeera* em todo o mundo, ele não dizia nada sobre o exército israelense que eles já não estivessem preparados para acreditar” (SONTAG, 2003, p. 10). Isto é importante: não havendo espaço para o pensamento crítico, tudo o que for evidenciado pelas imagens será tido como verdadeiro, só servirá para confirmar a narrativa que já está posta.

Pensando em fotografias que causaram um impacto na sociedade e mudaram o rumo de conflitos, alguns dos exemplos mais icônicos remonta à Guerra do Vietnã: um obstinado de fotógrafos enviava periodicamente ao Ocidente retratos de soldados exauridos, prisioneiros voltando para casa e cenas chocantes, como a da garota Kim Phuc que, atingida pelo gás napalm, foi fotografada correndo da morte, e a do monge budista Thic Quang Duc, que se queimou até a morte em protesto à perseguição pelo governo vietnamita do sul. Todas as fotografias dessa guerra, apesar de mostrarem pessoas em situação de sofrimento e violência extremas, destacavam sua humanidade e atuação política e vinham acompanhadas de outras imagens e reportagens extensas – além de, claro, desencadearem um grande debate social.

Essa é, acreditamos, uma das principais diferenças entre imagens que promovem uma cultura da violência e outras que promovem reflexões. Sontag (2003) discorre sobre a potencialidade das imagens e sobre como essa questão está fora do alcance do fotógrafo (mas não do pensador):

Existem muitos usos das inúmeras oportunidades fornecidas pela vida moderna para olhar – à distância, por meio de fotografias – a dor de outras pessoas. Fotografias de atrocidades podem gerar reações opostas. Um pedido de paz. Um clamor por justiça. Ou simplesmente a conscientização estupefata perpetuamente alimentada por informação fotográfica de que coisas horríveis acontecem. (SONTAG, 2003, p. 13).

Mas a autora alerta: o dó ou o desgosto gerados pelas imagens não devem nos distrair de perguntar quais imagens, quais crueldades e quais mortes não estão sendo mostradas.

No texto *Imagens do horror/Horror das imagens*, Senra (2001) analisa o regime “iconoclasta” instaurado pelo exército e pela mídia norte-americanos depois do ataque às Torres Gêmeas e descreve como as instituições usaram o domínio das representações para criar sua narrativa hegemônica sobre as guerras no Oriente Médio. Estabeleceu-se um elogio às tecnologias e definiu-se um jogo de revelação e ocultação das vítimas que sustentou duas ideias principais: a de que os Estados Unidos estavam traçando uma guerra limpa e a de que violência e morte são inerentes ao terceiro mundo.

A pesquisa de Senra (2001) demonstra que a imprensa ocidental tem como regra de conduta não exibir corpos em sofrimento quando eles são de compatriotas e integram a parcela “culto” e “benevolente” da população. Mas a exibição de cadáveres afegãos era permitida não só porque essa população estava no caminho das bombas (no lugar errado, na hora errada), mas também porque essa população é historicamente marginalizada.

A prática se estende para as imagens de fome e doença na África, para os conflitos com o narcotráfico na América Latina e para os mortos pela Policia Militar no Brasil. Segundo Senra (2001), além de servirem para a construção desse sujeito inferior passível das inúmeras violências já descritas, essas representações servem para reforçar a fé do espectador na ordem vigente e Ocidental, no sistema capitalista, no Estado e nas instituições.

3.3 Narrar a verdade

Finalizamos o capítulo com uma breve reflexão sobre o conceito de verdade do ponto de vista da política, com o intuito de esclarecer o que queremos dizer quando fazemos uma defesa por uma história contada em sua complexidade. Em conjunto com o exposto até aqui, esta seção pretende expor um problema comum ao jornalismo e às coberturas sobre segurança pública especificamente: o de que cada história tem dois lados, o bom e ruim. O que acontece é que histórias podem ter muito mais do que dois lados, ou mesmo apenas um, mas raramente se desenvolvem da forma simples e conclusiva com a que são retratadas pela mídia. Além da falha óbvia na exposição dos fatos, essa simplificação da narrativa gera um problema para a posteridade já que histórias totalitárias são facilmente manipuladas ou esquecidas.

Para encaminhar essa discussão, lembramos a reflexão trazida por Soares (2010) em seu *Pequeno inventário de narrativas midiáticas*. O estudo comparativo de discursos audiovisuais referenciais (documentários e matérias jornalísticas) busca explicitar a tensão entre “referencialidade” e “ficcionalidade” ou “verdade e ficção” (p. 57) e demonstrar que a

oposição simplista pode ser superada se pensarmos o jornalismo como “forma narrativa” (p. 58).

Já registramos que entendemos narrativas como o ato de ordenar as representações. A isso acrescentamos a definição clássica de narrativa como “relato de uma transformação, a passagem de um estado inicial para o final” (GOMES, 2000, p. 49, *apud* SOARES, 2010, p. 58). E, como as narrativas não são apenas as ações de uma história, mas também sua organização,

(...) a narração constitui a instância em que o narrador, enquanto sujeito manipulador, têm mais possibilidades de desenvolver sua imaginação criativa. Disso se tem prova quando o leitor centra seu interesse não exclusivamente nas peripécias ou no desempenho dos atores, mas também na maneira de arranjar esses elementos. (PEÑUELA-CANIZAL, 2007, p. 4, *apud* SOARES, 2010, p. 59).

Dessa maneira, o jornalismo, por ser o espaço em que se constroem narrativas midiáticas, pode ser entendido como conformador da sociedade. Soares (2010) explica que notícias não são registros de relatos sobre fatos externos, mas atuam como demarcadores simbólicos e culturais. Essa leitura começa a esfumaçar a fronteira entre fato e ficção, tão tradicional nos estudos sobre representações e mídias.

Soares (2010, p. 60) analisa a questão a partir dessa barreira e assume “de modo radical” a “não-disjunção” entre os dois lados. O raciocínio é inovador pois questiona a ideia de que discursos jornalísticos são capazes de “representações objetivas e fiéis do mundo histórico” (SOARES, 2010, p. 60).

Como vimos, representações são sempre representações, recortes, interpretações. A pretensão de que uma narrativa jornalística seja capaz de reproduzir o que aconteceu com exatidão e distanciamento é só isso: uma pretensão. Para Soares (2010, p. 60), “os discursos referenciais (...) colocam-se como arautos da verdade de uma realidade que estaria fora deles, ocultando seu papel na construção e criação de realidades/verdades que não existiriam autonomamente”. A estrutura discursiva em si é um dado da realidade que se constrói a partir e dentro da linguagem.

A autora propõe, portanto, estudar as mídias como narrativas, como mediações. Na organização humana em que representações instituem e são instituídas por realidades, o trabalho jornalístico coloca o sujeito no meio do caminho entre o “real” e o simbólico que lhe é apresentado. Essa dinâmica é facilmente notada na “função de testemunhal” (SOARES, 2010, p. 68) que os repórteres assumem. A autora explica que dados empíricos funcionam

como recursos que remetem e autenticam essa noção de “real” que é representada. Todo esse processo é uma ordenação, ou seja, uma narração.

Por fim, a pesquisadora chama atenção para o fato de que, por contar com diversas formas narrativas, o jornalismo é heterogêneo em sua constituição, apesar de se pretender objetivo em suas enunciações:

Por meio de relatos, discursos indiretos, paráfrases, citações, aspas, pressuposições, vozes de autoridade, entre outros elementos que compõem o que a análise do discurso chama de “heterogeneidade mostrada”, o discurso jornalístico estabelece espaços de dialogismo e polifonia, uma intensa conversação com outras vozes e outros discursos que atravessam o seu próprio. (SOARES, 2010, p. 69).

Essa movimentação na composição do discurso, que se dá não só pela multiplicidade de fontes, mas também por níveis e relações dentro da construção da narrativa, é o que impede o jornalismo de realizar “interpretações sem ambiguidades” (SOARES, 2010, p. 69). Não há espaço, nesse discurso que se pretende objetivo, para contextualização de cada enunciado e reconstrução do sentido pretendido originalmente. É nesse baralhamento na constituição jornalística que verdade e ficção se entrelaçam.

Para a reflexão política sobre essa dicotomia, recorremos ao ensaio *Entre o passado e o presente*, de Hannah Arendt (2009), escrito na repercussão da publicação de *Eichman em Jerusalém* e a “pseudocontrovérsia” que a sucedeu. No ensaio, a autora discute a legitimidade de dizer a verdade e o trabalho de conduzir um tema atual à lacuna entre o passado e o futuro. Ela discute os diferentes tipos de verdade, as maneiras de se chegar a elas, os questionamentos que elas sofrem, as muitas reações humanas que elas suscitam e seus usos políticos. Vamos nos ater aos pontos que dizem respeito à verdade fatual e seu contraste com a opinião no campo político.

Acreditamos que as reflexões de Arendt (2009) são muito pertinentes para pensarmos as narrativas sobre a violência no Brasil atual, já que em ambos os casos falamos de meios de comunicação em massa e de disputas políticas. A autora trabalha a verdade no recorte político, que define como “campo de batalha de interesses parciais e antagônicos” (ARENDT, 2009, p. 69), porque é só no nível dos negócios humanos que ela entra em conflito com o político.

A discussão sobre segurança pública e as narrativas sobre genocídio juvenil se encaixam nesse nível. O que pretendemos esclarecer neste momento é que não defendemos uma narrativa que privilegia um dos lados da história ou que se pretende reparadora por meio de omissão, mas sim uma narrativa que parta da verdade como um todo.

A delicadeza da questão levantada por Arendt (2009) começa a se evidenciar com a sua definição de verdade fatual. Ao contrário de verdades racionais, que são as reveladas pela Ciência, as fatuais são construídas de fatos e eventos que emergem da comunidade na qual se inserem. Assim, dependem da compreensão de quem as testemunhou, da retórica, do registro histórico... São produzidas pelo homem, ocorrem nas “ocupações humanas” (p. 287) e são entendidas pelo cérebro. Não são porque são, como as racionais. Poderiam ter sido de outra maneira e, apesar de não serem opiniões, correm sempre o risco de serem dispensadas como tais. Arendt (2009, p. 287) alerta: “As possibilidades de que a verdade fatual sobreviva ao assédio do poder são de fato demais escassas”.

Na contemporaneidade, explica Arendt (2009), todos os aspectos da vida política são afetados por uma pretensão absoluta à verdade nos assuntos humanos. A mentira é tida como uma ofensa séria e a razão individual limitada encontra expansão na associação de ideias e na liberdade de pensamento. Por outro lado, a opinião ainda é um pré-requisito para o poder, já que nem o mais autocrático dos governantes, lembra a autora, pode conservar o poder sem apoio. Essa tensão tem como centro a verdade fatual que, política por natureza, pode ser transformada em tabu ou opinião quando for tida como inconveniente pelos que detêm o poder.

A autora classifica a verdade fatual como referente a muitos, com testemunhos e comprovações, algo que se solidifica à medida em que se fala sobre ela. Por isso, mesmo que tolerada em países livres, pouco a pouco, ela pode perder seu *status* de registro histórico e ser acolhida com hostilidade pela sociedade e “não é difícil imaginar qual seria a sorte da verdade fatual se os interesses do poder tivesse a última palavra” (ARENKT, 2009, p. 297). A verdade fatual não é mais autoevidente do que uma opinião, portanto, os que sustentam opiniões diversas do que é evidenciado pelos fatos acham fácil desacreditá-los como opinião.

Não é o caso de deixar de contar a história do ponto de vista de cada um, mas de preservar a matéria fatual, os dados elementares e indestrutíveis que compõem cada situação, em todas as versões. Arendt (2009, p. 295) afirma que, “mesmo que admitamos que cada geração tem o direito de escrever a sua própria história, não admitimos mais nada além de ela ter o direito de rearranjar os fatos de acordo com sua perspectiva”. Ou seja, contar a história em sua complexidade é preservar os fatos que a compõem, sem hierarquizar a origem, nem a finalidade da narração.

Arendt (2009) explica que, para a política, a verdade é despótica, já que está além de acordo ou disputa. A verdade – tanto a racional, que “é porque é”, quanto a factual, que é compreendida pelo homem – garante sua validade de forma coercitiva: “fatôs indesejáveis

possuem a enfurecedora pertinácia de nada poder demovê-los a não ser mentiras cabais” (ARENDT, 2009, p. 299). Opiniões podem ser discutidas, rejeitadas e até levar a um compromisso, mas fatos não deixam espaço para considerações alheias.

Essa é a especificidade do pensamento político moderno sustentado por Arendt (2009): o contrário de verdade fatural não é a opinião, é a mentira. A opinião, segundo a autora, é um pensamento discursivo que se constitui a partir de informações corretas e um ponto de vista. E a associação de vários deles em uma mesma ponderação é o que qualifica o pensamento político.

Arendt (2009) explica que, por conta dessa dinâmica, o pensamento é representativo, no sentido de que faz presentes diversos pontos de vista e opiniões. Além disso, quanto mais alguém conseguir ponderar sobre algo, mais válida será sua conclusão, afinal, “o tema particular é forçado ao campo aberto em que se pode mostrar todos os lados (...) até ser inundado pela luz plena da compreensão humana” (ARENDT, 2009, p. 300).

A verdadeira ameaça aos fatos, portanto, não é a opinião, mas a falsidade deliberada, a mentira, que Arendt (2009) classifica como um dos poucos dados óbvios que confirmam a liberdade humana e, por isso, tem o potencial de promover mudanças. Particularmente perigosa, porque, ao contrário da afirmação fatural que só é política quando contextualizada, a mentira é sempre política (no erro) e, assim, promove a ação de uma forma ou de outra.

A autora define mentiras políticas modernas como segredos conhecidos por todos. Ela explica que, na era das imagens, um fato conhecido ou estabelecido na sociedade pode ser negado ou negligenciado caso tenha o potencial de prejudicar uma imagem construída pelo poder.

Arendt (2009) lembra que uma imagem deve poder substituir o que representa e, nessa lógica totalitária, tudo que prejudica esse potencial de sucedânea deve ser destruído. As técnicas modernas e os meios de comunicação de massa deixam essa correspondência mais clara: a mentira, que antes era contada apenas entre os membros da classe política ou nos diálogos diplomáticos, passa a ser comunicada para toda a população. A autora classifica essa mentira organizada como uma violência por si só, já que pressupõe a destruição de tudo que pretende negar e, nos governos totalitários, foi adotada conscientemente como o primeiro passo para o assassinato. Não seria exatamente essa violência que atinge os jovens assassinados pelo Estado e seus familiares em luto? A ocultação da forma como as forças armadas e outras instituições governamentais lidam com o grupo não são uma negação em prol da imagem do governo? E a criação deliberada de mentiras sobre eles não sustentam as práticas assassinas?

Cria-se, portanto, uma autoilusão na sociedade, um rearranjo completo da trama fatual nesse esforço de sustentar uma mentira como se fosse verdade fatual. Ainda sem a influência das redes sociais *on-line*, a autora explica que organizações de interesses generalizam uma espécie de mentalidade de razão do Estado e a propaganda nacional cria imagens que alcançam e influenciam todos, se tornando reais:

Sem dúvida os originadores da imagem mentirosa que “inspiram” os persuasores ocultos sabem, todavia, que desejam enganar um inimigo ao nível social ou nacional, porém o resultado é que todo um grupo de pessoas e mesmo nações inteiras podem orientar-se por uma teia de ilusões à qual seus líderes desejaram sujeitar seus oponentes. (ARENDT, 2009, p. 315).

A autora esclarece que nossa apreensão da realidade depende de nosso compartilhamento do mundo com nossos semelhantes e, por isso, fica cada vez mais difícil se ater a algo fora dessa autoilusão. Seria necessária muita força de caráter para escapar às narrativas sustentadas pela comunicação de massa. Os indivíduos que conseguem escapar ao fascínio dessa imagem construída representam uma ameaça a ela e geram a necessidade de alterar constantemente a história para que ela seja crível.

A diferença entre imagens (sucedânea) e verdade fatual está no fato de que, apesar de a primeira ter a vantagem de ser sempre possível de explicar e tornar plausível, a segunda carrega a estabilidade do que é simplesmente. A afinidade entre mentira e política se limita à natureza das coisas expostas à faculdade humana para ação. Em outras palavras, a mentira, por clamar a transformação, sacrifica a estabilidade imperativa tanto para governar, quanto como ponto de partida em direção ao novo. Para a autora, “a persuasão e a violência podem destruir a verdade, mas não substituí-la” (ARENDT, 2009, p. 320).

Ao final do texto, Arendt (2009) relaciona algumas instituições garantidoras de verdade – entre elas a Academia – e ressalta a importância da narração da verdade, inclusive diferenciando-a de totalidade dos fatos já que, para que uma história seja contada, os fatos perdem contingência e adquirem um sentido humanamente comprehensível.

É esta defesa que fazemos aqui. Com Arendt (2009), sabemos que a verdade dos fatos vai além do trabalho diário de um jornalista, mas, ainda com ela, acreditamos que a informação trazida por eles nos orienta no mundo e isso é de fundamental importância na disputa sobre verdade fatual. A autora faz uma defesa:

Se a imprensa tiver de se tornar algum dia realmente o “quarto poder”, ela precisará ser protegida do poder governamental e da pressão social com zelo ainda maior que o poder judiciário, pois a importantíssima função política de fornecer informações é exercida, em termos estritos, exteriormente ao

domínio político; não envolve, ou não deveria envolver nenhuma ação ou decisão (ARENDT, 2009, p. 322).

É preciso, portanto, garantir que se narre a verdade, não fatos contestados como opiniões, nem mentiras construídas com técnicas sofisticadas. A disputa pela narrativa que estudamos ao longo desta pesquisa se dá justamente por conta dessa manipulação em relação à verdade fatural descrita por Arendt (2009).

Nesse sentido, retomamos a ação do Governo Federal do Uruguai em junho de 2012. Foi lançado o documento *Estratégia pela vida e pela convivência* (URUGUAI, 2012), no qual propunham, entre outras coisas, um pacto entre os meios de comunicação, seus trabalhadores, a sociedade civil e o Estado, para desenvolver um mecanismo de autorregulamentação que combatesse o manejo da informação de maneira irresponsável e sensacionalista, ou seja, “convertendo a informação em espetáculo, reiterando imagens de violência excessiva ou mostrando imagens ostensivamente cruéis ou que exaltam o sofrimento de pessoas e outros seres vivos” (URUGUAI, 2012).

A proposta do Governo Federal do Uruguai não era a de censurar, de forma vertical e autoritária, mas de dar autonomia para que os próprios meios se adaptassem. Desde então, as emissoras do país baniram programas policiais de suas grades entre as 6h e as 22h. E em conjunto com as outras ações da estratégia, o país zerou mortes por trânsito.

CAPÍTULO 4

A COBERTURA DO CASO DOUGLAS

Neste capítulo, apresentaremos nossa análise da cobertura dos telejornais da Rede Globo sobre o caso Douglas. Com isso, pretendemos demonstrar empiricamente o que foi apresentado no capítulo anterior.

Trabalhamos com os principais programas jornalísticos da TV Globo (*Jornal Nacional*, *Fantástico* e os locais *Bom Dia São Paulo*, *SPTV* e *SPTV 2ª edição*), com a noção de que eles colaboram entre si, mesmo quando em editorias diferentes, já que os conteúdos produzidos são notadamente compartilhados e atualizados entre os repórteres e produtores. Assim, analisamos a narrativa construída pelos telejornais como um todo, de forma temporal e contínua ao longo das edições, não de modo isolado, em matérias ou programas específicos.

Para definir o escopo da análise, baseamo-nos nos resultados da *Pesquisa Brasileira de Mídia 2016* (IBOPE; SECOM, 2016), encomendada ao Ibope pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República com o objetivo de “conhecer os hábitos de consumo de mídia da população brasileira (segundo estratos de localização geográfica e de corte socioeconômico) a fim de subsidiar a elaboração da política de comunicação e divulgação social do Executivo Federal” (IBOPE; SECOM, 2016, p. 5).

Esse estudo entrevistou pessoas maiores de 16 anos, de todas as classes econômicas e gêneros, e residentes dos 27 estados da federação (interior e capital), construindo uma amostragem relacionada ao *Censo Demográfico Brasileiro 2010* (IBGE, 2012), que representa o universo da nossa população. Ou seja: os dados mostram de que maneira o brasileiro se informa e como se constitui o debate social sobre temas considerados de interesse público.

É importante ressaltar que a pesquisa de 2016 é a mais recente no momento de redação deste texto. Não acreditamos que isso seja um problema, já que o caso em questão sucedeu em outubro de 2013 e tramitou na Justiça até dezembro de 2016.

O levantamento mostra que 63% dos brasileiros se informam pela televisão. O número sobe para 89% quando levadas em conta primeiras e segundas menções. 77% das pessoas assistem televisão todos os dias da semana. Nenhum outro meio (rádio, jornais, revistas, internet e placas publicitárias) chega perto desse índice. Quando perguntados sobre a emissora

de TV aberta ou paga a que mais assistem, 56% dos entrevistados mencionaram a Globo; quando levadas em conta primeiras e segundas menções, o número sobe para 73%. A emissora que fica em segundo lugar é o SBT, com 11% das primeiras menções e 36% das primeiras e segundas – menos da metade da concorrente.

Os dados sobre o nível de confiança nas notícias que “circulam nos meios de comunicação” (IBOPE; SECOM, 2016, p. 28) são mais equilibrados e permitem observar certa problematização do conteúdo da imprensa televisiva por parte de seu público: 28% das pessoas confiam sempre, 26% confiam muitas vezes, 38% confiam poucas vezes e 8% nunca confiam.

Também buscamos números do Ibope mais recentes para entender o comportamento do público do telejornalismo no momento de produção dessa pesquisa. Assim, como os números mencionados antes, estes comprovam que a Globo é a emissora líder disparada em audiência, especialmente no telejornalismo. Dados de audiência analisados pelo Ibope na semana de 15 a 21 de julho de 2019 mostraram que o alcance do *Jornal Nacional*, por exemplo, é de 46,2%.

A medição realizada pelo Ibope abrange os 15 maiores mercados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Distrito Federal, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador e Vitória) e é referência na área da comunicação no país. Os dados, apresentados semanalmente, mostram os Top 10 programas com maior audiência para cada emissora da TV aberta. A medição apresentada diz respeito aos dados consolidados, ou seja, são dados aferidos e confirmados pela instituição, não coletados em tempo real. Apresentamos aqui os números de alcance acumulado ou o percentual de pessoas atingidas por determinado programa.

Além do *Jornal Nacional*, dois outros telejornais alcançaram o Top 10 da emissora: a segunda edição do jornal local (*SPTV 2^a Edição*) que, na cidade de São Paulo, chegou a 26,9%, e o *Globo Repórter*, com 19,1%.

O *Jornal da Record* é o segundo telejornal de uma emissora diferente da líder a pontuar entre os Top 10 programas, com 18,4% do alcance, seguido do *Jornal da Band*, com 10,1%. Nenhum telejornal da RedeTv ou do SBT (outras duas emissoras abertas com audiência medida pelo instituto) chegou a pontuar.

Isso significa que, no momento de redação em julho de 2019, o telejornalismo da Rede Globo ainda assegura uma audiência de duas a quatro vezes maior do que seus maiores concorrentes. Dessa maneira, é possível afirmar que as reportagens produzidas pela Rede

Globo informam mais pessoas e não só servem de referência para, mas também influenciam, os debates que acontecem na sociedade brasileira.

4.1 Metodologia: Análise de Enquadramento

Partimos de uma análise de conteúdo com base na leitura de Bauer e Gaskell (2002), que tratam de pesquisas qualitativas com texto, imagem e som. Os autores demonstram que o objetivo dessa metodologia é refletir sobre a mediação simbólica, categorizando-a e gerando uma nova informação. Segundo Bauer e Gaskell (2002), as análises de conteúdo têm o potencial de construir “mapas do conhecimento” sobre determinado tema. É precisamente o que pretendemos realizar nesta etapa da pesquisa: um mapeamento de como a história da morte de Douglas Rodrigues foi contada na sociedade brasileira. Nossa objetivo é que as informações recolhidas aqui possam ajudar a iluminar o caminho para uma regulamentação da comunicação e contribuir para os debates sociais. Pretendemos explicitar de que maneira o caso foi comunicado ao longo do tempo, quem foi ouvido e quais foram os enfoques principais. A análise de conteúdo foi a melhor maneira que encontramos de fazer isso. Bauer e Gaskell (2002, p. 194) explicam:

As pessoas usam a linguagem para representar o mundo como conhecimento ou autoconhecimento. Para reconstruir esse conhecimento, a análise de conteúdo pode necessitar ir além da classificação das unidades de texto e orientar-se na direção de construção de redes e unidades de análise para representar o conhecimento não apenas por elementos, mas também em suas relações.

Naturalmente, escolhemos essa metodologia também porque entendemos ser de praxe para estudos que pretendem realizar análises de enquadramento na comunicação. Ao apresentar um passo a passo para uma análise de enquadramento, Porto (2002) afirma ser necessário desenvolver uma análise de conteúdo sistemática, na qual sejam classificados – além dos critérios pertinentes à pesquisa – os tipos de enquadramento, os atores sociais envolvidos, seus conflitos e a forma das mensagens na TV.

A Análise de Enquadramento, que se originou em decorrência da insuficiência das análises sobre a mídia, que antes tinham como enfoque principal a imparcialidade e a objetividade, parece-nos ideal para estudar a cobertura do telejornalismo sobre violência, pois entende que todo conteúdo é produzido a partir de um conjunto de regras e conceitos específicos, tem uma matriz ideológica limitada e uma estrutura profunda, “ativados pelos

jornalistas, nem sempre de forma consciente e sem necessariamente existir uma intenção deliberada de iludir ou manipular” (PORTO, 2002, p. 2).

O autor considera que a Análise de Enquadramento dinamiza a Teoria da Agenda *Setting*, que entende que diferentes formas de apresentação determinam “sobre o que o público pensa” (PORTO, 2002, p. 3). Escolhemos deixar essa teoria para uma outra análise da cobertura do caso Douglas, já que, no presente trabalho, procuramos compreender a contribuição da mídia na determinação de como a sociedade refletiu sobre o problema.

Porto (2002) explica que entender o enquadramento nos permite responder sobre o que está acontecendo nas marcas interpretativas de um evento. Além disso, para medir os efeitos de determinada cobertura em sua audiência, seria necessário um outro tipo de trabalho que considerasse também a maneira complexa de como as pessoas negociam com as mensagens que recebem e os meios pelos quais se informam.

Seguimos, então, o passo a passo determinado pelo autor para realizar uma Análise de Enquadramento. No primeiro momento, identificamos o nível de análise do material selecionado e o principal tipo de enquadramento, ou o enquadramento primário. Nesse caso, a cobertura foi majoritariamente noticiosa – com a exceção de um comentário de especialista e alguns comentários editoriais que tomam a forma interpretativa. Em seguida, identificamos as principais controvérsias da cobertura e os enquadramentos a elas relacionados. Porto (2002, p. 17) esclarece:

O conceito de enquadramento possibilita entender o processo político como uma disputa sobre qual interpretação irá prevalecer na formação, desenvolvimento e resolução de controvérsias políticas. E permite ainda ressaltar como estas controvérsias se desenvolvem não através da apresentação de "fatos" ou "informação", mas sim através de interpretações que são utilizadas para avaliar estes eventos ou temas políticos.

Identificamos também os atores sociais distintos que participam do caso, pois entendemos que todos possuem capacidades maiores ou menores de influenciar os processos comunicacionais e de enquadramento. Dessa forma, é possível notar as interpretações dominantes e aquelas que foram excluídas pela mídia, e compreender ao longo da análise as razões que levaram ao predomínio de certos enquadramentos. O terceiro passo consiste em desenvolver uma análise de conteúdo sistemática condizente com os objetivos da pesquisa e explicitadora dos enquadramentos.

Ao final da análise, é possível identificar qual narrativa prevaleceu na cobertura da mídia sobre o caso e compreender como ela se formou, relacionada aos conflitos sociais e numa perspectiva temporal. Porto (2002, p. 19):

Esta classificação da forma dos segmentos de conteúdo da mídia permite identificar como, ao mesmo tempo em apresenta uma certa diversidade de enquadramentos, a mídia contribui para privilegiar determinadas interpretações hegemônicas da realidade, especialmente aquelas promovidas pelas fontes oficiais do governo.

4.2 Categorias de análise

A seguir, elencamos e definimos cada categoria de análise considerada nesta pesquisa²¹.

4.2.1 Dados técnicos

- **Formato:** diz respeito à maneira como o telejornal conta a história. Inclui:
 - *reportagem* – com entrevistas, imagens do local, apurações jornalísticas;
 - *nota pé* – texto lido pelo âncora do jornal ao final de uma reportagem, com informações complementares;
 - *nota coberta* – texto lido pelo âncora do jornal com imagens de entrevistas ou do local; neste caso, tratamos introduções a entrevistas como notas cobertas também;
 - *ao vivo* – entrada de repórter com informações enquanto o jornal está no ar; neste caso, temos entradas ao vivo de locais de apuração de reportagem e do Globocop;
 - *comentário de especialista*.
- **Tema:** refere-se ao conteúdo em questão. Na maioria dos casos, está explicitado no lide ou abre lido pelo apresentador.
- **Informações:** constituem o conjunto de conteúdos apresentados ao longo do videoteipe (VT). São apuradas pelo jornalista e/ou são obtidas em fontes.
- **Fontes:** são os atores sociais e documentos. Em outras palavras, tudo que serviu para que o jornalista pudesse contar aquela história e foi explicitado.

²¹ Assumo nesta seção minha formação como jornalista, usando minha experiência e meus conhecimentos técnicos da área para explicar alguns termos e procedimentos.

- **Elementos imagéticos:** são todas as imagens que compõem determinado conteúdo. Podem ser imagens de cobertura, de arquivo, entrevistas, artes, *prints* e fotografias.
- **Citações importantes:** são falas que chamam atenção ao longo do VT, seja de entrevistas, seja de jornalistas. Trazem informações relevantes ou emoções novas à história.

4.2.2 Dados semânticos

- **Vocabulário das fontes e vocabulário dos jornalistas:** são os termos que estão sendo usados para contar a história. É importante ressaltar que aspas são sempre usadas nesse caso, pois estão sendo citadas fontes ou jornalistas explicitados nas matérias.
- **Informações sobre Douglas:** uma reportagem completa sobre o caso Douglas, na opinião desta pesquisa, seria a que inclui seu nome, sua idade, sua ocupação, as condições de sua morte e qualquer outra informação que ajude a compreender a situação.
- **Matriz discursiva:** para produção de explicações e sentido para a violência. 1. espetáculo da violência, 2. Estímulo a políticas públicas de segurança, 3. estímulo ao empreendedorismo, 4. clamor por igualdade, 5. falência do Estado (RONDELLI, 1998).

Rondelli (1998) explica que o aumento de casos de violência nas duas décadas anteriores fez com que o noticiário sobre esse tema migrasse de suas editorias tradicionais e jornais especializados para ganhar todos os meios de comunicação e aquecer o debate sobre a natureza e as consequências da violência. A autora avalia que, no Brasil, não se discutem os efeitos psicológicos da veiculação da violência pela mídia, no sentido de se tentar compreender o que essa cobertura gera no imaginário social, nem se discutem as causas políticas da violência. Rondelli (1998) entende que os episódios de violência que ganham destaque na mídia são, além de fatos jornalísticos – “escandalosos, cruéis ou inusitados” (p. 146), reveladores de questões sociais para além deles. E acrescenta: “nestas imagens densas e particulares, que passam a ficar cunhadas num imaginário coletivo, visibilizam-se os conflitos, marcadamente sociais, crônicos e quase-insolúveis” (RONDELLI, 1998, p. 147). A

autora trabalha, portanto, com a ideia de que casos de violência que ganham notoriedade na mídia denunciam a violência como linguagem dentro de uma sociedade: são a expressão de conflitos que não se solucionam por vias institucionais. É possível observar esse fenômeno na análise da cobertura televisiva do caso Douglas pela Rede Globo: o absurdo do disparo e da morte em um domingo à tarde, as manifestações que surgem em resposta, a inabilidade dos governos em responder... tudo fica aquém da capacidade de compreensão do telejornal, que ao longo do tempo trabalha para construir uma narrativa simples sobre a violência.

Em consonância com outros autores citados por este trabalho, Rondelli (1998) explica que a mídia (“macrotestemunha privilegiada” da violência) se torna ator social quando expõe a violência para além dos limites dentro dos quais ela aconteceu. Ela se vale de casos de linchamentos para explicar a relação entre violência, suas imagens e a convocação de sujeitos para alguma ação social: a divulgação da prisão em flagrante, principalmente de acusados negros e de crimes relacionados à violência sexual, com detalhes de localização, fornece às pessoas uma justificativa para agir como linchadores. Por meio de sua midiatização, os atos de violência passam a ser apropriados por outros discursos e sujeitos.

A autora examina, então, algumas formas discursivas para problematizar a maneira como a mídia produz sentido sobre a violência. Para ela, ao tentar compreender atos de violência, os atores sociais procuram enquadrá-los em categorias tradicionais de conflitos ou criar novas interpretações que deem conta do fenômeno. Segundo Rondelli (1998, p. 153), “o que se produz sobre a violência são representações múltiplas, discursos polifônicos, por vezes contraditórios, mas coerentes com requisitos institucionais diversos”. O texto apresenta cinco categorias para as formações discursivas atuais que cumprem essa função.

A primeira matriz discursiva identificada por Rondelli (1998) é a do espetáculo da violência, maneira como a mídia geralmente trata e representa a violência. Nessa forma de produção de sentido, a cobertura de um caso não trabalha apenas no registro da banalização, do sensacionalismo e do fascínio da notícia, mas também o oferece ao julgamento de outros sujeitos sociais. A segunda matriz discursiva é a do estímulo a políticas públicas, ou seja, a que inspira e orienta a “organização legal e racional” (RONDELLI, 1998, p. 154) da sociedade, ações governamentais assistenciais ou de segurança. A terceira matriz é a do estímulo ao empreendedorismo, relacionada à anterior, mas voltada ao estímulo empresarial, que coloca a violência como “obstáculo à expansão da produção e circulação dos bens e serviços que se realizam no espaço urbano” (RONDELLI, 1998, p. 155). A quarta matriz discursiva é a que explicita as injustiças sociais e clama por igualdade, não pela via do Estado, mas por meio de novos atores, como movimentos sociais e ONGs. Vale ressaltar que, apesar

do engajamento de organizações, movimentos e da própria criação de uma campanha social sobre o caso Douglas, essa matriz não foi adotada na cobertura analisada. Há pouca, ou nenhuma, menção desse envolvimento com o caso. A quinta e última matriz identificada por Rondelli (1998) diz respeito a uma falência do Estado, a um conjunto de justificativas que trabalham com o sentimento de esgotamento de uma ordem social e de ideologias.

Utilizamos essas matrizes para analisar a cobertura do telejornalismo da Rede Globo sobre a morte de Douglas já que, com elas, é possível identificar linhas editoriais, enquadramentos selecionados por repórteres e a evolução da narrativa numa perspectiva temporal.

4.2.3 Dados do conflito social

- **Ênfase:** o que foi privilegiado.
- **Conflitos explicitados:** conflitos que vêm à tona nesta versão da história.
- **Observações da análise:** espaço para observações e notas.

4.2.4 Dados de enquadramento

- **Enquadramento primário:** pode ser *noticioso* – “resultado de escolhas feitas por jornalistas quanto ao formato das matérias, tem como consequência a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade percebida” (PORTO, 2002, p. 15) – ou *interpretativo* – “padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento” (RONDELLI, 1998, p. 15).
- **Enquadramento noticioso:** de *interesse humano* (focalizado no indivíduo, leva à personalização da cobertura), *episódico* (voltado para os eventos, faz com que as pessoas atribuam responsabilidade pelos problemas sociais a indivíduos específicos, portanto a relação entre eles e a ação de líderes fica obscurecida) ou *temático* (pode ser oposto a ou estar incluído em um enquadramento noticioso, descrevendo problemas políticos e sociais e influenciando o entendimento do público sobre sua origem).
- **Tipo do segmento:** *restritos* (um enquadramento) ou *plurais*.
- **Segmentos plurais:** *fechados* (um enquadramento é privilegiado) ou *abertos*.

4.3 A cobertura dos principais telejornais da Rede Globo sobre o caso Douglas

A cobertura da morte de Douglas Rodrigues pelo telejornalismo da Rede Globo começa na manhã da segunda-feira (28 de outubro de 2013), dia seguinte ao de sua morte. A reportagem do *Bom Dia São Paulo* (“‘Tiro acidental’ de policial mata adolescente e gera protesto, diz PM”) tem como tema geral a morte em si, avançando para as consequências para o policial e a revolta no bairro. O repórter, Victor Ferreira, acompanhou o caso ao longo da madrugada, esteve no local do incidente e conversou com pessoas próximas a Douglas. O repórter relata, citando as ruas do bairro, que Douglas passava perto de um bar no momento em que Policiais Militares verificavam uma denúncia de perturbação de sossego (o som de um carro tocando *funk*). Ao abordarem Douglas e o irmão de 13 anos, ocorreu um disparo. Douglas foi levado ao hospital e não resistiu. A reportagem revela ainda que o policial foi autuado em flagrante por homicídio culposo. Duas coisas chamam a atenção nesta primeira narrativa dos acontecimentos: a reportagem em si não oferece um esclarecimento sobre o disparo ou responsabiliza o policial (nem a arma) e a identidade do policial é preservada. Aqui o conflito social sobre a natureza do tiro, que permeia o caso até hoje, já fica evidente.

Além de ter como fonte o Boletim de Ocorrência, o repórter entrevistou a mãe, o irmão (que aparece de costas e com a voz distorcida) e a avó de Douglas. Nestas entrevistas há questionamentos sobre o disparo, como o momento em que Ferreira pergunta: “O policial diz que a hora que ele saiu do carro a porta bateu na arma e por isso ela disparou, você viu isso?” e o jovem responde “Não. Dentro do carro ele chegou e já deu o tiro”. Entre as falas notáveis da mãe que compõem a reportagem, está: “Ele ainda perguntou ‘Por que que o senhor atirou em mim?’”, que se tornaria símbolo do movimento e do caso. Outro momento marcante da reportagem é a segunda entrevista dela: a entrevista, que acontecia na rua (já que, segundo o repórter, a mãe e os vizinhos passaram a madrugada lá, indignados), é interrompida pela passagem em velocidade reduzida de uma viatura da Força Tática da Polícia Militar. A mãe chama a atenção do repórter para isso dizendo: “Agora ficam assim, passando pra ver o que que a mãe tá reclamando. E isso é direto. É uma atrás da outra, sabe? Eles não sabem a dor que eu tô sentindo”.

Entre os elementos imagéticos que compõem esse primeiro conteúdo, há duas fotos de Douglas (uma *selfie* e uma foto na praia), passagens de sua mãe chorando e esfregando as mãos, entrevistas com seu irmão e avó (em casa), a presença da viatura mencionada, além de externas da delegacia, do bar, das ruas do bairro, de agências bancárias destruídas, de um

ônibus queimando, um carro incendiado e lixo espalhado na rua, além de aéreas da Tropa de Choque caminhando por uma avenida.

A ênfase da reportagem, que é uma das mais completas no que diz respeito à história de Douglas (cita seu nome, sua idade e sua ocupação), está na dor da família e na indignação da vizinhança. Nesse sentido, entendemos que o enquadramento para esta reportagem é noticioso e de interesse humano, enquanto a matriz discursiva para produção de explicação e sentido para a violência é a da violência como espetáculo: demonstra o absurdo de um disparo acidental que tira a vida de um jovem de 17 anos e dá lugar à revolta que isso gera, mas ainda trata o ocorrido como um caso isolado, consequência da violência presente nas periferias das grandes cidades.

A reportagem foi seguida de uma nota pé que aborda as consequências do ocorrido para o policial e informa onde ele está, seu posto, idade e tempo de serviço. Ao final, o apresentador Rodrigo Bocardi declara: "História que precisa de muita explicação ainda".

O caso continuou a ser coberto na edição de 28 de outubro de 2013 do *Bom Dia São Paulo*. O jornal veiculou uma entrevista com o porta-voz da Polícia Militar à época, Major Mauro Lopes, que reforça a ideia de que o tiro foi acidental e não fornece respostas sobre o disparo. Questionado, o major explica a praxe do posicionamento da arma para abordagens desse tipo e ressalta a importância de “dizer do lamento, da consternação da instituição com a família do jovem”. A ênfase aqui é na fatalidade do ocorrido e Douglas é referido como “jovem”. Na nota pé dessa entrevista, o apresentador explica que a viatura que interrompeu a entrevista da mãe de Douglas fazia parte do policiamento reforçado enviado ao bairro por conta dos protestos. Ele também dá informações sobre o velório e o enterro, que seriam naquele mesmo dia. A fala de Rodrigo Bocardi devolve a ênfase à dor da família e aos questionamentos sobre a resolução do caso.

Ou seja, o fechamento dessa primeira edição da cobertura local sobre a morte de Douglas tem como enquadramento primário a notícia e, dentro dela, o enquadramento de interesse humano. De forma geral, este primeiro segmento é restrito e fechado nessa forma de contar a história e demonstra uma escolha editorial por defender o interesse das vítimas e não do Estado.

Neste primeiro dia após a morte de Douglas, não houve cobertura do caso pela primeira edição do *SPTV*. Mas a cobertura foi retomada no *SPTV 2ª edição*, com uma entrada ao vivo do Globocop (“Caminhões são incendiados na Rodovia Fernão Dias, na região do Jaçanã”), que tinha como objetivo noticiar a revolta dos moradores do bairro e o consequente bloqueio do trânsito pela rodovia.

O âncora, Carlos Tramontina, apresenta o caso falando da ação de “bandidos infiltrados em grupos de manifestantes”. A imagem aérea mostra caminhões sendo saqueados e queimando na rodovia enquanto o repórter, Fábio Turci, apresenta um balanço do que aconteceu ao longo do dia entre os protestos. Ele começa sua entrada ao vivo, avisando que aquele era um “momento dramático”, porque o fogo acabara de começar e explica que os manifestantes haviam saqueado lojas e caminhões, começado incêndios e bloqueado a rodovia. O repórter ressalta ainda que as pessoas responsáveis por esses atos estavam em sua maioria “mascarados” e fala da demora do atendimento da polícia e dos bombeiros, explicitando dois grandes conflitos: o primeiro sobre o cenário político brasileiro de 2013 e o segundo sobre o caso em questão.

A linguagem, tanto do âncora, quanto do repórter, também denota o conflito social que permeava as manifestações sociais naquele momento. N caso da entrada ao vivo do *SPTV 2^a edição*, em 28 de outubro de 2013, percebe-se uma dificuldade editorial em categorizar o que se mostra como um grupo de pessoas que está expressando revolta por conta da morte de Douglas e protestando contra a Polícia Militar, ao mesmo tempo em que está cometendo atos de depredação e violência. O espaço que há no telejornal para a complexidade do que acontece ali se limita à diferenciação dos “bandidos” e “mascarados” dos manifestantes, que não fica tão clara.

Turci fala da indignação da vizinhança com a morte de Douglas (a quem se refere como “rapaz de 17 anos”) e explica que os protestos começaram após seu enterro. Essa fala é o gancho para uma reportagem sobre o caso. Algumas das informações e imagens veiculadas na edição do final da tarde são iguais às usadas pelo jornal da manhã. Dado que os dois jornais são locais, mas têm públicos e linguagens distintos, a repetição de informações é comum, assim como o reaproveitamento do material. A novidade que se apresenta aqui são as imagens do enterro de Douglas, como o helicóptero da Polícia Militar que sobrevoou a área, o cemitério, seus amigos chegando de moto e outras pessoas no enterro em si. Há também uma nova entrevista com sua mãe que, um dia depois do ocorrido, declara, olhando para a câmera: “Acidente não foi. Fatalidade não foi. Foi um assassinato. Ele vai ter que pagar tudo. Ele quis matar”.

Diferentemente da reportagem apresentada pela manhã, esta traz, durante o VT, os dados do soldado responsável, além de falar do policiamento reforçado e dos comerciantes do bairro que foram prejudicados pelos protestos. Uma coisa que chama a atenção é a inconsistência na idade do irmão de Douglas: no *Bom Dia São Paulo*, Ferreira noticiou que ele tinha 13 anos; no *SPTV 2^a edição*, o texto registra 12. Esta reportagem coloca uma ênfase

maior na controvérsia sobre a natureza do disparo, mas também tem como foco a dor da família.

Mais tarde, no mesmo jornal, há uma outra entrada ao vivo do Globocop (“Manifestantes andam sobre tanque de caminhão em movimento na Rodovia Fernão Dias”), que mostra caminhões e pessoas sentadas em cima de um caminhão-tanque em movimento. Turci explica que o caminhão-tanque estava parado no bloqueio da rodovia, quando foi tomado pelos manifestantes, manobrado e levado na contramão. O repórter ressalta que não sabe dizer a carga do caminhão, fala novamente da falta de ação da Polícia Militar e explica que a faixa ocupada vai no sentido de Belo Horizonte.

Ambos os enquadramentos usados pelo *SPTV 2ª edição* em 28 de outubro de 2013 são noticiosos, mas enquanto a reportagem mantém o enquadramento de interesse humano usado pela manhã, as entradas ao vivo acabam por aplicar um enquadramento episódico, já que tratam de um acontecimento isolado no momento presente. Isso se intensifica na fala do repórter que, ao vivo, não pode confirmar ou mesmo apurar muitas das informações que passa e acaba noticiando o que pode ser visto na tela. Dessa maneira, o segmento é plural em seus enquadramentos, mas ainda se fecha (ou privilegia) o interesse humano da história.

O caso teve cobertura do *Jornal Nacional* no próprio dia 28 de outubro de 2013, com uma reportagem (“Adolescente morto por PM é enterrado em São Paulo”), de César Galvão, que reuniu as informações sobre a situação no bairro e a morte de Douglas apuradas ao longo do dia pelos repórteres locais e incluiu novas. Assim, esta matéria é mais completa do que as anteriores no que diz respeito à sucessão de acontecimentos, repercussões e respostas. No que se refere ao disparo, por exemplo, Galvão conta que Douglas e o irmão mais novo (sem idade) chegavam em frente ao bar quando o carro da Polícia Militar se aproximou; em seguida, abre espaço para as falas do irmão e do porta-voz da Polícia Militar para explicar o que aconteceu a seguir. Há ainda uma reconstituição computadorizada da cena. Dessa forma, a reportagem não estabelece o que aconteceu, não tenta explicar e mantém o espaço para o debate social em aberto.

O VT mostra ainda pessoas do lado de fora do velório, incluindo a mãe chorando e sendo consolada, fotos de Douglas e os protestos nas ruas do bairro, comércios fechados, policiamento nas ruas, saques, focos de incêndio e as mesmas aéreas da Tropa de Choque e da Rodovia Fernão Dias que vinham sendo utilizadas desde a manhã. Chama a atenção o fato de que, além de falar o nome, a idade e a ocupação de Douglas, esta reportagem traz também uma fala de sua mãe sobre os sonhos do jovem.

Assim como nas edições locais, esta reportagem tem como matriz discursiva o espetáculo da violência (tanto no extraordinário da morte de Douglas, quanto no ocorrido no bairro ao longo do dia seguinte) e seu enquadramento é de interesse humano. Diferentemente das matérias anteriores, no entanto, é possível afirmar que a ênfase tão forte nas manifestações gera um enquadramento plural. Esse recorte é temático, pois tem como linha condutora todas as manifestações que tomaram o país naquele ano.

Ao final, o repórter, Fabio Turci, entra ao vivo do Globocop para atualizar a situação na rodovia. Em poucas horas desde a entrada pelo *SP TV 2^a edição*, a situação evoluiu e a reportagem traz imagens do corpo de bombeiros controlando o fogo na Fernão Dias. O repórter fala em “vândalos” e faz um balanço que envolve cinco ônibus e dois caminhões incendiados, a tomada de um ônibus, barricadas em ruas do bairro e uma pessoa baleada. Neste momento, a reportagem já fala da ação da Polícia Militar que dispersou manifestantes usando gás lacrimogênio e do contato do Secretário de Segurança Pública de São Paulo à época, Fernando Grela Vieira, com o então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, para, segundo Turci, articular uma “ação contra essa onda de manifestações que acabam terminando em ações de vandalismo”.

A forma como as entradas ao vivo de Turci articulam sua narrativa não só explicitam um dos posicionamentos da mídia sobre os acontecimentos de 2013, mas também trazem para o primeiro plano questionamentos sobre as competências estatais em lidar com as manifestações populares, pacíficas ou não. A sequência de suas três entradas nesse primeiro dia de revolta desencadeada pela morte de Douglas pode ser lida como um alerta aos governos. Às 18h, quando entra no *SP TV*, Turci questiona por que motivo a Polícia Militar está longe dos focos de ação, sem ainda ter apurado que a polícia paulista não tem jurisdição na rodovia, que é Federal. Às 21h, já se fala em articulação entre os governos do Estado de São Paulo e Federal e em bombas de gás.

A matriz discursiva dessas entradas ao vivo é de um estímulo a políticas públicas diante de casos de violência. É como se a equipe de reportagem da Rede Globo se encarregasse do papel da mídia que checa governantes a serviço do povo. E a leitura temporal e sequencial desses chamados permite inferir que os governantes ouviram. No mínimo, estão em sintonia com a emissora.

A mistura de enquadramentos pelos dois repórteres faz do segmento do *Jornal Nacional* em 28 de outubro de 2013 reservado ao caso Douglas plural e aberto. A história foi contada do ponto de vista da dor da família e da confusão sobre o disparo (interesse humano), mas também com suas consequências imediatas (episódico) e em um contexto nacional e

histórico maior (temático) preservados. É preciso ressaltar que este jornal, não só por ser mais longo, mas também pelo seu formato e linguagem, permite que as histórias sejam contadas com maior detalhamento e apuração. É o que se vê nesse primeiro dia de cobertura: chegamos à noite com uma série de repercussões locais e questionamentos no debate social sobre o caso Douglas.

No dia seguinte, as manifestações são o centro e o foco do *Bom Dia São Paulo*. Às 06h30, a repórter, Sabina Simonato, faz uma entrada ao vivo (“Após protesto na Fernão, suspeitos de vandalismo seguem detidos”) da frente da delegacia da Vila Gustavo onde, o âncora anuncia, 34 pessoas estavam detidas. A repórter explica os procedimentos da delegacia e explicita os próximos passos, tendo como fonte o delegado, e conta que as 23 pessoas que haviam sido questionadas até aquele momento haviam negado participação nos atos da noite anterior. Coloca em contraste a nota da Polícia Militar que afirma que 90 pessoas haviam sido detidas nos protestos, algumas armadas e efetuando disparos. As informações de Simonato são cobertas por imagens de pessoas andando pela rodovia durante a tarde e a noite do dia anterior, dos focos de incêndio e de jovens em cima de ônibus.

Vinte minutos mais tarde, a repórter faz uma nova entrada ao vivo, atualizando informações sobre as pessoas detidas, incluindo um menor (15 anos). Ela traz imagens feitas na porta da delegacia das pessoas (detidas e parentes) aguardando do lado de dentro e conta que levantamento da polícia demonstrou que a maioria dos que já haviam sido ouvidos tinha passagem por roubo, furto ou tráfico de drogas. O delegado não sabe neste momento se libera as pessoas.

Às 07h18, a repórter volta para atualizar o número de pessoas ouvidas e a informação de que elas serão liberadas por falta de provas. A cada entrada, Simonato repete algumas informações, tanto as já apresentadas no *Jornal Nacional* na noite anterior, quanto as apresentadas por ela naquela mesma edição. Isso porque o jornal da manhã funciona com audiência rotativa: é longo e tem como objetivo principal informar o público que está começando seu dia, e não necessariamente assiste à edição completa.

Em suas intervenções, Bocardi relembra a origem das manifestações, fala dos protestos no domingo à tarde, logo após a morte de Douglas, e diz que a polícia quer saber “qual é a relação desse protesto de ontem à noite com o enterro de um estudante de 17 anos”. Neste momento, a linha entre a manifestação decorrente da morte de Douglas e outros atos começa a afinar na narrativa do telejornalismo da Globo. O jornal acompanha as ações da polícia, sem grandes chamadas à ação, e enquadrando o caso no tema maior das manifestações de 2013.

O mesmo jornal havia apresentado uma reportagem sobre os fatos da noite anterior (“Manifestantes queimam ônibus em protesto pelas ruas do Jaçanã”) contando a revolta no bairro depois do enterro na segunda-feira. Os fatos relatados são similares aos trazidos tanto pelo *SP TV 2^a edição*, quanto pelo *Jornal Nacional* de 28 de outubro de 2013. Tratam também da tarde do enterro, trazendo mais uma vez a passagem da mãe de Douglas olhando para a câmera e declarando: “Acidente não foi. Fatalidade não foi. Foi um assassinato”, e apresentando a controvérsia sobre o disparo na versão da Polícia Militar e da família. A ênfase da reportagem está nos protestos da madrugada, na ação da polícia e dos bombeiros na rodovia, nas consequências pelo bairro e – uma imagem que marcaria a cobertura subsequente – nos 10 quilômetros de congestionamento gerados na rodovia.

Na nota pé, Bocardi lê um comunicado da Polícia Militar que declara que o soldado agiu “de forma errada, atingiu uma pessoa que estava desarmada e indefesa e por isso foi preso em flagrante” e explica que a revolta começou quando o delegado local ia fazer um Termo de Comparecimento Espontâneo para o responsável pelo disparo. O âncora acrescenta que a polícia ainda estaria averiguando a relação dos protestos de segunda-feira com a morte de Douglas. O caso do homem que havia sido baleado na noite anterior é usado como gancho para noticiar o contato do Secretário de Segurança com o Ministro da Justiça e o jornal se vale de um comunicado da Agência Brasil, veículo de comunicação do Governo Federal, para informar que Grella havia solicitado a Cardoso que a Força Nacional de Segurança atuasse nos protestos. Bocardi encerra com a declaração da Secretaria Estadual, que nega ter pedido intervenção.

A cobertura do *Bom Dia São Paulo* de terça-feira (29 de outubro de 2013) explicita muitos dos conflitos do caso Douglas. É a primeira vez que é dito pela Polícia Militar que ele estava “desarmado e indefeso” e que os protestos são reconhecidos como legítimas revoltas decorrentes do assassinato. A confusão e as tentativas frustradas dos governos de lidar com a situação ficam claras: há conflitos de jurisdição, de responsabilidade e um receio – típico de 2013 – de criminalizar a manifestação social. Todo o segmento dessa edição é noticioso, mas misto e aberto em seus enquadramentos, deixando espaço para coberturas de cunho episódico (como as prisões, a morte e os pedido de intervenção em nível nacional), mas também relacionadas com o tema maior do contexto nacional. Essas matérias já perderam o tom de interesse humano notadas no dia anterior: mesmo as falas de familiares e outras pessoas atingidas servem para ilustrar os conflitos.

Isso se agrava na primeira – e única – cobertura do *SP TV* sobre o caso, que dedicou 11 minutos daquela edição aos protestos (“Detidos em protesto na Fernão são liberados por

falta de provas”). Cesar Trali abre o jornal falando “do medo, da revolta e da indignação” dos moradores do bairro, mas dessa vez com os protestos, e também da conversão da “principal ligação entre São Paulo e Minas Gerais” em “terra de ninguém”. A reportagem abre com um “povo fala” (entrevistas com diversas pessoas, geralmente rápida e na rua, comentando um mesmo assunto) intercalado com imagens de focos de incêndio no Ecoponto local, da carcaça de um caminhão queimado e de pessoas andando na rodovia. Todos os entrevistados parecem assustados com as pessoas que tomaram as ruas. Uma delas declara: “Quando eu vi eles chegando eu corri pra minha casa, eu fiquei horrorizada”.

Além do bloqueio na Fernão Dias, da pessoa que baleada e do sequestro dos caminhões – com o acréscimo da informação de que um deles transportava combustível –, a reportagem traz informações sobre o comércio que não abriu ou fechou as portas mais cedo no dia anterior. Sobre Douglas, lembram o nome, a idade, as condições de sua morte e relacionam os protestos com o enterro. A ênfase maior da reportagem está na inconveniência e medo gerados pelos protestos. Os jornalistas usam termos como “vândalos” e “baderneiros”. A forma como a narrativa é construída aqui faz de sua matriz discursiva o espetáculo da violência. Algo evidenciado pelo termo “terra de ninguém”, já que denota uma especificidade da violência àquela região ou àquelas condições sociais.

A cobertura continua com uma entrada ao vivo do Globocop para mostrar os “prejuízos” das manifestações na rodovia ao meio-dia. Com o trânsito tranquilo, uma repórter chama a atenção para as marcas de incêndio no asfalto e declara que todo mundo no bairro está “em compasso de espera”. Outra entrada ao vivo é feita pela repórter, Sabina Simonato, que segue na frente à delegacia para reafirmar e atualizar as informações passadas pela manhã. Desta vez, ela tem como fonte também o Boletim de Ocorrência das prisões da noite anterior. Neste momento, apenas uma pessoa continua detida (por falta de documentos), e um inquérito policial está para ser instaurado. As imagens mostram pessoas dentro da delegacia e sendo levadas pelo braço por policiais. Ao interagir com a repórter, o âncora se mostra indignado com a liberação das pessoas, que já não são tratadas na cobertura como manifestantes, e sim como criminosos.

Uma segunda reportagem foca as pessoas que foram vítimas das ações do dia anterior. Tem como fontes um motorista de ônibus cujo colega dirigia pela Fernão Dias quando foi atacado com pedras e um policial que é entrevistado dentro da delegacia sobre jovens que foram levados pela manhã suspeitos de roubar objetos de lojas saqueadas. Na nota coberta que segue, Trali fala de um comerciante que foi prestar queixas por roubo de moto, entrevistado na contraluz para não ser identificado. O âncora traz um novo balanço da Polícia Militar (7

caminhões, 3 ônibus incendiados e 6 veículos depredados, 3 agências bancárias, 1 loja saqueada outra destruída, 77 pessoas detidas) – vale notar que os números são maiores do que os divulgados pela Polícia Civil mais cedo – e chama uma entrevista com o Secretário de Segurança Pública do Estado. Grella está prestes a se reunir com o comando da Polícia Rodoviária e reforça que não pediu ajuda à Força Nacional.

A cobertura do *SP TV* termina com um comentário do especialista em segurança pública da casa, Diógenes Lucca, que vai ao estúdio esclarecer as dificuldades que a polícia tem em lidar com o caso. É o primeiro a informar que a Polícia Rodoviária Federal dispunha de quatro viaturas para patrulhar um trecho de 90 quilômetros da Fernão Dias e coloca a ênfase de sua fala no nível de policiamento disponível. Lucca classifica a morte de Douglas como incidente: "O que aconteceu ontem foi uma carona que os criminosos pegaram em cima de um incidente gravíssimo que aconteceu na Zona Norte de São Paulo pra poder fazer essa bandalheira que fizeram aí". Sua avaliação tem como matriz discursiva um estímulo a políticas públicas pois critica as decisões governamentais para lidar com o caso e defende os interesses das polícias, inclusive avaliando que seria preciso aumentar o efetivo por conta das manifestações de 2013. Ele acrescenta: "Tudo isso que tá acontecendo não é contra a polícia, é contra o Estado (...) Se deixar só pra polícia, eles vão acabar conseguindo o que de fato eles querem: um mártir".

A edição de 29 de outubro de 2013 do jornal local do meio do dia representa uma guinada na cobertura do jornalismo televisivo da Globo sobre o caso Douglas. O enquadramento noticioso que antes era de interesse humano, torna-se temático: um trabalho de jornalismo policial, que se vale de números, estatísticas e comunicados oficiais dos governos e corporações para contar sua história. Não apenas a ênfase deixa de ser a morte de Douglas por um Policial Militar, como passa a recair nas condições que a Segurança Pública tem para realizar seu trabalho, seja acompanhar manifestações, seja lidar com os detidos.

No fim da tarde daquela terça-feira, o *SP TV 2^a edição* noticia que o policiamento será reforçado ("Policimento será reforçado no Jaçanã e na Rodovia Fernão Dias, em SP"). Apesar da ênfase no policiamento e nas ações dos órgãos de segurança, a reportagem chama a atenção pelo uso profuso de entrevistas com pessoas prejudicadas pelos protestos, valendo-se do mesmo "o povo fala" e das sonoras com o motorista de ônibus, o comerciante que teve a moto roubada e o policial veiculadas na edição da manhã. Entre as falas notáveis está: "Entreguei a moto e saí correndo deles, ainda com medo deles atirarem nas minhas costas". Além disso, o repórter entrevistou uma mãe e seus filhos que estava há três horas dentro do

carro no trânsito da Fernão Dias, abrindo o microfone para que uma das crianças contasse que estava com soluço e queria mamar.

A reportagem apresenta informações de diversos órgãos de governo: a decisão tomada em conjunto pelos Governos Estadual e Federal, as falas do superintendente da Polícia Rodoviária de São Paulo depois de sua reunião com a Secretaria de Segurança Pública do Estado e as explicações de Grella sobre as ações da Polícia Militar nos dois dias que se passaram. São diversos fatos novos sobre os protestos: a Polícia Rodoviária Federal admite que a situação fugiu ao controle na segunda-feira e pediu reforço do policiamento, a Secretaria requisitou as imagens das câmeras de segurança da rodovia e explicou que a demora da Polícia Militar para agir havia sido “estratégica” e que o contato com o Ministro da Justiça era para “combinar uma ação integrada”. O Secretário declara: “Melhor preservar uma vida e a integridade física do que expor milhares ou centenas de pessoas que não têm nada a ver com esse grupo de vândalos a um risco de dano ou até a um risco de morte”.

A história continua nas notas lidas pelo apresentador, que declara que 30 policiais rodoviários federais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro chegaram e fazem uma operação saturação entre os quilômetros 90 e 86 da Fernão Dias, Informa que outras 40 equipes eram esperadas para os próximos dias. Tramontina chama ainda uma entrevista coletiva com José Eduardo Cardoso, que anuncia uma troca de informações entre os governos para que esse tipo de ação seja “não só investigado, mas coibido”. E encerra com um sentimento típico do momento: “É necessário que a gente tenha uma política de segurança pública que garanta liberdade de manifestação, mas não permita o vandalismo”.

O uso das entrevistas com pessoas prejudicadas pelas ações no bairro e na Fernão Dias dá à cobertura um enquadramento de interesse humano por um lado que não havia sido explorado ainda. No *SP TV 2^a edição*, os enquadramentos noticiosos se misturam em temático, mantendo a linha iniciada pela manhã com uma preocupação sobre policiamento e articulação dos responsáveis, e de interesse humano. Essas escolhas parecem dar uma leveza às matérias do jornal do fim do dia, sem se distanciar da linha editorial estabelecida mais cedo. É importante ressaltar que, nesse segmento, não há nenhuma informação sobre Douglas ou sua morte, nem mesmo como geradora dos protestos.

A cobertura do *Jornal Nacional* dessa mesma terça-feira segue com a ênfase no aumento do policiamento e apresenta uma reportagem (“PM de São Paulo e Polícia Rodoviária Federal vão aumentar a segurança da Fernão Dias”) de enquadramento temático que aprofunda as informações sobre o caso. O repórter, José Roberto Burnier, faz uma passagem de dentro do carro pela Rodovia Fernão Dias para explicar que apenas a Polícia

Rodoviária Federal pode agir na estrada, contar dos bairros que existem ao redor, falar das quatro viaturas para 90 quilômetros. Além dos números do reforço enviados de outros estados, Burnier noticia um acordo entre a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar para que a primeira possa acionar a Tropa de Choque e os Bombeiros quando fosse preciso. O repórter usa a expressão “as marcas do terror” para falar das imagens da carcaça do ônibus queimado e dos passageiros descendo do ônibus no meio da rodovia na noite anterior. As declarações do Ministro da Justiça veiculadas pelo jornal local ganham caráter nacional na nota pé apresentada por Bonner, que afirma que Cardoso se reunirá com os Secretários de Segurança de São Paulo e do Rio de Janeiro para buscar meios de coibir atos de violência sem reprimir a liberdade de expressão.

No dia seguinte, 30 de outubro de 2013, o *Jornal Nacional* é o único que segue noticiando o caso. Chama a atenção a reportagem (“Polícia de São Paulo investiga participação de quadrilha em ação na Fernão Dias”), veiculada na quarta-feira. Relembra Douglas, devolvendo a raiz dos protestos à sua morte e apresentando suas fotos, nome e informações sobre o enterro. A ênfase não volta a ser o jovem, muito menos as circunstâncias do disparo, mas parece que, quando a narrativa sobre os protestos se complexifica, aquele episódio incomum do domingo à tarde se torna um ponto chave, que não pode ser esquecido, em meio a muitos outros. A reportagem de César Galvão enquadra os acontecimentos de forma a colocar o enterro de Douglas como o estopim das manifestações que foram infiltradas por “ações criminosas” e geraram medo no bairro. As imagens mostram lojas abrindo enquanto comerciantes do bairro contam que não podem perder mais um dia de trabalho e que têm esperança de que o movimento volte “sem preocupação, sem vandalismo”. A reportagem relembra os estragos dos dias anteriores e as ações dos órgãos de governo, acrescentando que um carro havia sido atingido por uma pedra na noite anterior e o motorista havia sofrido um infarto e morrido.

Esta matéria tem como fonte uma apuração do jornal *Folha de S.Paulo*, que aponta a possível atuação de uma quadrilha nos protestos. Segundo investigações, ela controlaria o tráfico de drogas na região. A Polícia Militar apreendeu 50kg de maconha e cocaína, R\$40 mil reais e armas em uma casa no Jaçanã. As imagens mostram a polícia e manifestantes em confronto na rodovia e carros dando ré e fazendo manobras para fugir da manifestação, além de policiais carregando grandes volumes de drogas, dinheiro e armas. Em entrevista, o Secretário de Segurança Pública declara: “Não podemos confirmar e nem negar a hipótese de haver grupos criminosos (...) O próprio comportamento de muitos ali, dominando veículos, com armas em punho, isso não é próprio de uma manifestação”.

O segmento é noticioso, mas a construção da narrativa de forma linear e temporal faz com que ele seja classificado como plural. A matéria preserva o caráter episódico dos acontecimentos, enquanto os relaciona com algo maior no contexto nacional (organizações criminosas e sua infiltração nas manifestações). Aqui também parece que a violência é justificada como algo espetacular, que atinge algumas regiões menos afortunadas. Nem repórter nem âncoras fazem críticas ao Estado ou às ações da polícia, como em jornais anteriores: a investigação é noticiada como algo bem-sucedido e que merece acompanhamento. Não há.

É interessante perceber que a última cobertura do caso Douglas pelo jornalismo televisivo da Rede Globo realiza uma espécie de rememoração dos acontecimentos, construindo uma narrativa que vai de uma morte de um jovem num domingo à tarde à ação de uma quadrilha que espalha medo e insegurança pela Zona Norte de São Paulo. Por circunstâncias editoriais, a cobertura não segue acompanhando o caso e a narrativa fica, de certa forma, incompleta: não há apurações sobre o disparo que atingiu Douglas, nem chamados por justiça, mas também não há um acompanhamento das investigações sobre as manifestações.

Não encontramos cobertura local ou nacional do julgamento do policial responsável, que aconteceu em dezembro de 2016. O soldado foi absolvido com a justificativa de que a arma teria disparado sozinha. Em dezembro de 2017, o *Fantástico* veiculou uma reportagem especial (“MPF abre ação contra fabricante de armas Taurus por disparos acidentais”) sobre falhas nos produtos entregues pela fabricante Taurus, maior fornecedora das policiais brasileiras. A reportagem, de oito minutos, é bastante técnica e parte de casos específicos para relatar os desdobramentos e apurações nas falhas de cada equipamento. A ênfase principal é o caso de Izabelli, Policial Militar de Alagoas que morreu em 2014 depois de ser atingida 17 vezes por uma submetralhadora que, entre os bancos da viatura, com o cano para trás (onde estavam a soldado e um colega) disparou 30 tiros.

São apresentadas falhas em equipamentos diversos, em Estados diferentes e com consequências diversas. A reportagem informa que números do Ministério Público Federal de Sergipe mostraram que 18 Estados e o Distrito Federal declararam ter encontrado problemas nos equipamentos da Taurus, quatro não responderam e outros quatro disseram não ter problemas. Uma dessas falhas foi na pistola 24/7 em Sergipe que, mesmo carregada, não disparou. A reportagem traz imagens das armas e munições, bem como de um policial realizando testes, além de lembrar uma outra produção do *Fantástico*, de fevereiro daquele mesmo ano (“Arma usada pela polícia brasileira

dispara por acidente, fere e até mata”), que denunciou que armas desse tipo disparavam sozinhas. É aí que a reportagem recupera o caso Douglas.

O repórter, Mauricio Ferraz, erra a data ao dizer que se passou em 2014. Com imagens recuperadas da cobertura de 2013, como fotos de Douglas, ruas do bairro e a frente do bar onde houve a abordagem, conta que o Policial Militar foi acusado de matar o estudante Douglas Rodrigues, de 17 anos e que “o rapaz chegou a perguntar ‘Por que o senhor atirou em mim?’”. A matéria mostra o Policial Militar em julgamento, a apuração do armeiro da corporação e uma entrevista com o Promotor de Justiça Militar defendendo que a arma disparou sozinha depois de bater na porta da viatura. Com uma régua, o armeiro mostra que isso pode acontecer até numa queda de 10 centímetros. O soldado é visto declarando: “Uma fatalidade, que eu sofro incondicionalmente com essa situação”.

Ferraz entrevistou ainda a mãe de Douglas. Ela é vista em sua casa, sentada à frente de uma máquina de costura e tecidos. Sua sonora dura 10 segundos: “Eu vou entrar com um processo contra a fabricante da arma. Porque alguém tem que ser responsabilizado pela partida do meu filho”. Logo a matéria volta à ação do Ministério Público Federal - Sergipe e segue com outras informações sobre processos que a Taurus sofreu, suas respostas, uma nota do Exército Brasileiro (responsável pela fiscalização e liberação da venda dessas armas) e a avaliação de uma procuradora da República. A reportagem termina com o pai de Izabelli pedindo que o fabricante produza armas sem defeitos para preservar a vida “tanto de profissionais quanto de inocentes”.

O *Fantástico* tem por determinação editorial ser uma revista semanal com temas variados, que estimule discussões na sociedade. Por isso, havia tantos casos e questionamentos enquadrados em apenas um segmento. Por isso, também, essa cobertura aparece nesta edição e não é repercutida nas edições seguintes. Este segmento é noticioso e plural, mas fechado, já que a reportagem tem um enquadramento temático, que gira em torno das falhas dos equipamentos da Taurus e enquadramentos episódicos, para tratar cada caso com uma narrativa fechada em si mesma.

Em nossa entrevista, em 16 de março de 2019, a mãe de Douglas se referiu a essa reportagem para comentar sua relação com a mídia e a cobertura do caso. Contou que a Rede Globo havia sido a última emissora com quem conversara. Ela falou à reportagem do caso, da maneira como o policial fez a abordagem e alegou o disparo acidental, e a única fala que foi ao ar era que ela iria processar a Taurus. Sua percepção foi de que sua fala foi usada para fortalecer a pauta da emissora (de que as armas têm falhas), o que prejudicou a contextualização de sua história e a busca por Justiça:

Eles põem o que interessa para eles, ou para o momento deles, o que eles querem abordar mais no tema. (...) A minha fala só foi que eu iria processar a Taurus, na

reportagem da televisão. Quer dizer, eles me usaram para fortalecer o que o armeiro falou, que a .40 dispara com um simples chacoalhar (Entrevista com a mãe de Douglas, realizada em 16 de março de 2019).

Ela explicou ainda que sua opção por processar a fabricante foi no sentido de incomodar e continuar sua luta mesmo depois do processo contra o Policial Militar ter sido fechado. Não discorda do tema abordado pelo *Fantástico*, mas se incomodou com as falas que ficaram de fora:

O resto eles engoliram, porque não era pertinente para eles. (Entrevista com a mãe de Douglas, realizada em 16 de março de 2019).

Perguntada sobre o restante da cobertura jornalística a respeito do caso, ela contou da dificuldade da família em acompanhar o que é produzido, tanto pela quantidade, quanto pelo conteúdo. Como mãe, ressalta a dor de assistir às reportagens na íntegra, pois carregam lembranças ruins:

Todo mundo chora. Às vezes eu fico fuçando, entro no Youtube para ver alguma coisa da época, porque nem tudo eu vi ainda tem muita coisa para ver, isso eu tenho certeza, porque teve muita reportagem, de vez em quando eu entro, mas já... a gente não consegue ir até o final, é meio que sofrer individual (Entrevista com a mãe de Douglas, realizada em 16 de março de 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os números apresentados neste trabalho permitem afirmar que nunca foi tão importante discutir violência e segurança pública, as raízes do problema e possíveis soluções no Brasil. Como sociedade, vivemos um momento alarmante no que diz respeito à vida dos jovens da periferia onde casos como o de Douglas se tornam estatisticamente cada vez mais comuns.

Entendemos que esses conflitos não podem ficar de fora do debate social. Pelo contrário, esperamos que esta pesquisa de mestrado tenha ilustrado a importância e o potencial de histórias na mobilização e reflexão sobre o problema. Quando privilegiadas, as narrativas humanas e individuais permitem pensar a violência para além dos números assustadores e ações governamentais.

Iniciamos este trabalho criticando a atuação da mídia hegemônica, mas com a análise da cobertura do caso e as conceituações teóricas é possível afirmar que o telejornalismo não é excludente ou violento *per se*. Em realidade, as disputas fazem seu caminho para dentro das redações também, como foi possível observar com as oscilações de ênfases e enquadramentos entre as produções da Rede Globo.

O estudo de caso e o trabalho empírico também evidenciaram as disputas sociais e o tamanho da complexidade do tema do genocídio juvenil no Brasil. Entre pessoas próximas às vítimas, os que pensam a situação, governantes e jornalistas... existem muitos interesses e objetivos. Nem sempre conflitantes, mas sempre batalhando pela narrativa oficial.

A convivência com a mãe de Douglas, juntamente com os estudos sobre memória, deixa claro que o caminho para uma cobertura jornalística catalizadora de mudanças e um debate social produtivo tem de ser a escuta ativa de quem vive a violência diariamente, em seus territórios. É preciso que a narrativa privilegiada seja aquela que contribui para a luta dos movimentos por justiça e comprehende a realidade social e as causas da violência como um todo.

Sabemos que este é um trabalho constante, que deve ser realizado por cada jornalista, caso a caso e a todo momento. E sabemos também que, como descrito nas reflexões sobre televisão e imagem, nem toda redação ou cobertura permite esse tipo de trabalho. Com isso

em mente, fazemos nossa provocação pela regulamentação da comunicação: para que a mídia possa ser um espaço de debates qualificados e histórias complexas, com menos disputas por audiência e influência de interesses de poder e mais diversidade de vozes e atores sociais.

É importante ressaltar que os resultados alcançados por este trabalho dizem respeito aos recortes especificados ao longo do texto. No entanto, acreditamos que, pela midiatização do caso Douglas, é possível usá-los para pensar a comunicação sobre o genocídio juvenil em geral.

Por fim, nosso trabalho se ateve ao caso Douglas pelas razões explicitadas anteriormente, mas ao longo de nossa pesquisa convivemos e aprendemos sobre diversos outros jovens e famílias afetadas pela violência do Estado no Brasil. Este tema, assim como as imagens, a mídia e a segurança pública, é tão grande quanto o número de pessoas envolvidas. Portanto, não pretendemos esgotar aqui a discussão sobre genocídio juvenil e a mídia, mas sim inspirar novos trabalhos e reflexões que permitam iluminar a questão.

BIBLIOGRAFIA

ACAYABA, C.; ARCOVERDE, L. Casos de feminicídio aumentam 76% no 1º trimestre de 2019 em SP; número de mulheres vítimas de homicídio cai. **Portal do G1**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/29/casos-de-feminicidio-aumentam-76percent-no-1o-trimestre-de-2019-em-sp-numero-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-cai.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2019.

ADICHIE, C. **The danger of a single story**. In: TEDGlobal, Oxford, 2009. Disponível em: http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br#t-10733. Acesso em: 4 jul. 2018.

ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira. Juventude e delinquência como problemas sociais. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, Londrina, n. 2, p. 1-11, 2010. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/adolescencia/article/view/217/203>. Acesso em: 13 out. 2019.

AMADEO, J. (coord.); PLENS, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. S.; COMPARATO, B. K.; KUNKEL, M. E. SOUZA, C. D. de; FIGUEIREDO, M.; PUCCINELLI, R. P. A.; ROCHA, E. B. de; SILVA, D. M. de; GOMES, A. L. R.; OLIVEIRA, V. A. de; LACROIX, D. D.; RODRIGUES, L.; ROCHA, B. E. B. da; SANTOS, N. A. dos. **Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/Relat%C3%B3rio_-_Crimes_de_Maio.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

ARAUJO, F. A. **Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), Rio de Janeiro, 2007.

ARENKT, H. **Entre o passado e o futuro**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BAITELLO JR., N. Apresentação. In: CONTRERA, M. S., MENEZES, J. (orgs.). **Os meios da incomunicação**. São Paulo: Annablume, 2005a. p. 9-12.

BAITELLO JR., N. Incomunicação e imagem. In: CONTRERA, M. S., MENEZES, J. (orgs.). **Os meios da incomunicação**. São Paulo: Annablume, 2005b. p. 71-80.

BAITELLO JR., N.; CONTRERA, M. S., MENEZES, J. (orgs.). **Os meios da incomunicação**. São Paulo: Annablume, 2005.

BARASH, J. A. O lugar da lembrança. Reflexões sobre a teoria da memória coletiva em Paul Ricoeur. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 6, p. 64-75, jan./jun, 2012.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BENTES, I. Pensar as imagens como modo de produção de uma nova sociabilidade. Entrevista concedida a Sônia Montaño. **Audiovisualidades e Tecnocultura**, Porto Alegre, 13 maio 2013. Disponível em: <http://tecnoculturaaudiovisual.com.br/?p=13035>. Acesso em: 3 abr. 2014.

BETIM, F. Sob Witzel, policiais já respondem por quase metade de mortes violentas na região metropolitana do Rio. El País - Brasil, Madri, 21 ago. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/21/politica/1566423448_948955.html. Acesso em: 29 ago. 2019.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória:** ensaios de Psicologia Social. Cotia, SP: Ateliê, 2003.

BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*: seguido de A influência do jornalismo e Os jogos Olímpicos. Trad. Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Estatuto do Desarmamento. Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 2003. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL; MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Plano Juventude Viva. **Portal do Governo Federal/Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, 11 out. 2013. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/igualdade-racial/programas/juventude-viva>. Acesso em: 13 out. 2019.

BRUM, E. Quando a periferia será o lugar certo, na hora certa? **El País Brasil**, 17 ago. 2015 2015. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/opinion/1439819813_934995.html. Acesso em: 19 fev. 2019.

BUCCI, E.; KHEL, M. R. **Videologias:** ensaios sobre a televisão. São Paulo: Boitempo, 2004.

BUENO, S. **Trabalho sujo ou missão de vida?** Persistência, reprodução e legitimidade da letalidade na ação da Polícia Militar de São Paulo. 2018. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018. Disponível em:
http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/themes/Mirage2/pages/pdfjs/web/viewer.html?file=http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/22070/TESE_SamiraBueno.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 out. 2019.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade:** curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005 [c. 1976].

FREIRE, J.; FARIAS, J.; ARAUJO, F. As gramáticas políticas da dor e do amor em coletivos de "familiares de vítimas de violência". In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro. **Grupo de Trabalho 31: Violência e Sociedade. Anais [...].** Rio de Janeiro, p. 1-26, 2008.

FREITAS, R. Famílias e violência: reflexões sobre as mães de Acari. **Psicologia USP**, v. 13, n. 2, p. 69-103, jan. 2002.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala.** 9.ed. São Paulo: Global, 2012 [c.1933].

G1. Entenda o que muda no novo decreto para a posse e porte de armas no país. **Portal do G1**, Rio de Janeiro, 22 maio 2019. Disponível em:
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/22/veja-o-que-muda-no-novo-decreto-para-a-posse-e-porte-de-armas-no-pais.ghhtml>. Acesso em: 5 jun. 2019.

G1; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA (USP). **Monitor da violência.** Rio de Janeiro, São Paulo, 2015-2018. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/mortos-por-policiais-no-brasil/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; DAVIS, M.; BRAGA, RUY; ŽIŽEK, S.; IASI, M. L.; BRITO, F.; VAINER, C.; DE LIMA, V. A.; SOUTO-MAIOR, J. L.; PESCHANSKI, J. A.; SECCO, L.; SAKAMOTO, L.; MPL São Paulo; De OLIVEIRA, P. R.; VIANA, S. **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 27-34.

HARVEY, D.; MARICATO, E.; DAVIS, M.; BRAGA, RUY; ŽIŽEK, S.; IASI, M. L.; BRITO, F.; VAINER, C.; DE LIMA, V. A.; SOUTO-MAIOR, J. L.; PESCHANSKI, J. A.; SECCO, L.; SAKAMOTO, L.; MPL São Paulo; De OLIVEIRA, P. R.; VIANA, S. **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

HUYSEN, A. **Culturas do passado-presente:** modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

IASI, M.L. A rebelião, a cidade e a consciência. In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; DAVIS, M.; BRAGA, RUY; ŽIŽEK, S.; IASI, M. L.; BRITO, F.; VAINER, C.; DE LIMA, V. A.; SOUTO-MAIOR, J. L.; PESCHANSKI, J. A.; SECCO, L.; SAKAMOTO, L.; MPL São Paulo; De OLIVEIRA, P. R.; VIANA, S. **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 41-46.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Portal do Censo Demográfico Brasileiro 2010. IBGE, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (IBOPE).
Televisão: a abrangência e a influência do meio mais presente na vida dos brasileiros.
Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/televisao-a-abrangencia-e-a-influencia-do-meio-mais-presente-na-vida-dos-brasileiros/>. Acesso em: 16 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (IBOPE) ;
SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM). **Relatório Final**
Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM 2016). Brasília, DF, 2016. Disponível em:
<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acesso em: 15 ago. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da violência 2019**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Infográfico. **Atlas da violência 2019**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas_2019_infografico_FINAL.pdf . Acesso em: 15 set. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da violência 2018**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Infográfico. **Atlas da violência 2018**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_atlas_violencia_2108_Infografico.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

KEHL, M. R. Imagens da violência e violência das imagens. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 26, ano 16, jul. 2015.

MARICATO, E. É questão urbana, estúpido! In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; DAVIS, M.; BRAGA, RUY; ŽIŽEK, S.; IASI, M. L.; BRITO, F.; VAINER, C.; DE LIMA, V. A.; SOUTO-MAIOR, J. L.; PESCHANSKI, J. A.; SECCO, L.; SAKAMOTO, L.; MPL São Paulo; De OLIVEIRA, P. R.; VIANA, S. **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 19-26.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito, Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1, 2018.

MENEZES, J. Incomunicação e mídia. In: BAITELLO JR., N.; CONTRERA, M. S.; MENEZES, J. (orgs.). **Os meios da incomunicação.** São Paulo: Annablume, 2005. p. 25-34.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro.** São Paulo: Perspectiva, 2016 [c. 1978].

NOVAES, S.C. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 2, p. 455-475, 2008. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 jul. 2018.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. In: XXVI ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), Caxambu, out. 2002. **Anais [...].** Rio de Janeiro, p. 1-25, 2002. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt09-13/4400-importo-enquadramentos/file>>. Acesso: 12 ago. 2019.

REGUILLO, R. De las violencias: caligrafía y gramática del horror. **Desacatos**, Distrito Federal, México, n. 40, p. 33-46, set./dez. 2012.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Trad. Alain François. Campinas, SP: Unicamp, 2000.

ROCHA, R. M. Uma cultura da violência na cidade? Rupturas, estetizações e reordenações. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n.3, p. 85-94, 1999. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300012. Acesso em: 15 set. 2019.

ROLNIK, R. Apresentação. In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; DAVIS, M.; BRAGA, RUY; ŽIŽEK, S.; IASI, M. L.; BRITO, F.; VAINER, C.; DE LIMA, V. A.; SOUTO-

MAIOR, J. L.; PESCHANSKI, J. A.; SECCO, L.; SAKAMOTO, L.; MPL São Paulo; De OLIVEIRA, P. R.; VIANA, S. **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. P. 9-20.

RONDELLI, E. Imagens da violência: práticas discursivas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 10, n. 2, p.145-157, out. 1998. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701998000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 ago. 2019.

ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento.** Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Unesp, 2010 [c.1991].

RUOTTI, C.; ALMEIDA, J. F.; REGINA, F. L.; MASSA, V. C.; PERES, M. F. T. A vulnerabilidade dos jovens à morte violenta: um estudo de caso no contexto dos "Crimes de Maio". **Saude e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 733-748, 2014. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000300001>. Acesso em: 16 out. 2019.

SECCO, L. As Jornadas de Julho. In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; DAVIS, M.; BRAGA, RUY; ŽIŽEK, S.; IASI, M. L.; BRITO, F.; VAINER, C.; DE LIMA, V. A.; SOUTO-MAIOR, J. L.; PESCHANSKI, J. A.; SECCO, L.; SAKAMOTO, L.; MPL São Paulo; De OLIVEIRA, P. R.; VIANA, S. **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 124-138.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO; SERVIÇO DE SAÚDE DE SÃO PAULO. **Juventude e violência na cidade de São Paulo.** Prefeitura de São Paulo, 2015.

SENRA, S. Imagens do horror/horror das imagens. **Margem**, São Paulo, n. 14, 2001. Disponível em: <https://stellasenra.wordpress.com/2012/06/07/imagens-do-horror-horror-das-imagens/>. Acesso em: 10 out. 2019.

SILVA, M. Os caminhos da incomunicação. In: BAITELLO JR., N.; CONTRERA, M. S.; MENEZES, J. (orgs.). **Os meios da incomunicação.** São Paulo: Annablume, 2005.

SINHORETTO, J.; MORAIS, D.S. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 64, p. 15-26, 2018. Disponível em:
<https://doi.org/10.7440/res64.2018.02>. Acesso em: 12 out. 2019.

SOARES, R. Pequeno inventário de narrativas midiáticas: verdade e ficção em discursos audiovisuais. **Significação**, São Paulo, v. 37, n. 34, p. 55-72, 22 dez. 2010. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/68122/70680>. Acesso em: 15 set. 2019.

SONTAG, S. **Regarding the pain of others.** New York: Picador, 2003.

THOMPSON, P. **A voz do passado:** história oral. Trad. Lolio Lourenço de Oliveira. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

URUGUAI; MINISTERIO DEL INTERIOR. **Estrategia por la vida y la convivencia.** Montevideo, 2012. Disponível em: https://medios.presidencia.gub.uy/jm_portal/2012/noticias/NO_E582/Estrategia.pdf. Acesso em: 21 set. 2019.

VELASCO, C.; CAESAR, G.; REIS, T. Número de pessoas mortas pela polícia no Brasil cresce 18% em 2018; assassinatos de policiais caem. **Monitor da violência**, Rio de Janeiro, 19 abr. 2019Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/19/numero-de-pessoas-mortas-pela-policia-no-brasil-cresce-em-2018-assassinatos-de-policiais-caem.ghtml>. Acesso em: 6 jun. 2019.

VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; DAVIS, M.; BRAGA, RUY; ŽIŽEK, S.; IASI, M. L.; BRITO, F.; VAINER, C.; DE LIMA, V. A.; SOUTO-MAIOR, J. L.; PESCHANSKI, J. A.; SECCO, L.; SAKAMOTO, L.; MPL São Paulo; De OLIVEIRA, P. R.; VIANA, S. **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 95-105.

YAHOO; ALMA PRETA. Atlas da violência 2019: “É como se negros e não negros vivessem em dois países diferentes”, diz pesquisadora. **Portal de Notícias Yahoo/Alma Negra**, São Paulo, 5 jun. 2019. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/atlas-violencia-aumento-violencia-negros-150121266.html>. Acesso em: 6 jun. 2019.

ŽIŽEK, S. **Violência:** seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANEXOS

Anexo 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**Genocídio juvenil e os movimentos de resistência: as mães do luto à luta**”. Nesta pesquisa pretendemos participar e contribuir para a reflexão sobre o genocídio juvenil por meio da aproximação e escuta dos grupos e movimentos de mães e familiares de jovens assassinados ou desaparecidos em situação ainda não esclarecida pelo estado.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos; “**METODOLOGIA**”, “**RISCOS E BENEFÍCIOS**”, “**RESSARCIMENTO**”.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr.(a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor.

Profa. Dra. Rita de Cássia Alves Oliveira

TELEFONE (INCLUSIVE LIGAÇÕES A COBRAR): 11 982630740

E-MAIL: ritaalves@pucsp.br

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “**Genocídio juvenil e os movimentos de resistência: as mães do luto à luta**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 20 _____.

Assinatura do(a) participante

Anexo 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de mestrado “**Uma Análise Da Cobertura do Caso Douglas Rodrigues na Mídia Brasileira**”. Pretendemos contribuir para a reflexão sobre o genocídio juvenil e seu tratamento pela mídia por meio da aproximação e escuta das pessoas envolvidas nesse estudo de caso.

Para esta etapa realizaremos entrevistas individuais.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O(A) Sr.(a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor.

Pesquisadora: Isabella Semeraro Amaral

Contato: (11)971720693

isabella.s.amaral@gmail.com

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “**Uma Análise Da Cobertura do Caso Douglas Rodrigues na Mídia Brasileira**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de agosto de 2019.

Assinatura do(a) participante

Anexo 3**ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ESTUDO DE CASO**

- 1) Relação com o caso Douglas Rodrigues. Como ele era?
- 2) Relação com a família antes e depois da morte.
- 3) Como foi a repercussão da morte em seu bairro/grupo/movimento?
- 4) Qual sua participação nas manifestações/homenagens/movimento?
- 5) Como se deu a homenagem?
- 6) Relação da polícia no bairro.
- 7) Como está a memória do caso hoje?

Anexo 4**LISTA DE ENTREVISTADOS – TRABALHO EMPÍRICO**

Importante: por se tratar de um trabalho que envolve violência e trâmites na Justiça optamos por não revelar o nome de nenhuma pessoa envolvida, preservado sua identidade. Todos os entrevistados foram notificados.

- 1) Mãe de Douglas Rodrigues
- 2) *Rapper* da Zona Norte de São Paulo, envolvido com combate ao genocídio juvenil
- 3) Professor da Escola Estadual Professor Victor dos Santos Cunha.
- 4) Dois líderes do Movimento Independente de Luta por Habitação da Vila Maria
- 5) Produtor do Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso
- 6) Membro da Coordenação de Políticas para Juventude da prefeitura em 2013

Anexo 5**SOLICITAÇÃO DE MATERIAL PARA EMISSORAS**

Bom dia,

meu nome é Isabella Semeraro Amaral, sou jornalista e mestrande em Ciências Sociais pela PUC-SP com uma pesquisa sobre mídia e violência. Entrei em contato para solicitar um material do departamento de jornalismo referente ao caso que estou estudando.

Gostaria de saber se vocês podem me enviar o que foi produzido pelos telejornais da emissora sobre a morte do jovem Douglas Rodrigues, que aconteceu em São Paulo em 27 de outubro de 2013. Estou analisando a cobertura sobre o movimento *Por que o senhor atirou em mim?* e os depoimentos de sua mãe, Rossana Martins Souza.

É possível conseguir essas notas e reportagens? Vocês podem me enviar? Em qual prazo? Preciso fazer algum outro tipo de solicitação? Como procedemos?

Muito obrigada desde já,

Respeitosamente,

Isabella.

(11) 971720693

Anexo 6

TABELA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO – MATERIAL REDE GLOBO

Importante: Disponibilizamos aqui uma tabela reduzida sem os dados de análise semântica ou de conteúdo, mas com a relação total e a ficha técnica dos conteúdos analisados.

Ficha				Dados técnicos		
Disponível em	Programa	Data	Título	Formato	Tema geral	Fatos
https://globoplay.globo.com/v/2916808/programa/	BDSP	28/10/2013	'Tiro accidental' de policial mata adolescente e gera protesto, diz PM	Reportagem	Morte, consequências para o policial, revolta no bairro	Douglas passava perto do bar, PMs verificavam perturbação de sossego, abordaram Douglas e o irmão de 13 anos, disparo, hospital, não resistiu. Policial vai responder por homicídio culposo
https://globoplay.globo.com/v/2916808/programa/	BDSP	28/10/2013	'Tiro accidental' de policial mata adolescente e gera protesto, diz PM	Nota pé da reportagem acima	Consequências para o policial	Onde está, posto, idade e tempo de serviço
https://globoplay.globo.com/v/2916808/programa/	BDSP	28/10/2013	'Tiro accidental' de policial mata adolescente e gera protesto, diz PM	Entrevista	Abordagem	Tiro accidental, sem respostas sobre o disparo
https://globoplay.globo.com/v/2916808/programa/	BDSP	28/10/2013	'Tiro accidental' de policial mata adolescente e gera protesto, diz PM	Nota pé da entrevista acima	Passagem da viatura durante a entrevista, velório e enterro	Policimento reforçado por conta de protestos e informações sobre enterro
https://globoplay.globo.com/v/2919515/programa/	BDSP	29/10/2013	Após protesto na Fernão, suspeitos de vandalismo seguem detidos	Ao vivo	Revolta no bairro	Pessoas detidas na noite anterior, enterro e morte, passagens na delegacia. Dados sobre os detentos e as ocorrências. Pessoas estavam armadas, tiro acertou um pedestre que foi levado ao hospital. Maioria dos detentos tinha passagem pela polícia. Atualizações nos números de pessoas envolvidas
https://globoplay.globo.com/v/2919405/programa/	BDSP	29/10/2013	Manifestantes queimam ônibus em protesto pelas ruas do Jaçanã	Reportagem	Revolta no bairro, enterro	1) Protestos durante a madrugada de segunda para terça. Ação da polícia. Bloqueio da rodovia. Trabalho dos bombeiros 2) Tarde do enterro 3) Tiro no peito e prisão do soldado 4) Controvérsia sobre disparo 5) 10 km de congestionamento
https://globoplay.globo.com/v/2919405/programa/	BDSP	29/10/2013	Manifestantes queimam ônibus em protesto pelas ruas do Jaçanã	Nota pé	Comunicado do comando da PM sobre a morte	1) PM agiu de forma errada, protesto de domingo à noite tinha uma relação clara com a morte. Delegado ia fazer um Termo de Comparecimento espontâneo e isso levou a indignação. Protesto de segunda está sendo averiguado. 2) Pessoa que foi baleada passou por uma cirurgia 3) Secretaria de Segurança de SP ligou para Ministro da Justiça e solicitou Força Nacional

https://globoplay.globo.com/v/2920009/programa/	SP1	29/10/2013	Detidos em protesto na Fernão são liberados por falta de provas	Reportagem	Revolta no bairro	1) Ações das pessoas que estavam na rua, bloqueio da Fernão Dias, pessoa baleada 2) Medo no bairro, boa parte do comércio não abriu ou fechou as portas mais cedo na segunda 3) Manifestações começaram depois do enterro 4) Sequestro dos caminhões (um transportava combustível) 5) 10km de congestionamento
https://globoplay.globo.com/v/2920009/programa/	SP1	29/10/2013	Detidos em protesto na Fernão são liberados por falta de provas	Ao vivo	Consequências das manifestações	1) Movimento abaixo do normal
https://globoplay.globo.com/v/2920009/programa/	SP1	29/10/2013	Detidos em protesto na Fernão são liberados por falta de provas	Ao vivo	Consequências das manifestações	1) 34 pessoas passaram a noite na delegacia, apenas uma ainda estava lá (12h) 2) Foram liberadas por falta de provas 3) O que está detido é por falta de documento 4) Maioria das pessoas tinha passagem por tráfico de drogas, roubo ou furto 4) Será instaurado um inquérito policial
https://globoplay.globo.com/v/2920009/programa/	SP1	29/10/2013	Detidos em protesto na Fernão são liberados por falta de provas	Reportagem	Consequências das manifestações	1) Motorista e cobrador estavam em ônibus com orientação de seguir pela rodovia para evitar manifestações e foram surpreendidos com pedras, tiveram medo 2) Questões da delegacia 3) Três jovens levados à delegacia pela manhã suspeitos de roubar objetos de lojas saqueadas
https://globoplay.globo.com/v/2920009/programa/	SP1	29/10/2013	Detidos em protesto na Fernão são liberados por falta de provas	Nota coberta	Consequências das manifestações	1) Comerciante foi prestar queixas por roubo de moto 2) Polícia Militar fez um balanço (7 caminhões, 3 ônibus incendiados e 6 veículos depredados, 3 agências bancárias, 1 loja saqueada, outra destruída, 77 pessoas detidas) 3) Entrevista com Secretaria de Segurança Pública do Estado antes da reunião com o comando da Polícia Rodoviária 4) Não pediram ajuda à Força Nacional
https://globoplay.globo.com/v/2920009/programa/	SP1	29/10/2013	Detidos em protesto na Fernão são liberados por falta de provas	Comentário de especialista	Consequências das manifestações e policiamento	1) Quatro viaturas da Polícia Rodoviária Federal para cuidar de 90km

https://globoplay.globo.com/v/2918625/programa/	SP2	28/10/2013	Caminhões são incendiados na Rodovia Fernão Dias, na região do Jaçanã	Ao vivo	Revolta no bairro	Saque em lojas, ônibus incendiados, bloqueio na Fernão Dias
https://globoplay.globo.com/v/2918625/programa/	SP2	28/10/2013	Caminhões são incendiados na Rodovia Fernão Dias, na região do Jaçanã	Reportagem	Enterro, morte, consequências ao policial, abordagem, revolta no bairro	1) Douglas passava perto do bar, PMs verificavam perturbação de sossego, abordaram Douglas e o irmão de 12 anos, disparo, hospital, não resistiu 2) Dados do soldado responsável, policiamento reforçado, comerciantes prejudicados
https://globoplay.globo.com/v/2918724/programa/	SP2	28/10/2013	Manifestantes andam sobre tanque de caminhão em movimento na Rodovia Fernão Dias	Ao vivo	Revolta no bairro	Manifestantes se apossaram dos caminhões
https://globoplay.globo.com/v/2921190/programa/	SP2	29/10/2013	Policiamento será reforçado no Jaçanã e na Rodovia Fernão Dias, em SP	Reportagem	Consequências das manifestações e policiamento	1) Policiamento vai ser reforçado no Jaçanã e na Fernão Dias, a decisão foi tomada em conjunto pelos governos estadual e federal 2) Rodovia ficou quatro horas fechada 3) Reunião entre a PRF e a Secretaria de Segurança Pública 4) Superintende admitiu que a situação saiu do controle e pediu reforço no policiamento (posto fixo e PMs) 5) Secretaria requisitou imagens da rodovia para analisar toda a ação, inclusive comportamento da PM e o contato com o Ministro da Justiça foi para combinar uma ação integrada 6) Secretaria: demora para agir da PM foi estratégica
https://globoplay.globo.com/v/2921190/programa/	SP2	29/10/2013	Policiamento será reforçado no Jaçanã e na Rodovia Fernão Dias, em SP	Nota pé	Policiamento	1) reforço chegou (30 policiais rodoviários federais de MG e RJ), fazem operação saturação entre os km 90 e 86 da Fernão Dias 2) outras 40 equipes devem chegar nos próximos dias para reforçar o trecho paulista
https://globoplay.globo.com/v/2921190/programa/	SP2	29/10/2013	Policiamento será reforçado no Jaçanã e na Rodovia Fernão Dias, em SP	Nota coberta	Brasília	Ministro da Justiça diz que a segurança não é o único desafio, vão trocar informações para que esse tipo de ação seja não só investigado, mas coibido

https://globoplay.globo.com/v/2918956/programa/	JN	28/10/2013	Adolescente morto por PM é enterrado em São Paulo	Reportagem	Revolta no bairro, morte	1) Douglas e o irmão mais novo chegavam perto do bar, carro da PM se aproximou e tomou o tiro 2) Controvérsia a respeito do disparo 3) Dados do soldado 4) Procedimento treinado nas escolas de formação 5) Medo no bairro e policiamento reforçado
https://globoplay.globo.com/v/2918956/programa/	JN	28/10/2013	Adolescente morto por PM é enterrado em São Paulo	Ao vivo	Revolta no bairro	Incêndios, bloqueios e ocupações na Fernão Dias. Uma pessoa foi baleada. Secretário de Segurança Pública entra em contato com Ministro da Justiça
https://globoplay.globo.com/v/2921479/programa/	JN	29/10/2013	PM de São Paulo e Polícia Rodoviária Federal vão aumentar a segurança da Fernão Dias	Reportagem	Aumento do policiamento	1) Representantes da Secretaria de Segurança Pública e da PRF fecharam acordo para aumentar patrulhamento na Fernão Dias 2) Só a PRF pode agir na estrada 3) Muitos bairros à beira da rodovia 4) 4 viaturas para 90km 5) Acordo entre PRF e PM para que a primeira aione a Tropa de Choque e os Bombeiros quando for preciso 6) 30 PRF do RJ e de MG já estão em São Paulo e outras 40 equipes estão a caminho
https://globoplay.globo.com/v/2921479/programa/	JN	29/10/2013	PM de São Paulo e Polícia Rodoviária Federal vão aumentar a segurança da Fernão Dias	Nota pé	Aumento do policiamento	Ministro vai se reunir com os Secretários de Segurança de SP e do RJ para buscar meios de coibir atos de violência sem reprimir a liberdade de expressão
https://globoplay.globo.com/v/2923943/programa/	JN	30/10/2013	Polícia de São Paulo investiga participação de quadrilha em ação na Fernão Dias	Reportagem		1) Possível participação de quadrilha 2) Voltando à rotina 3) reforço da PRF de 4 estados 4) Um carro atingido por uma pedra na noite anterior numa tentativa de assalto, motorista sofreu um infarto e morreu 5) Manifestações começaram depois do enterro de Douglas 6) Apuração da Folha sobre quadrilha suspeita de atuar no protesto 7) Investigações dizem que na região a quadrilha controla o tráfico de drogas 8) PM apreendeu 50kg de maconha e cocaína, R\$ 40mil e armas numa casa no Jaçanã 9) Secretário: não podemos confirmar nem negar a hipótese de participação de grupos criminosos 10) Polícia vai para a estrada para evitar novas ações de vandalismo e identificar bandidos que agem nos bairros próximos à Fernão Dias

https://globoplay.globo.com/v/6284019/	Fantástico	12/11/2017	MPF abre ação contra fabricante de armas Taurus por disparos acidentais	Reportagem em profundidade	Ação contra a Taurus	Reportagem técnica. Parte dos casos específicos e relata os desdobramentos técnicos de cada equipamento e apuração * Em SP, em 2014, o PM Luciano Bispo foi acusado de matar o estudante Douglas Rodrigues de 17 anos com uma pistola 24/7 da Taurus. O rapaz chegou a perguntar "Por que o senhor atirou em mim?". No julgamento, em dezembro passado (2016), o PM disse que a arma disparou sozinha depois de bater na porta da viatura... Numa queda de 10 cm uma pistola do mesmo modelo pode disparar sozinha. A justiça inocentou o PM, a culpa era da arma. Rossana vai entrar com um processo contra a fabricante da arma
---	------------	------------	---	----------------------------	----------------------	---